



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

CRISTIANE SOARES DE SANTANA

MAOÍSMO NA BAHIA (1967-1970)

Salvador

2008

CRISTIANE SOARES DE SANTANA

MAOÍSMO NA BAHIA (1967-1970)

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em História Social na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre .

Orientador: Prof. Dr. Muniz Ferreira.

Salvador
2008

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

CRISTIANE SOARES DE SANTANA

MAOÍSMO NA BAHIA (1967-1970)

Dissertação para obtenção do grau de Mestre em História Social

Salvador, de 2008

Banca Examinadora:

Muniz Gonçalves Ferreira _____

Doutor em História Social, UFBA

Eurelino Coelho _____

Doutor em História Social, UEFS

Antônio da Silva Câmara _____

Pós-Doutor em Sociologia, UFBA

Aos meus pais, Neuza e
Noraldino. Amor eterno.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a meus pais, Neuza e Noraldino que compartilharam comigo as felicidades e as angústias da produção dessa dissertação, sempre me ofertando muito amor, apoio e compreensão. Devo tudo o que sou a vocês.

Agradeço a meu orientador Prof^o Dr^o Muniz Ferreira sempre disposto a colaborar com tudo que fosse possível para o andamento desta pesquisa. Serei sempre grata por sua dedicação, amizade, paciência e por sua excelente orientação. Obrigada por ter acreditado em mim e nesse trabalho.

Agradeço ao querido amigo Prof^o Dr^o Charles Sant'anna pela ajuda e o grande incentivo que me deu quando comecei o projeto de pesquisa ainda como graduanda da Universidade Católica do Salvador.

Às minhas queridas amigas da graduação Maria Gorete Borges, Elizângela Ataíde e Noêmia França que acompanharam este trabalho desde os seus primeiros passos.

À minha querida amiga Prof^a Albertina Lima (in memoriam) que Deus colocou em minha vida no momento certo. Jamais me esquecerei de você.

Aos novos amigos que fiz na Universidade Federal da Bahia e que tornaram minha passagem por São Lázaro bastante divertida e feliz: Grimaldo Zachariades, Marcos Roberto Brito, Cristiano Alves, Andréa Souza, Emiriene Meirelles, Sandra Regina, Eronize Lima, Marcial Saavedra, Edemir Brazil e Célio Roberto.

Agradeço ao Prof.Dr. Eurelino Coelho e ao Prof. Dr. Antônio Câmara pela análise crítica e considerações em relação à pesquisa na Qualificação e por sua presença na Banca Examinadora de defesa da Dissertação.

Durante as viagens que fiz para pesquisar a documentação da Ação Popular fui auxiliada por muitos amigos, dos quais não posso esquecer. Agradeço a querida

amiga Adriana Arapiraca pela amizade e apoio em minhas andanças em São Paulo. Em Campinas fui acolhida por pessoas muito especiais com muito carinho e amizade: Robério Souza, Luciana Brito, Yaci Maia e Fabiano. Em minha passagem pelo Rio de Janeiro contei com o apoio de meus primos (as) Zenaide, Cristiane, Beatriz, Matheus, Davi e Leozinho, os quais me hospedaram e me ajudaram há conhecer um pouco as belezas do Rio. Agradeço ao auxílio de todos vocês.

À FAPESB, pela concessão da bolsa de mestrado.

Agradeço aos funcionários dos arquivos que pesquisei: Arquivo Edgar Leuenroth, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Centro de Documentação e Informação Científica Prof. Casemiro dos Reis Filho - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

Agradeço as amigas e professoras de Português e Inglês, Ana Carolina Alves e Leide Amorim pelas correções feitas nessa dissertação.

Não posso deixar de agradecer ao meu professor de Mandarim Huang Ping Yung que a cada aula me apresenta elementos da cultura, língua e também da história de um país que tanto me fascina: a China.

Aos depoentes que se dispuseram a partilhar trajetórias pessoais, os sonhos, as experiências e vivências de um tempo em que se lutava sem medir esforços por uma sociedade mais justa e igualitária.

Agradeço, sinceramente, a todos aqueles que me ajudaram de forma material, intelectual, emocional e espiritual para a conclusão desta dissertação.

RESUMO

Este trabalho tem como foco de análise a influência do pensamento de Mao Tsé Tung nas práticas da Ação Popular entre os anos de 1967-1970. Neste período esta organização deu início ao processo de integração dos seus militantes ao trabalho produtivo no campo e nas fábricas no estado da Bahia. A prática da integração na produção tinha inicialmente o objetivo de inserir o militante pequeno burguês no meio operário e camponês para que este conhecesse de perto os problemas dessas classes sociais e através disso promovesse uma reforma em seu pensamento. Porém, a adesão ao maoísmo fez com que a Ação Popular (AP) iniciasse uma revisão nos objetivos da integração, a qual passou a ser interpretada como uma maneira de ampliar as bases do partido no meio operário e camponês visando à realização de um trabalho político no campo e na fábrica. Analisaremos a presença das idéias maoístas na articulação deste processo empreendido pelos militantes da Ação Popular.

Palavras-chaves: Ação Popular; Maoísmo; Bahia.

ABSTRACT

This Work focuses its analysis on the influence of Mao Tse Tung Thinking in the activities of Ação Popular (AP), between the years 1967-1970. During this period AP developed a process of “integration into the production”, by which its militants were inserted into productive work, both in countryside and in urban industries. In its first stage this “integration” aimed to insert a former petit bourgeois militancy inside the working class and peasantry, in order to reform their original way of thinking. Then, as soon as AP, adhered to maoism, and the goals of the integration were revised, that activity become to be understood as a way to broad the organization basis between the working class and the peasantry, as soon as a tool to organize the political work inside the industries and the countryside. This dissertation intends to analyse the role maoistic ideas represented in this process put into practice by the Ação Popular militants.

Keywords: Ação Popular; Maoism; Bahia.

SUMÁRIO

	LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	9
1	INTRODUÇÃO	10
2	POR UMA HISTÓRIA DA AÇÃO POPULAR: DO CRISTIANISMO AO MAOÍSMO	20
2.1	AS ORIGENS DA AÇÃO POPULAR	20
2.2	A ATUAÇÃO DA AÇÃO POPULAR NA BAHIA ANTES DO GOLPE DE 1964	26
2.3	O IMPACTO DO GOLPE SOBRE A AÇÃO POPULAR: A BUSCA POR NOVOS HORIZONTES TEÓRICOS	31
3	INTEGRANDO COM AS MASSAS: A EXPERIÊNCIA DA AÇÃO POPULAR NA BAHIA	44
3.1	A “INTEGRAÇÃO NA PRODUÇÃO”: UM DEBATE TEÓRICO	44
3.2	A ESSÊNCIA DA “INTEGRAÇÃO NA PRODUÇÃO”	51
3.3	A PRÁTICA DA “INTEGRAÇÃO NA PRODUÇÃO”: A IDA AO CAMPO OU A FÁBRICA	55
3.4	UM BALANÇO DA “INTEGRAÇÃO NA PRODUÇÃO”: A VISÃO DA MILITÂNCIA	77
4	O MAOÍSMO NA AÇÃO POPULAR	86
4.1	O MAOÍSMO: O NOVO ESPELHO DA REVOLUÇÃO MUNDIAL	86
4.2	A PRESENÇA DO MAOÍSMO NA AÇÃO POPULAR.	88
4.3	INTEGRANDO COM AS MASSAS NA CHINA	100
4.4	CONSTRUINDO AS BASES DE APOIO NO BRASIL	106
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
	REFERENCIAS DOS DOCUMENTOS DA AÇÃO POPULAR	121
	REFERENCIAS	125

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACB- Ação Católica Brasileira

ACO- Ação Católica Operária

AP- Ação Popular

CNBB- Confederação Nacional dos Bispos do Brasil

CONTAG- Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CN- Comando Nacional

FMJ- Federação Mundial da Juventude.

GAP – Grupo de Ação Popular

GAP- Grupo de Ação Patriótica

JAC- Juventude Agrária Católica

JEC- Juventude Estudantil Católica

JIC- Juventude Independente Católica

JUC- Juventude Universitária Católica

MEB – Movimento de Educação de Base

OLAS- Organização Latino Americana de Solidariedade

PCB- Partido Comunista Brasileiro

PC DO B- Partido Comunista do Brasil

PCUS – Partido Comunista da União Soviética

PCCh- Partido Comunista Chinês

PRT- Partido Revolucionário Tiradentes

PSD- Partido Social Democrata

PTB- Partido Trabalhista Brasileiro

SUPRA- Superintendência para Reforma Agrária

UDN- União Democrática Nacional

UIE- União Internacional dos Estudantes

UNE – União Nacional dos Estudantes

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como objetivo principal apontar a influência do pensamento de Mao Tsé Tung no processo de “integração na produção”¹ realizado pela Ação Popular na Bahia entre os anos de 1967-1970. Na abordagem por nós adotada, o estudo de tal processo buscará apresentar a influência do ideário maoísta neste período da história de um antigo agrupamento da esquerda católica, então engajado no esforço de se constituir em uma organização de caráter proletário.

Investigamos a trajetória de militantes pequeno- burgueses (principalmente estudantes e profissionais liberais) que foram enviados para viverem e trabalharem como camponeses ou como operários nos espaços fabris. Integrados à produção, os militantes buscavam ampliar as frentes de trabalho do partido nessas áreas, pois a AP precisava aumentar as bases da organização junto às massas camponesas e operárias. Desta forma, os integrados davam início a um trabalho de educação política para elevar o nível de consciência das massas diante do processo de exploração ao qual estavam submetidas, para sua posterior organização e mobilização.

Na verdade, a relação da Ação Popular com as massas operárias e camponesas era anterior ao golpe de 1964. Afinal, os militantes da AP tiveram um envolvimento efetivo com o Movimento de Educação de Base, a alfabetização de adultos baseado no Método Paulo Freire, uma importante inserção no movimento camponês, no processo de sindicalização rural e no movimento dos trabalhadores do petróleo. Logo, podemos supor que antes mesmo de aderir ao maoísmo a Ação Popular buscava adentrar nessas áreas para conquistar militantes operários e camponeses para suas fileiras.

A Ação Popular possuiu uma trajetória bastante peculiar, pois ela teve origem no seio da Igreja Católica e após o golpe de 1964, teve sua fase foquista e aderiu ao

¹ Usamos em toda a dissertação a forma como a organização escreveu o termo “integração na produção” em seus documentos.

marxismo de viés maoísta oficialmente a partir de 68. Desse modo, será justamente o período que se iniciou a fase de adesão ao pensamento de Mao Tsé Tung como fonte teórica que se centra esta dissertação.

Os historiadores que abordaram a trajetória da Ação Popular estabeleceram uma analogia entre o passado católico da organização e o processo de integração devido à idéia de serviço, igualitarismo, “viver com as massas” e dar fim aos “vícios pequeno- burgueses” da sua militância através do trabalho produtivo no campo e na fábrica que esta prática possuía.

Esta dissertação visa demonstrar que a influência do maoísmo não se deu somente pela semelhança entre os ideais exportados pela “Revolução Cultural Proletária” e a doutrina cristã. Não queremos esquecer as origens cristãs da Ação Popular, nem muito menos negar que aspectos do maoísmo tais como a ligação com as massas e o igualitarismo também se aproximam de idéias pregadas pelo cristianismo. Porém, esta pesquisa tem como finalidade demonstrar que a presença do maoísmo na articulação da integração foi muito mais do que um encontro entre o cristianismo e o maoísmo, dando assim ao pensamento de Mao Tsé Tung o seu lugar na história da Ação Popular.

É interessante ressaltar que a relação da AP com a China iniciou-se muito antes da adesão da organização ao maoísmo. Tanto que antes mesmo de se decidirem oficialmente pela estratégia da guerra popular prolongada como caminho para a revolução brasileira, a AP deu início a uma verdadeira empreitada de pesquisa e preparação da sua militância para a integração desta no seio do campesinato e do proletariado. Havia a necessidade de que a organização conhecesse mais profundamente as condições sociais, políticas e econômicas e as contradições da sociedade brasileira para que fossem selecionadas as chamadas bases de apoio ou áreas prioritárias, onde os militantes iriam realizar o trabalho produtivo junto às massas operárias e camponesas. Tal inserção constituiria o primeiro passo para o desencadeamento da guerra popular prolongada, inspirada na experiência chinesa

Esta dissertação seguiu um caminho ainda não explorado pelos trabalhos mais influentes sobre a atuação da Ação Popular, já que analisa o pressuposto teórico, ou seja, a influência do pensamento maoísta, o qual legitima as práticas desta organização entre 1967 e 1970.

No campo das ciências humanas tem-se visto ocorrer nas duas últimas décadas um processo de resgate dos anos 60 e 70, sejam por meio de romances ambientados nesse período, livros de memórias de ex-militantes ou teses acadêmicas. Houve um intenso retorno ao estudo da ação revolucionária dos últimos anos por ex-militantes ou não, como é o caso deste trabalho.

Sem vínculos partidários, a idéia de realizar esta pesquisa nasceu pela própria curiosidade de estudante e afinidade com o assunto. O interesse por esta temática fez com que fossem iniciadas várias leituras sobre a atuação das esquerdas brasileiras. Através desta busca, o livro de Haroldo Lima e Aldo Arantes, *História da Ação Popular – da JUC ao PC do B*, foi encontrado e permitiu que a história da Ação Popular nos fosse apresentada, despertando o desejo de conhecer mais a respeito do processo de “integração na produção”. Dessa forma, foram realizadas mais leituras a respeito do tema e foi a partir daí que a problemática da pesquisa surgiu fazendo com que o maoísmo passasse a ser juntamente com a “integração na produção”, aspectos de primordial importância para a nossa pesquisa.

Em *Maoísmo na Bahia (1967-1970)* visamos discutir a influência do pensamento maoísta no processo de “integração na produção”. Acreditamos que esta análise se insira num problema teórico bastante discutido entre os estudiosos da história das esquerdas no Brasil. De maneira que, devemos avaliar com cuidado o grau de influência que um modelo revolucionário estrangeiro, no nosso caso o da Revolução Chinesa, possa ter nas definições políticas e ideológicas de uma organização.

Segundo Reis Filho (1989), no que diz respeito à relação das esquerdas brasileiras com os expoentes do comunismo internacional, a linha básica de interpretação atribui as derrotas e as mudanças à subordinação dos comunistas brasileiros aos Estados Socialistas e aos Partidos Comunistas que estariam no poder ou às instituições internacionais oficiais ou não que estivessem interessadas em promover a revolução mundial. Logo, a relação com esses centros revolucionários seria o elemento fundamental para a compreensão das definições teóricas e ideológicas das organizações brasileiras.

Discordando de tal posicionamento, Reis Filho (1989) rejeita essas idéias de que a teoria e a ação dos comunistas brasileiros não passavam de ecos de diretrizes

internacionais, pois não podemos inferiorizar as dinâmicas internas das organizações, as reflexões teóricas e as conseqüentes mudanças nas linhas políticas enquanto aspectos motivadores das suas ações. Em relação a tal tipo de análise, Hobsbawn (2003) afirma que:

Os historiadores, todavia, devem também distinguir entre os elementos nacionais dos partidos comunistas e os internacionais, inclusive aquelas correntes dos movimentos nacionais que puseram em prática a linha internacional, não por que tivessem que fazê-lo, mas por que estavam realmente de acordo com ela. Devem distinguir entre os elementos genuinamente internacionais da política do Comintern e aqueles que refletiam apenas os interesses do Estado da URSS e as preocupações táticas ou de outra natureza da política interna soviética. Tanto no âmbito nacional quanto no internacional, devem distinguir entre as decisões políticas fundadas em conhecimento, ignorância ou intuição, na análise marxista (correta ou não), tradição local, imitação de exemplos estrangeiros adequados ou não, ou pura tentativa e erro, percepção tática ou formulas ideológicas. (HOBSBAWN, 2003, p.18).

Desse modo, visamos compreender a presença das idéias maoístas nas práticas da Ação Popular como resultado de um processo de reflexão teórica que se iniciou após o golpe de 1964 e também pela influência do contexto internacional marcado pelo desencadeamento da chamada “Revolução Cultural Proletária” que estava em curso na China exportando ideais de igualitarismo, abnegação e serviço.

Para o melhor tratamento dessas questões, usamos os procedimentos da História Comparada no decorrer desta pesquisa para analisar a influência do pensamento tático e estratégico maoísta nas práticas de uma organização da esquerda brasileira. Segundo Barros (2007)

A História Comparada tanto impõe a escolha de um recorte geminado de espaço e tempo que obrigará o historiador a atravessar duas ou mais realidades sócio-econômicas, políticas ou culturais distintas, como de outro lado esta mesma História Comparada parece imprimir, através do seu próprio modo de observar a realidade histórica, a necessidade a cada instante atualizada de conciliar uma reflexão simultaneamente atenta às semelhanças e às diferenças, repensando as metodologias associáveis a esta prática. (Id.,2007, p.3).

Fazendo analogias e identificando as semelhanças entre as ações do Partido Comunista Chinês durante os anos da “Revolução Cultural Proletária” e as práticas da Ação Popular, focalizando os aspectos da integração da militância em ambos, tornou-se possível através dessa metodologia perceber a influência do pensamento maoísta nas ações da AP.

A História Comparada se constitui num importante referencial metodológico para o estudo da história das esquerdas, na medida em que a atuação desses grupos é marcada por relações com o comunismo internacional, no nosso caso o chinês.

No estudo da história da Ação Popular, este trabalho visa contribuir a partir de uma perspectiva histórica investigativa distinta, na proporção em que aprecia os pressupostos teóricos impulsionadores da atuação da Ação Popular entre os anos de 1967-1970. De tal maneira, essa dissertação se insere no viés da Nova História Política.

Ao longo do século XIX e início do século passado, a História Política era entendida como uma espécie de história que estava centrada nas batalhas, nas guerras e nas negociações envolvendo os diferentes Estados. Após ter desfrutado de um amplo prestígio, a História Política entrou num processo de declínio.

De acordo com Falcon (1997), a partir de 1929 a História Política passou a enfrentar de fato o seu declínio com a fundação da revista *Annales* a qual forneceria um impulso ao processo de transformação do conhecimento histórico.

March Bloch e Lucien Febvre deram início a uma nova produção historiográfica que deslocava seu foco fundamental para os aspectos relacionados à atividade humana. Os historiadores vinculados ao projeto dos *Annales* acreditavam que as estruturas duráveis são mais reais e determinantes que os acidentes de conjuntura. Para eles, os fenômenos que se desencadeavam numa longa duração eram mais significativos do que os movimentos de fraca amplitude e os comportamentos coletivos teriam mais importância sobre o curso da história do que as ações individuais. Além disso, propuseram uma ampliação do domínio historiográfico, não tendo mais o estudo dos Estados através de suas guerras e relações diplomáticas como centro de atenção dos historiadores.

A História Política Tradicional sofreu críticas por parte dos *Annales*, pois ela realizava uma descrição linear baseada em eventos, homens e datas, sendo carente de interpretações que levassem em conta a situação sócio-econômica do “fato” examinado. Privilegiando o episódico e sendo caracterizada como elitista e factual, a história política estava voltada para as grandes figuras políticas, desprezando as massas anônimas.

Falcon (1997) localiza no período entre 1945 e 1968/1970 a crise final da “história política tradicional” e no período posterior a 1970 como o processo de constituição de uma “nova história política”. A partir dos anos 50, com a transformação da VI Seção da École Pratique des Hautes Études en Sciences Sociales, por Braudel, os espaços para os estudos relacionados ao político fecharam-se. Para Braudel, a história era explicada pelas grandes pulsações econômicas, sendo que na sua teoria da longa, média e curta duração o político era considerado um aspecto irrelevante.

Somente nos anos 70, deu-se início um processo que Remond (1996) chamou de “renascimento da história política”. De acordo com esse autor, esse processo estava ligado a fatores endógenos e exógenos. Para ele, as crises econômicas que abalaram as economias liberais levaram o Estado a intervir promovendo com isso uma ampliação no seu campo de ação. Logo, o alargamento da competência do Estado foi acompanhado da expansão do domínio da ação política.

Além disso, Remond afirma que as rigorosas críticas feitas à História Política impulsionaram um processo de reflexão interna. Com base nisso, os historiadores do político encontraram no seu próprio passado exemplo do que deveriam se tornar, redescobrendo contribuições de Charles Seignobos, André Siegfried, George Weil, Jean Jacques Chevalier e Jean Touchard.

Nesse processo de renovação, Remond aponta a importância do contato da história com outras disciplinas. De acordo com ele,

A renovação da história política foi grandemente estimulada pelo contato com outras ciências sociais e pelas trocas com outras disciplinas. É uma verdade geral a utilidade, para todo ramo do saber, de abrir-se para outros e acolher contribuições externas, mas o objeto da história política, sendo por sua natureza multidisciplinar, torna isso uma necessidade mais imperativa que em outros casos. (...). Assim como a história religiosa se beneficiou muito das contribuições da sociologia religiosa, a história política deve bastante as trocas com outras disciplinas: sociologia, direito público, matemática, informática, cartografia e outras de que esqueço. (REMOND, 1996, p.29).

Desse modo, podemos afirmar que esse processo de trocas interdisciplinares forneceu à História Política elementos para seu processo de renovação.

De acordo com Falcon, a terceira geração dos *Annales* obteve fora da historiografia sustentação teórica para repensar a relação Estado e sociedade, o que representou um interesse em renovar os estudos sobre o político. Esse processo deu abertura a *nouvelle histoire* para novas concepções e temas pouco abordados pela historiografia como os poderes, as instituições supostamente não políticas, as práticas discursivas etc.

Enquanto a História Política do século XIX se interessava exclusivamente com a política dos grandes Estados conduzida pelos “grandes homens”, a Nova História Política que começou a se consolidar nos anos 80 passaria a se preocupar com as grandes massas anônimas e com o indivíduo comum. Além disso, se interessaria pelo poder nas suas mais variadas modalidades, tais como os micropoderes presentes no cotidiano, o uso do político no sistema de representações etc. (BARROS, 2004).

Os estudos políticos produzidos no Brasil contribuíram para alargar a concepção de política para além da esfera institucional/administrativa, de modo que passaram a contemplar a ação do Estado e de outros atores coletivos até então praticamente ignorados, assim como deram início ao movimento de aproximação entre o político e o cultural.

De tal modo, a ênfase na história das guerras ou das relações diplomáticas decaiu. A partir dessa renovação pensa-se nas disputas eleitorais, nas ideologias política, nos partidos políticos etc. Logo, justamente esse resgate da ação dos homens comuns no campo do político faz com que o estudo realizado nesta dissertação tenha a Nova História Política como seu referencial teórico.

Maoísmo na Bahia possui como horizonte teórico a Nova História Política na medida em que trata da experiência dos militantes da Ação Popular que participaram do processo de “integração na produção” na Bahia, analisando o pensamento maoísta como pressuposto teórico dessa prática.

Entretanto, para “dar voz” aos integrados à produção utilizamos a História Oral com suporte metodológico. Foram utilizados direta e indiretamente 10 depoimentos orais com militantes e simpatizantes da Ação Popular, os quais nos permitiram reconstruir as ações e as experiências vividas durante o período que estes passaram integrando junto às massas operárias e camponesas na Bahia.

Devemos fazer algumas considerações a respeito das fontes que corroboram esta pesquisa. Na dissertação utilizamos depoimentos orais de militantes e simpatizantes da organização, documentos partidários e edições dos periódicos: *Revolução e Libertação*. Tais documentos foram coletados no Arquivo Edgard Leuenroth (Fundo Duarte Pereira e os anexos do Acervo Brasil Nunca Mais); no Arquivo Público do Estado de São Paulo (Fundo DEOPS- SP); no Centro de Documentação e Informação Científica Prof. Casemiro dos Reis Filho e no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (Fundos Daniel Aarão Reis e Jair Ferreira de Sá).

Vale a pena ressaltar que encontrar militantes que participaram do processo de “integração na produção” na Bahia foi uma tarefa difícil, pois os militantes por questões de segurança não integravam no seu Estado de origem. Tanto que entre os ex-integrados à produção entrevistados encontramos pernambucanos, sergipanos e paulistanos.

Existe uma dinâmica muito intensa entre as fontes escritas e orais, já que os depoimentos conseguem “vivificar” os fatos fornecendo-lhes uma nova dimensão. De modo que, o valor das fontes orais não se deve a produção de novas informações, mas ao redimensionamento que é dado aos fatos, aos perfis dos atores, fazendo com que o pesquisador possa rever dados e interpretações tornando as entrevistas um material valioso para a pesquisa.

A História Oral surge como uma “nova” opção do trabalho do historiador na renovação das visões sobre seu envolvimento com os sujeitos e os problemas da pesquisa. Assim,

Nesse estilo de trabalho, a tarefa de produzir conhecimentos historiográficos se torna válida, especialmente rica e atual, já que implica em reflexão teórica, trabalho empírico e de campo; maior ligação e vínculo pessoal com os sujeitos estudados; um processo de constituição de uma fonte e um processo de produção de conhecimentos científicos, isto é, um processo que permite ao pesquisador se transformar no que sempre pretendeu, um historiador. (LOZANO, 1996, p.24).

Fazer história significa produzir conhecimentos históricos e não um relato ordenado da experiência dos outros, de modo que as fontes orais não devem ser utilizadas como citações recortadas sem nenhuma análise crítica. De maneira que, as fontes orais requerem como qualquer outro documento uma apreciação crítica.

Não há razões para entendermos que a fala da testemunha corresponda fielmente à realidade histórica, não porque o indivíduo esteja mentindo, mas porque a memória possui mecanismos de elaboração e seleção das experiências vividas.

Não se trata de propor interpretações da mensagem que lhe é comunicada, mas de saber que o não-dito, a hesitação, o silêncio, a repetição desnecessária, o lapso, a divagação e a associação de elementos não integrantes e até estruturantes do discurso e do relato. Não cabe desesperar-se com mentiras mais ou menos fáceis de desmascarar nem com o que pode ser tomado como contraverdades da palavra-fonte. (VOLDMAN, 1996, p.38).

De tal maneira, devemos estar atentos às astúcias ou até mesmo às armadilhas que podem ocorrer durante o ato de “contar” o fato, pois lidamos com ex-militantes de organizações de esquerda. Afinal, existem informações que eles acreditam não poderem revelar ao pesquisador. Logo, ocorrerá um processo de seleção fazendo com que alguns acontecimentos sejam lembrados e outros não. Justamente isso faz com que seja necessária a realização de uma leitura crítica da transcrição da mesma forma que fazemos com outro documento.

A evidência oral analisada, interpretada e situada historicamente se define como uma peça chave para o incremento deste trabalho, devido ao auxílio que ela nos fornece para compreendermos melhor a experiência dos integrados à produção no campo e nas fábricas. Justamente por esse motivo,

Uma entrevista de história oral tem uma vivacidade especial. É da experiência de um sujeito que se trata; sua narrativa acaba colorindo o passado com um valor que nos é caro: aquele que faz do homem um indivíduo único e singular, um sujeito que efetivamente viveu – e, por isso dá vida as conjunturas e estruturas que de outro modo parecem tão distantes. Ouvindo-o falar, temos a sensação de ouvir a história sendo contada em um contínuo, temos a sensação de que as descontinuidades são abolidas e recheadas com ingredientes pessoais: emoções, reações, observações, idiossincrasias, relatos pitorescos. (ALBERTI, 2003).

Na introdução, que é contada como primeiro capítulo, fazemos a apresentação da pesquisa desenvolvida e a análise do referencial teórico – metodológico utilizado nesta dissertação.

No segundo capítulo procuramos apresentar o contexto social e político de formação da Ação Popular, demonstrando as experiências da organização junto às

massas antes do golpe de 1964 através do MEB, da fundação de sindicatos rurais, da participação nos movimentos de alfabetização popular etc. Após o golpe, apresentamos como se sucedeu seu processo de reorganização e as mudanças ocorridas no seio da organização que sofreu um processo de redefinição teórica dando início ao processo de adesão ao marxismo. A aproximação da AP ao foquismo é apresentada nesse capítulo, assim como o processo de transição para o maoísmo.

No terceiro capítulo realizamos uma análise bibliográfica apresentando o posicionamento dos autores que estudaram a história da Ação Popular diante do processo de “integração na produção”. Nossa discussão neste capítulo abordou o significado do processo de integração, debatendo a respeito das suas diferenças em relação à experiência dos padres operários, a qual ela é comumente associada. Além disso, mostramos como se desencadeava a preparação dos militantes enviados para o campo ou a fábrica e as pesquisas realizadas pela AP na escolha das bases de apoio, ou seja, as áreas onde os militantes seriam enviados. Apontando as bases no campo e na fábrica no Estado da Bahia descrevemos como se processou a integração em nosso estado baseados nos depoimentos orais, os quais nos permitiram obter uma avaliação dos ex-integrados em relação a essa experiência.

No quarto capítulo apresentamos uma análise a respeito da presença do maoísmo no discurso da Ação Popular. Para demonstrar o quanto o pensamento de Mao Tsé Tung influenciou a construção da estratégia de luta da Ação Popular fazendo um paralelo entre os documentos partidários e alguns textos das Obras Escolhidas de Mao Tsé Tung, elemento principal para se conhecer a história da China no século passado, mostrando que a “integração na produção”, o ideal de guerra popular prolongada através do cerco das cidades a partir dos campos se fazem presentes em parte da história da Ação Popular.

2 POR UMA HISTÓRIA DA AÇÃO POPULAR: DO CRISTIANISMO AO MAOÍSMO

2.1 AS ORIGENS DA AÇÃO POPULAR

Durante o Pontificado do Papa Pio XI (1922-1939) iniciou-se na Itália um movimento de leigos de grande importância na Igreja Católica contemporânea, que foi a Ação Católica. Sua criação estava diretamente ligada à necessidade que a Igreja tinha de recuperar e fortalecer sua presença na sociedade para reconquistar as massas que começavam a se aproximar do comunismo.

A Ação Católica Brasileira (ACB) foi lançada em 1923 por Dom Sebastião Leme, arcebispo do Rio de Janeiro. A princípio a ACB funcionou com os mesmos moldes da Ação Católica, principalmente no que se refere à dependência da hierarquia eclesiástica. No entanto, havia a necessidade da ACB se ocupar dos problemas brasileiros. Assim, durante a Quarta Semana Nacional da ACB se chegou a conclusão de que o apostolado deveria ser dividido em ramos para que se pudesse conhecer mais profundamente o meio no qual se trabalhava. Desse modo, fundou-se a Juventude Agrária Católica (JAC) para o meio rural; a Juventude Estudantil Católica (JEC) para o movimento estudantil secundarista; a Juventude Independente Católica (JIC) para o meio independente; a Juventude Operária Católica (JOC) e a Juventude Universitária Católica (JUC) para o meio universitário. (SOUZA, 1984)

A Juventude Universitária Católica foi criada em 1930, como parte da Ação Católica Brasileira. Em seus princípios era um movimento conservador, clerical que tinha como objetivo influenciar o sistema educacional brasileiro, promovendo a cristianização de uma futura elite intelectual que estava se formando nas universidades. Porém, essas preocupações estritamente religiosas iriam se transformar numa postura mais crítica exigida pelo contexto social, econômico e político do país. De modo que, a partir do final dos anos 50, os militantes da JUC começariam a perceber que a cristianização dos indivíduos não era suficiente para a transformação da sociedade brasileira, pois a defesa dos seres humanos e sua cristianização exigiam deles um engajamento no meio.

Esse desejo por um maior envolvimento com os problemas sociais e políticos do país por grande parte dos membros da JUC está diretamente ligado às condições internas e históricas tanto nacionais quanto internacionais.

A Igreja Católica iniciava um processo de renovação em seu interior visando atender aos desafios propostos pelo mundo moderno. Tanto que o Pontificado de João XXIII (1958-1963) pode ser entendido como uma grande expressão dessas mudanças, já que trazia uma preocupação muito intensa com a miséria das populações subdesenvolvidas. Em suas duas encíclicas, *Mater et Magistra* (1961) e *Pacem in Terris* (1963), João XXIII demonstrou que a existência de diferenças sociais entre grupos e nações exigia novas atitudes da Igreja e dos cristãos. Ambas encíclicas expressavam a necessidade de uma ação consciente e organizada dos cristãos e não – cristãos para a construção de uma sociedade justa e humana.

O Concílio Vaticano II começou em 1962 sob a orientação de João XXIII, que reuniu os bispos do mundo inteiro em Roma para discutir uma visão mais aberta da Igreja. Apesar das contradições, tensões e limites que permeavam essas mudanças, o Concílio enfatizou a missão social da Igreja declarando a importância do laicato em seu seio, desenvolveu a noção de Igreja como povo de Deus, valorizou o diálogo ecumênico, maior co-responsabilidade dentro da Igreja, modificou a liturgia de modo a torná-la mais acessível e introduziu uma série de outras modificações. (MAINWARING, 1989).

No que se refere ao contexto internacional, tínhamos um quadro de revoluções que estavam se desencadeando da América Latina à Ásia. A vitória da Revolução Cubana em 1959 causaria um grande impacto nas esquerdas latino-americanas. Nesse mesmo período, ocorria o processo de independência da Argélia e de outros países africanos e, além disso, se desencadeava a guerra do Vietnã que provocava protestos em todo o mundo.

Paralelamente a isto, no Brasil, durante o governo de João Goulart o país registrou um significativo avanço nos graus de organização e politização das classes populares que se engajariam intensamente nas lutas pelas reformas de base. Desse modo, como dizia Lowy (2007),

A descoberta do marxismo pela esquerda cristã não foi um processo puramente intelectual ou universitário. Seu ponto de partida foi um fato social evidente, uma realidade maciça e brutal no Brasil: a pobreza. O marxismo foi escolhido por que parecia oferecer a explicação mais sistemática, coerente e global das causas dessa pobreza e, ao mesmo

tempo, uma proposta radical para sua supressão. Para lutar de forma eficaz contra a pobreza e superar os limites da visão caritativa tradicional da Igreja, era necessário compreender suas causas. (Id., 2007, p.413).

O reflexo dessas transformações na Doutrina Social da Igreja e no contexto nacional e internacional apareceria através do novo modo de agir e pensar da JUC a partir de 1959 por meio de um documento apresentado pelo assistente da JUC de Recife Pe. Almerly Bezerra chamado *Da necessidade de um Ideal Histórico* através do qual se falava da necessidade de abrir o movimento para diversos temas sociais. Porém, segundo Semeraro (1994) foi no Congresso dos 10 anos da JUC realizado em julho de 1960 que esse movimento de leigos tomou a consciência das suas reais possibilidades de atuação e influência. Nesse congresso foi apresentado um texto chamado *Algumas diretrizes de um Ideal Histórico cristão para o povo brasileiro* pela Equipe do Regional Centro-Oeste, que pode ser visto como uma amostra do nível de consciência política que vinha sendo adquirida pela JUC através da sua análise marxista da sociedade e crítica ao capitalismo.

O que devemos dizer, sem tergiversações, é que o capitalismo, realizado historicamente, só pode merecer a tranqüila condenação da consciência cristã. São necessárias justificativas? Mais que suficientes seria lembrar aqui algumas das alienações da pessoa humana confinadas no repertório da situação capitalista concreta: redução do trabalho humano à categoria de mercadoria; ditadura da propriedade privada, não submetida às exigências do bem comum; abuso do poder econômico; concorrência desenfreada, de um lado, e práticas monopolísticas de toda a sorte, de outro; motivação central no espírito de lucro; criação e sustentação da condição proletária; etc².

Segundo Lowy (2007), este documento, redigido por Herbert José de Souza, Vinicius Caldeira Brant e outros dirigentes da JUC, em Belo Horizonte, pode ser considerado o texto fundador do cristianismo de libertação no Brasil e em toda a América Latina. De acordo com o autor,

Embora o documento se refira a Emanuel Mounier e a Tomas de Aquino, sua terminologia e suas análises são em grande parte de corte marxista: a partir de uma colocação “essencialmente anticapitalista e antiimperialista”, ele exige um “verdadeiro compromisso com as classes exploradas, em uma verdadeira negação da estrutura capitalista. (Ibid., p.416).

² JUVENTUDE UNIVERSITÁRIA CATÓLICA. Algumas diretrizes de um ideal histórico cristão para o povo brasileiro. In: LIMA, L.G.S. **Evolução política dos católicos e da igreja no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1979, p.89.

Diante desses problemas da realidade brasileira, os militantes da JUC iam percebendo as limitações do seu campo de atuação no seio do movimento. Havia uma necessidade de participação em um movimento diretamente político, mas na JUC, que era coordenada pela hierarquia eclesiástica, o espaço para a prática política era muito restrito.

A partir de 1960 perceberemos a presença cada vez mais intensa dos militantes jucistas no meio estudantil. Neste mesmo ano, a JUC apoiou o baiano Oliveira Guanais, candidato da esquerda para a presidência da União Nacional dos Estudantes (UNE). Sua gestão, segundo Lima e Arantes (1984) ajudou a ligar mais a UNE às bases e a mobilizar os estudantes para a discussão dos seus problemas. De modo que, foram organizados encontros para debater os problemas regionais, tais como o I Seminário Nacional de Reforma Universitária, na Bahia.

Em 1961, foi eleito presidente da UNE Aldo Arantes, que era militante da JUC e presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), tendo sua chapa composta por membros da União da Juventude Comunista. Além da presença na entidade representativa dos estudantes, a JUC estaria envolvida em importantes episódios da política nacional e estudantil como a campanha pela legalidade liderada por Leonel Brizola, a campanha pela reforma universitária que desembocou na chamada greve de 1/3, a organização da UNE-Volante que percorreu praticamente todas as capitais do país organizando o movimento estudantil. Porém, as atividades dos militantes da JUC não se restringiam ao meio universitário, pois eles atuaram em programas de educação popular e educação camponesa tais como o Movimento de Educação de Base, as Ligas Camponesas, o Centro Popular de Cultura etc. (LIMA; ARANTES, 1984).

Entretanto, a eleição de Aldo Arantes desencadeou grandes atritos com a hierarquia eclesiástica. De modo que, D. Jaime, prevendo os desdobramentos dessa politização extrema dos militantes, pediu que Aldo escolhesse entre a presidência da UNE e a militância na JUC. Como este escolheu a primeira opção acabou sendo expulso da JUC.

Segundo Souza (1984), diante de tal fato, a Comissão Nacional da CNBB publicou o documento *Diretrizes da Comissão Episcopal da ACB e do Apostolado dos Leigos da JUC* no qual o episcopado apresentou os princípios que deveriam nortear a ação dos militantes. Além disso, fazia crítica à politização dos seus

membros, afirmando que a idéia de que o socialismo seria a solução para os problemas do país era incorreta e não seria prudente propor o desencadeamento de uma revolução brasileira. Com isso, ficava estabelecido que:

A partir de 1962, nenhum dirigente jucista poderá concorrer a cargos eletivos em organismos de política estudantil, nacionais ou internacionais, sem deixar os seus postos de direção na JUC. O mesmo se diga, como é evidente, quando se trata de participação ativa em partidos políticos³.

Assim, com o início de um conflito declarado com a Igreja Católica, surgiu a necessidade de outro instrumento de ação política que fosse capaz de responder às questões colocadas pela realidade social, econômica e política. Isto fez com que setores da JUC passassem a buscar a criação de outra organização dando início ao processo de formação da Ação Popular.

A Ação Popular formou-se após três reuniões. O primeiro encontro ocorreu em São Paulo, em 1962. Apesar de sua origem estar centrada principalmente na JUC, outros grupos sociais religiosos ou não, pertencentes ou não ao meio estudantil fizeram parte da fundação da AP. (RIDENTE, 2002)

Nesta primeira reunião foi aprovado um documento chamado *Esboço Ideológico* que defendia o socialismo e a revolução brasileira. O nome do escolhido foi Grupo de Ação Popular (GAP), mas o surgimento pouco tempo depois de um agrupamento fascista chamado Grupo de Ação Patriótica (GAP) fez com que essa sigla fosse abandonada e o movimento passasse a ser chamado de “grupão” antes de receber o nome de Ação Popular. (SOUZA, 1984).

A segunda reunião de fundação da Ação Popular foi realizada em Belo Horizonte em 1962 quando ficou estabelecido que o novo nome seria Ação Popular (AP). A última reunião ocorreu em fevereiro de 1963, em Salvador, onde ocorreu o I Congresso da Ação Popular onde foi aprovado o seu *Documento - Base* que expressava em sua introdução a marca do humanismo cristão e do socialismo revolucionário que seria o guia teórico do restante do documento.

³ DIRETRIZES da Comissão Episcopal da ACB e do Apostolado dos Leigos da JUC. Revista Eclesiástica Brasileira, v. 21, p.944-950, dez. 1961. In: SOUZA, L.A.G.S. **A JUC**: os estudantes católicos e a política. Petrópolis: Vozes, 1984, p.191.

A Ação Popular é a expressão de uma geração que traduz em ação revolucionária as opções fundamentais que assumiu como resposta ao desafio de nossa realidade e como decorrência de uma análise realista do processo social brasileiro na história em que nos é dado viver.

Visão, opção e ação traduzem para nós três momentos articulados de um só movimento mesmo de nossa presença a história de que não somos espectadores, mas atores conscientes. (...) A direção da nossa ação não se traça a partir de um cálculo prudente das posições meio-termo. Por que nosso encontro com a realidade é um duro e implacável corpo a corpo com as forças sociais que exploram, aviltam e mutilam o homem. É esta realidade deformada e desumanizada que nos vergasta asperamente o rosto e nos lança diante do desafio. Diante dela nos situamos, com ela nos medimos, nela mergulhamos na aventura, no risco, na gravidade única de um combate pelo homem. Não para teorizar uma vez mais. Mas para transformar radicalmente. Para conquistar a estatura autêntica do ser humano.

Nosso compromisso único é, pois, com o homem. Com o homem brasileiro, antes de tudo. O que nasce com a sombra da morte prematura alongando-se sobre o seu berço. O que vive com o espectro da fome habitando seu teto miserável, acompanhando inseparável seus passos incertos, passos de quem caminha na vida sem esperanças e sem rumo. O que cresce embrutecido e analfabeto, exilado, longe dos bens da cultura, das possibilidades criadoras dos caminhos autenticamente humanos de uma liberdade real. O que morre de morte animal e anônima, atirado ao duro chão de sua miséria.

Pelo homem lutamos e também com o homem. Nossa luta é de todos. Só na consciência do humilhado e do escravo nascerá a flama da libertação. As condições concretas de sua existência dão os elementos e a perspectiva de sua luta. Essa perspectiva também é a nossa⁴.

Esse documento aponta para uma proposta original feita pela AP na mudança da estrutura do regime capitalista para um socialismo diferente do que existia na URSS, já que era voltado para idéia de libertação humana através da proposta de um "socialismo como humanismo". Na verdade, era bastante intensa nesse período a influência do pensamento cristão e dos católicos progressistas na organização. De modo que, a ideologia da AP propunha o engajamento político dos cristãos no processo de transformação da realidade brasileira partindo de motivações humanistas que apontavam um projeto socialista que mantinha uma postura crítica em relação à União Soviética e outros países socialistas.

⁴ AÇÃO POPULAR. Documento Base, 1963. In: LIMA, L.A.G.S. **Evolução Política dos católicos e da Igreja no Brasil**: hipóteses para uma interpretação. Petrópolis: Vozes, 1979.

2.2 A ATUAÇÃO DA AÇÃO POPULAR NA BAHIA ANTES DO GOLPE DE 1964

A Ação Popular nesse período ainda possuía uma noção imatura de como se organizar o processo revolucionário, porém a organização já queria disputar com as outras a hegemonia da revolução brasileira e sabia que para preparar a revolução era necessária a formação de um partido de vanguarda que organizasse as massas. Porém, como era uma organização basicamente estudantil, a AP passou a se preocupar em ampliar suas bases nos movimentos operários e camponeses. O Brasil vivia um contexto marcado por uma ascensão das classes populares, o que apontava a importância de um trabalho da organização no campo e na fábrica.

A AP iniciou um trabalho junto aos camponeses através das Ligas Camponesas. No entanto, foi através da participação no Movimento de Educação de Base (MEB) e na Superintendência para Reforma Agrária (SUPRA) que a AP conseguiu obter um contato maior com o mundo rural. (LIMA; ARANTES, 1984).

Durante os anos 60, os católicos e os organismos ligados a eles, como a Ação Popular, participaram e até mesmo criaram várias experiências de educação popular, dentre os mais significativos podemos citar o Movimento de Educação Popular baseado no método Paulo Freire e o Movimento de Educação de Base (MEB).

O MEB nasceu em 1961 por meio de uma parceria entre o governo federal que apoiaria o programa com recursos financeiros e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) seria responsável pela execução de um plano de instalação e gerenciamento de uma rede escolar radiofônica nas áreas menos desenvolvidas do país.

Segundo Wanderley (1984), o investimento do governo estava diretamente ligado à ampliação do contingente eleitoral, diminuição do poder das oligarquias rurais e ao aumento do controle sob as massas rurais. Enquanto que, a Igreja Católica desejava auxiliar na educação dos camponeses para aumentar sua influência e prestígio, visando através desse trabalho afastar o comunismo.

O MEB tinha como objetivo realizar a alfabetização de adultos através da implantação de escolas radiofônicas no interior e nas regiões menos desenvolvidas do Brasil. Segundo Souza (2006),

A cúpula da CNBB delegou ao MEB o papel de promover junto à população do meio rural nordestino a incorporação de valores do cooperativismo, do associativismo e sindicalismo na produção agrícola, incentivando a ação autônoma das comunidades para a promoção do bem comum e do progresso econômico. Este trabalho objetivava a mudança de hábitos e valores da população rural, superando valores locais em direção a valores morais definidos como universais pela Igreja Católica: valores ligados à nobreza do trabalho, à subordinação do indivíduo ao bem comum, à ação solidária⁵.

Entretanto, a partir de uma finalidade alfabetizadora surgiu o ideal de educação que incentivava a consciência crítica e a politização, a valorização da cultura popular, autonomia das comunidades rurais, etc. Para o MEB, o povo deveria ser agente da sua própria história, atribuindo assim uma maior responsabilidade aos setores populares e questionando a visão tradicional de que as massas seriam incapazes de modificar sua realidade social e econômica.

Os leigos do MEB começariam a tomar consciência da difícil realidade social e econômica do homem do campo, o que fazia com que os quadros fizessem uma crítica mais aprofundada em relação à postura tida até então. Além disso, o contato com organismos políticos como a Ação Popular e com o movimento pelas Reformas de Base fizeram com que uma mudança na sua atuação fosse vista como necessária.

De acordo com Souza (2006), em alguns documentos que circularam no MEB entre 1962-1964, *tais como Mensagem da Comissão Central da CNBB*, aparecia a idéia de que uma contradição aguda que levava a desigualdade social exigia propostas de ações políticas de transformação social. Como o MEB se propunha a contribuir para as transformações na estrutura ficaria fixado que:

Em seus objetivos específicos o MEB se propõem:

- a) Alfabetização e iniciação em conhecimentos que se traduzam no comportamento prático de cada homem e da comunidade, no que se refere à saúde e alimentação; ao modo de viver; as relações com seus semelhantes; ao trabalho e ao crescimento espiritual.
- b) Conscientização do povo levando-o a descobrir o valor próprio de cada homem; despertar para seus problemas e provocar mudanças de situação; buscar soluções caminhando com seus próprios pés; assumir responsabilidades no soerguimento de sua comunidade.

⁵ SOUZA, C.M. de. **Pelas ondas do rádio**: cultura popular, camponeses e o Movimento de Educação de Base. 2006. 365 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, p.49.

c) Animação de grupos de representação e promoção, aliando-se com os movimentos de cultura popular que propiciam a integração de todos os membros de nossa sociedade na mesma cultura.(sic.)⁶.

Justamente seguindo essa linha, a Ação Popular e o MEB vão realizar uma parceria agindo diretamente na escola rural promovendo um trabalho de alfabetização, conscientização política, promoção social, etc. Segundo o depoimento do ex-militante da AP Péricles de Souza,

Quando eu fui trabalhar no MEB, eu já era da AP. Já era uma atuação vamos dizer assim organizada, voltada pra objetivos políticos mais claros. No período da militância católica esses objetivos políticos se misturavam com a questão religiosa, militância religiosa e tal. No MEB, não. Já fomos eu e outros companheiros, fomos com intenções políticas, já pra exercer uma atividade política no caso aí voltado mais para o interior. (...) o foco de atuação do MEB no seu surgimento é alfabetizar pessoas no interior através de aulas radiofônicas. O projeto tinha estações de rádio ou alugava horários em estações de rádio comerciais, aqui na Bahia a principal estação utilizada na época era a Rádio Sociedade de Feira de Santana e através do rádio se transmitia aulas de linguagem, aritmética, ciências etc. E aulas de educação de base que é onde entrava um pouco o sentido político da alfabetização. Essas aulas radiofônicas, elas tinham monitores nos locais as áreas principalmente rurais, tinha um rádio com faixa cativa, era um rádio que só pegava aquela estação(...) havia um sistema de supervisão ou seja de pessoas em geral, educadores e professores que acompanhavam essas rádios em visitas periódicas. Aqui na Bahia, deve ter tido não sei umas 500 ou mais escolas radiofônicas, isso se expandiu pelo interior todo, era um instrumento muito interessante na época de contato, penetração na zona rural. (sic., SOUZA, P. de, em 14/09/04).

Através desta participação no MEB, os quadros da AP procuraram conscientizar os camponeses, mas também organizá-los e mobilizá-los visando ampliar as bases da organização no campo.

Paralelamente ao MEB, a Ação Popular participou também de um sistema de alfabetização popular baseado no método do educador católico Paulo Freire. Ele acreditava que a educação deveria tornar o homem consciente de sua liberdade no mundo, da sua possibilidade de escolhas e opções e da sua capacidade crítica em relação à sociedade na qual ele vivia. De forma que, a alfabetização deveria ser feita tendo como centro os problemas existenciais do homem, ou seja, deveria estar sempre vinculada à realidade do aluno. Segundo Mainwaring (1989):

⁶ MEB/ NACIONAL. Informações sobre o MEB, 1963. In: SOUZA, C.M. de. **Pelas ondas do rádio: cultura popular, camponeses e o Movimento de Educação de Base**. 2006. 365 f. Tese (Doutorado em História) - IFCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, p.54.

Embora Freire não acreditasse que a educação popular pudesse resolver os problemas estruturais da sociedade, ele a valorizava por que criava um “espaço” democrático dentro de uma sociedade não democrática e por que podia mobilizar os setores populares a trabalharem pela transformação social. Ele via a educação como tendo um fim político por que poderia ajudar a construir uma nova sociedade que viesse a facilitar a realização do ser humano. Embora estivesse convencido de que a transformação política era importante, Freire rejeitava a visão de que uma mudança revolucionária necessariamente resolveria todos os problemas sociais básicos. Nesse sentido, Freire rejeitava o leninismo. Sua ênfase na liberdade, na capacidade de todas as pessoas e no respeito às classes populares entrava em conflito com a ênfase leninista na necessidade de um partido de vanguarda que tomasse as decisões chaves. (MAINWARING, 1989, p.91).

Na Bahia, esse projeto também foi desenvolvido por militantes e até mesmo por simpatizantes da AP, tal como Iranildes Viana, que percorria bairros populares realizando um trabalho de alfabetização. Segundo ela,

Eu atuei numa experiência de educação popular mesmo, assim com alfabetização baseada no método Paulo Freire. A gente se deslocava para a periferia depois do trabalho num volks lá pros lados do Bom Juá (...) aí vinha um grupo que só tinha feirante, só tinha gente do povo e eu e uma colega minha que segurava a parte da alfabetização e eu fazia a parte da discussão sobre a realidade. Era uma coisa maravilhosa. A capacidade que o método tinha de fazer as pessoas se darem conta da realidade em que elas estavam vivendo. (VIANA, I., em 14 set. 2004).

Foi participando de atividades do MEB, da SUPRA através do sindicalismo rural e outras iniciativas independentes que a AP conseguiu criar vínculos com o movimento camponês. De modo que, a organização acabou participando em 1963 da fundação da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais, a CONTAG, e fazendo parte da primeira diretoria do órgão.

A AP teve uma participação bastante intensa no processo de fundação de sindicatos rurais antes do golpe. Podemos perceber isso através do depoimento de Péricles de Souza que nos forneceu um relato de sua experiência.

No desdobramento dessa experiência de educação pelo rádio, de educação a distancia pelo rádio e das aulas de educação de base veio a questão do sindicalismo rural, ou seja, no começo do governo João Goulart houve uma importante modificação no sentido progressista democrático da legislação sindical rural (...) Com a mudança da legislação houve uma corrida ao campo de diversas forças políticas para criar sindicatos. Então os comunistas, o pessoal da AP, setores da Igreja até mais a direita, mais conservadores se puseram a criar sindicatos rurais pelo interior do país. Aqui na Bahia, o MEB daqui estadual constituiu uma chamada equipe de sindicalismo rural que eram pessoas voltadas para criação de sindicatos rurais no interior. Eu participei disso juntamente com

outros companheiros como o Professor Elenaldo Teixeira, Vetúlia Carvalho Leite (...) era a organização de sindicatos de trabalhadores rurais, treinamento de suas diretorias do ponto de vista da AP, pretendíamos a elevação do nível da organização, de consciência política dos trabalhadores rurais. Nos fundamos uns 15 sindicatos rurais até o golpe. (...) Os primeiros sindicatos que nós organizamos, que eu me lembro, foram em Feira, em Cachoeira, em Cruz das Almas, em Santo Antonio de Jesus, São Miguel das Matas, Amargosa, Senhor do Bonfim, São Felipe. (...) Esses sindicatos não chegaram a consolidar eles tinham dois anos quando veio o golpe e fechou todos eles. (SOUZA, P. de, em 14 set. 2004).

A atuação da AP junto aos movimentos de sindicalização e educação camponesa concederia a organização certa experiência no trabalho de educação e organização das massas, o qual iria ser aprimorado com a experiência da “integração na produção” a partir de 1967.

Vale a pena ressaltar que a AP esforçou-se para criar vínculos no meio operário. No entanto, segundo Lima e Arantes (1984), a organização não encontrou no movimento operário a JEC ou a JUC que facilitassem sua inserção no movimento estudantil ou o MEB e a SUPRA que permitissem sua atuação no campo. A JOC e a Ação Católica Operária (ACO) foram entidades que em certos lugares auxiliaram no crescimento da AP no meio operário, mas não na mesma intensidade que essas entidades anteriormente citadas.

Além disso, não se pode esquecer que o Partido Comunista Brasileiro (PCB) possuía uma grande influência no meio operário. Porém, mesmo diante de tais obstáculos a AP conseguiu estabelecer certos vínculos no movimento operário e sindical urbano por meio de profissionais liberais, lideranças operárias, etc. Na Bahia, podemos citar o exemplo do Sindicato dos Trabalhadores na Extração do Petróleo presidido por um operário chamado Wilton Valença; o Sindicato dos Trabalhadores no Refino presidido por Mário Lima e a criação de uma base operária na Refinaria de Mataripe através de militantes que eram engenheiros e trabalhavam na empresa. (LIMA; ARANTES, 1984).

Com o golpe de 1964, todas essas atividades desenvolvidas pela Ação Popular foram interrompidas pela nova ordem que se estabeleceria, desde os trabalhos de educação e conscientização de camponeses através do MEB, da fundação de sindicatos e do trabalho de educação popular, os quais seriam bastante reprimidos, já que incentivavam o senso crítico das massas, assim como a organização e mobilização dos operários.

A partir desse novo contexto, a Ação Popular iniciaria modificações em sua postura teórica e prática dando início ao processo de adesão ao marxismo. Afinal, de acordo com Beozzo (1984),

A radical modificação sobrevinda em 1º de abril de 1964, com a extinção dos partidos políticos, a dissolução das associações livres dos estudantes, a modificação da política externa, a ausência absoluta de participação popular no novo regime de duas maneiras: obrigando-a a se refugiar na clandestinidade, com tudo o que isto comporta, e a buscar uma revisão de suas posições teóricas sobre a nova ordem de coisas. (BEOZZO, 1984, p.114).

2.3 O IMPACTO DO GOLPE SOBRE A AÇÃO POPULAR: A BUSCA POR NOVOS HORIZONTES TEÓRICOS

Em 07 de setembro de 1961, João Goulart assumiu a presidência numa conjuntura bastante complexa. O contexto de sua posse foi marcado por uma grave crise militar e política com contas públicas descontroladas e diante de tais problemas não havia condições de pôr em prática seus projetos reformistas. Afinal, sob o sistema parlamentarista que visava restringir os poderes de Goulart, o governo não tinha a liberdade de ação necessária.

De acordo com Ferreira (2003), Goulart tentou desarmar seus opositores conservadores, procurando ampliar sua base política com o apoio do centro principalmente com o PSD, porém ao mesmo tempo procurava não reduzir suas relações com as esquerdas.

Tal estratégia de Goulart ficou conhecida como “política de conciliação”, a qual acabou acarretando inúmeras crises no governo que não conseguia atender aos conservadores e às esquerdas na mesma medida. Sendo que estas desde os primeiros meses de governo passaram a exigir as reformas de base pregadas por Goulart desde os anos 50.

Segundo Toledo (1993), ao mesmo tempo em que defendia o nacionalismo e as reformas buscando o apoio das massas populares e dos setores políticos de esquerda, Goulart adiava a realização das medidas populares. De tal forma, o governo acabou se isolando politicamente, sendo que sua debilidade política ficaria explícita com o pedido de decretação do Estado de Sítio em todo o território nacional

devido à ocorrência de situações internas que desestabilizavam a ordem institucional tal como a Revolta dos Sargentos, as constantes reivindicações salariais, os ataques de Carlos Lacerda e Ademar de Barros, governadores de importantes estados, ao governo federal etc.

Nesse contexto de isolamento político, Goulart começou a se posicionar ao lado dos setores que sustentaram sua trajetória política: os trabalhadores e os sindicatos, os camponeses e suas ligas, os estudantes e suas organizações, as esquerdas e seus partidos, etc. Estes setores acreditavam que somente uma “política de confronto” poderia trazer saldos positivos à luta das forças populares, ou seja, o embate implementaria as reformas de base.

Pode-se afirmar que para o profundo desagrado dos liberais e conservadores, a política deixava de ser privilégio do governo e do Parlamento passando a alcançar os grupos populares. Os setores dominantes da sociedade brasileira começavam a sentir seus interesses ameaçados pela ampla mobilização dos camponeses e operários, temendo que no Brasil se desencadeasse uma revolução socialista como em Cuba.

Assim, a crescente radicalização política do movimento popular e dos trabalhadores que pressionavam o poder Executivo a romper com o pacto populista, acabou levando as classes dominantes e setores das classes médias apoiados por agências governamentais norte-americanas e empresas multinacionais a condenarem o governo João Goulart. Desse modo, a derrubada de Jango contou com a participação das Forças Armadas, que a partir de abril de 1964 impuseram uma nova ordem política e social no país. (TOLEDO, 1993).

Da mesma forma que a maioria dos estados brasileiros, a Bahia também teve a sua história marcada pelo movimento civil-militar de 1964. No período em que se desencadeou o movimento a Bahia era governada por Antônio Lomanto Junior que venceu Waldir Pires nas eleições de 1962 e tinha sua candidatura apoiada por grupos conservadores da política e da sociedade civil baiana. Além disso, seu “padrinho” eleitoral era Juracy Magalhães, governador e adversário de João Goulart.

Porém, a candidatura de Lomanto apresentava uma incoerência ao incluir na sua chapa o PTB baiano, que apesar de conter uma ala menos “progressista” da Bahia era o partido do presidente e ao mesmo tempo continha forças de oposição que atacavam mais diretamente as propostas de Jango. Assim, durante os 11

meses de sua gestão Lomanto tentou abrandar os atritos dos setores da política baiana e nacional⁷.

Entretanto, com o advento do golpe, Lomanto Júnior não pode mais fazer esse tipo de política, sendo obrigado a tomar um posicionamento concreto diante desse novo contexto. De modo que, o governador acabou aderindo ao golpe o que lhe possibilitou a permanência no cargo. Enquanto que, o prefeito da cidade Virgildásio Sena, filiado ao PTB e apoiado pela UDN, foi deposto em 18 de abril devido às suas boas relações com o governo João Goulart e ao seu apoio às reformas de base.

Na Bahia, os militares se apressaram em neutralizar as cidades que eram presididas por partidários de João Goulart, as quais poderiam se tornar possíveis focos de resistência. Em Vitória da Conquista, o prefeito José Fernandes Pedral Sampaio, que era vinculado ao governo Jango, acabou sendo preso pelos militares. Segundo o próprio em relato a José Alves Dias (2001),

A minha prisão foi em circunstâncias assim muito de traição, como praticamente tudo que foi feito nesse golpe militar. (...) De manhãzinha, eu tive notícia de que tinha chegado uma companhia, vieram cem homens do exercito, muitos armados, até carros, muitas metralhadoras, pra humilhar a cidade. A prisão foi da seguinte maneira: então eu soube que eles estavam aqui, (...) me aprontei pra ir ao quartel... Quando sai, - defronte da minha casa é o clube social – e o pessoal, a tropa tava parada ali, o capitão Bendochi e outros militares. Eu passei, cumprimentei e disse que até ia fazer uma visita lá no quartel. Ele disse: Ah! O senhor vai? Então 'vum bora pra lá'. Na mesma hora entraram dois tenentes no meu carro e a gente seguiu até o quartel, que é a companhia, hoje, o batalhão militar lá (...), mandaram eu me identificar imediatamente disseram que eu estava preso e me transferiram para uma cela onde eu fiquei incomunicável.⁸

Em Ipiaú, onde o prefeito, Euclides Neto, fora eleito pelo Partido Democrata Cristão com o apoio da UDN, também sofreu as conseqüências do golpe. Este prefeito, que na juventude militou no PCB, durante sua gestão em Ipiaú desapropriou uma fazenda para colocar em prática a reforma agrária neste

⁷ FERREIRA, M.G. **O golpe de estado de 1964 na Bahia**. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/licitacao/observa_bahia_02.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2008.

⁸ DIAS, J.A. A Subversão da Ordem: manifestações de rebeldia contra o Regime Militar na Bahia. (1964-1968). 2001. p.63. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

município. Com o golpe, Euclides Neto foi submetido a um Inquérito Policial Militar (IPM)⁹.

Em Feira de Santana, um grupo de estudantes formado por Péricles de Souza, Sergio Gaudenzi e Raimundo Mendes, que pertenciam a Ação Popular, tentou formar juntamente com o Prefeito Francisco Pinto uma tentativa de resistência ao golpe. Em depoimento, o ex-prefeito da cidade afirmou que:

A cidade de Salvador encontrava-se cercada pelas tropas e centenas de prisões foram efetuadas. Vários líderes operários e estudantis que escapavam se deslocavam para o nosso município. Discutimos o que fazer e resolvemos resistir. Uma série de providências foram adotadas para enfrentar os golpistas. Não cabe aqui enumerá-las. A ausência de reação no resto do país nos levou desmobilização. Providenciamos a fuga para a maioria dessas lideranças.¹⁰

No depoimento, Francisco Pinto não revelou que providências seriam tomadas. Porém, Péricles de Souza, que fazia parte do grupo de estudantes da AP, o qual seguiu para Feira de Santana visando se aliar ao ex-prefeito aponta que a cidade seria transformada em centro de resistência. Em relação a esse episódio, Péricles afirmou que:

Aqui na Bahia nós tomamos a iniciativa de resistir ao golpe, resistir no caso é aí a resistência armada ao golpe, e achávamos que deveríamos fazer a nossa parte já que Pernambuco resistiria, Rio Grande do Sul resistiria e nos tínhamos que fazer a nossa parte. Tomamos iniciativas, preparamos algumas ações até militares, foi feito até um plano de tomada do quartel da polícia militar em Feira de Santana para a conquista de armamentos e pra resistência. Feira de Santana por que era uma cidade governada por Francisco Pinto, uma pessoa também ligada ao movimento de esquerda da base de apoio de Goulart e o movimento que nos tínhamos mais acesso que era esse movimento de trabalhadores rurais também nos tentamos mobilizar e reorganizar esses trabalhadores rurais para resistência.(...) Justamente na noite do golpe, mobilizamos vários grupos, companheiros da AP, outros companheiros que não eram da AP participaram também disso (...) mandamos pra o interior esses grupos, mas o golpe acabou prevalecendo. (SOUZA, P. de, em 14/09/04).

⁹ LIMA, A.S. O caráter socialista da gestão de Euclides Neto no município de Ipiaú (1963-1967). Trabalho de Conclusão de Curso. 2003. (Graduação em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus. In: FERREIRA, M.G. **O golpe de Estado de 1964 na Bahia**. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/licitacao/observa_bahia_02.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2008.

¹⁰ SANTOS, F.P. dos. Depoimento. In: NADER, A.B. **Os autênticos do MDB: semeadores da democracia**. História Oral e vida política. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

Tentativas dessa natureza não foram realizadas somente na Bahia, porém ações sem planejamento e desarticuladas idênticas a esta não impediriam que os golpistas fossem vitoriosos. Segundo Toledo (1997),

O golpe encontrou as esquerdas fragmentadas em diferentes correntes ideológicas, isoladas das grandes massas populares e sem nenhuma estratégia política para resistir a ação deflagrada. Subordinadas e vinculadas ao populismo janguista, não conseguiram as organizações populares e sindicais vislumbrar e implementar uma ação independente face ao capitulacionismo do governo Goulart. Com uma crescente retórica radical e pseudamente revolucionária, no pré-64, as esquerdas mostraram-se inteiramente inertes e desorientadas frente a ação militar (...) As massas populares e trabalhadoras não deram um passo – a não ser em casos muito isolados – em defesa do governo populista, assistindo passivamente ao dismantelamento de suas organizações políticas e sindicais bem como a prisão de suas lideranças mais expressivas. Como um “castelo de cartas” desabou a chamada “frente democrática” que reuniria operários, camponeses, militares nacionalistas e estudantes. (TOLEDO, 1997, p.42).

Com o golpe, a AP sofreu uma forte desarticulação dos seus trabalhos no meio camponês, operário e estudantil. Muitos militantes passaram à condição de clandestinos, outros saíram do país como José Serra, Herbert José de Souza, Aldo Arantes, Alípio Freitas, Paulo Wright e alguns deixaram de participar da organização.

Foi a partir do movimento estudantil que a AP começou a organizar os seus trabalhos de massa após o golpe, pois era na base estudantil que estava assentada grande parte da organização. O movimento estudantil, embora desarticulado, começava a conviver com uma retomada gradual. Depois de 1964, os estudantes mobilizaram-se intensamente na luta contra a ditadura protestando pelo aumento das vagas nas universidades, contra a repressão, na luta contra a Lei Suplicy que extinguiu a UNE e as Uniões Estaduais de Estudantes (UEEs) e, em seu lugar, criava o Diretório Nacional dos Estudantes (DNE) e Diretório Estadual dos Estudantes (DEE). A Lei impunha o voto obrigatório dos estudantes nas eleições das entidades – além do DNE e DEE, os Diretórios Acadêmicos (DAs) e Diretório Central dos Estudantes (DCEs) - dava poderes ao Ministério da Educação ou Conselho Federal de Educação para convocar suas reuniões e proibia manifestações de greve ou propaganda político-partidária. Além disso, os estudantes ainda se manifestavam contra os Acordos Ministério da Educação e Cultura e a United States Agency for International Development (USAID), organismo diretamente vinculado ao

Departamento de Estado Americano. Esses acordos previam a assessoria de técnicos estrangeiros para auxiliar o governo militar na formação de uma nova política educacional. De acordo com João Roberto Martins Filho,

Os acordos MEC-USAID inseriam-se numa longa tradição de "colaboração técnica" entre o Brasil e os Estados Unidos da América, que remonta ao pós-45. Até 1956, no entanto, os convênios assinados se restringiram ao fornecimento de assessoria e equipamentos no setor do ensino técnico. No Governo Kubitschek, a influência americana ampliou-se a projetos no ensino elementar. Na década de sessenta, após a vitória da Revolução Cubana, o Departamento de Estado dos EUA mostrou renovado interesse em implementar acordos mais abrangentes. Entretanto, a crise do Governo Goulart fez com que, mesmo assinados, esses convênios permanecessem letra morta. Com o golpe de 64, a situação alterou-se significativamente e logo se retomaram os entendimentos com a USAID. A série de acordos assinados entre 1964 e 1966 é que passou a ser conhecida como os Acordos MEC -USAID. (MARTINS FILHO, 1993, p.130).

Vale a pena ressaltar que entre 1966 e 1969, a AP teve uma inserção bastante expressiva no movimento estudantil. Afinal, a organização conseguiu eleger sucessivos presidentes da União Nacional dos Estudantes (UNE) em congressos ocorridos na clandestinidade. Em 1966, José Moreira Guedes foi escolhido presidente da UNE; em 1967, Luiz Travassos; em 1969, Jean Marc Van Der Weid que acabou sendo preso e substituído por Hornestino Guimarães, assassinado pela polícia em 1973. (RIDENTI, 2002).

Porém, a AP encontrou dificuldades de retomar seus trabalhos nas frentes operárias e camponesas devido à intensidade da repressão com a qual o golpe se abateu sobre as fábricas através da demissão e prisão de lideranças, e no campo sob os trabalhadores que acabavam fugindo da repressão buscando serviço em outras regiões. (LIMA; ARANTES, 1984).

Com o impacto do golpe civil - militar a AP procurou redefinir suas influências teóricas e suas ações práticas. A partir de discussões sobre os erros cometidos, novos caminhos começaram a serem trilhados, dando início ao processo de adoção do marxismo.

Imediatamente após o golpe, as mudanças ocorridas na Ação Popular começariam a ser anunciadas com a articulação da organização na frustrada resistência armada comandada a partir do exílio uruguaio pelo ex - governador

gaúcho Leonel Brizola e nas transformações ideológicas através da aprovação da *Resolução Política* de 1965.

No documento *Resolução Política* (1965), a organização apontou para a necessidade da luta armada revolucionária com nítida influência foquista. Segundo Sales (2005), as características do foquismo que aparecem neste documento são inúmeras. A AP colocava que o caminho para se chegar à Revolução Socialista de Libertação Nacional, conceito eclético que revelava uma mescla de influências, seria a luta armada. Apontando como caminho para a revolução socialista a luta insurrecional, a estratégia adotada pela organização seria a guerra de guerrilhas.

Nesse contexto de adesão ao foquismo, a AP realizou mudanças na sua estrutura organizacional passando do sistema de “coordenação” para o de “comandos”. Além disso, foram criados Grupos de Ação Armada, os Grupos de Defesa Popular, que deveriam atuar na cidade, e uma Comissão responsável pelo desencadeamento da guerrilha no campo. A montagem dessa estrutura na organização reflete o tipo de trabalho que passaria a ser desenvolvido a partir de então, ou seja, as ações armadas nas cidades e a preparação da guerrilha no campo.

É possível introduzir antes da etapa de defensiva estratégica uma etapa preliminar que chamaremos de etapa de preparação ativa (...) será possível distinguir assim as duas fases: na etapa de preparação revolucionária ativa a luta militar se limita a preparação dos núcleos guerrilheiros e faixas de ação armada nas cidades, preparação, é claro, ao mesmo tempo, técnico militar e político; na etapa defensiva estratégica, a luta militar começa a desenvolver-se também por meio de operações de guerrilha e ações armadas nas cidades. Entendidas assim as duas etapas, podemos então afirmar que nos encontramos no Brasil, na etapa preliminar de preparação revolucionária ativa, vale dizer, de preparação da defensiva estratégica propriamente dita. (AÇÃO POPULAR, ESTRATÉGIA REVOLUCIONÁRIA 1966, p.6).

O foquismo passaria a fazer parte dos assuntos debatidos no seio da organização a partir de 1965 através dos *Textos para debate*, organizados pelo Comando Nacional, na tentativa de promover a definição ideológica da AP através da discussão desses textos. Entre alguns textos que foram publicados estavam *Guerra de guerrilhas: um método*, de Ernesto Che Guevara; *Castrismo: a longa marcha da América Latina* e *América Latina: alguns problemas da estratégia revolucionária*, de Régis Debray. (SALES, 2005)

A militância da Ação Popular participava de grupos de discussão a respeito da teoria do foco e até mesmo realizava cursos de guerrilha eram oferecidos aos membros da organização. Em relação a isto, Manoel da Conceição¹¹ afirmou que:

Esse companheiro me fez uma exposição do negócio da guerrilha de Cuba, a teoria de Che Guevara, desse Régis Debray. Aí foi que, aos poucos, eu fui me engajando com novas perspectivas, recrutando aqueles antigos militantes que tinham vindo do momento de grande combatividade – 1963, 1964- e organizando grupos clandestinos de estudo de guerrilha. (...) Nós tínhamos feito um curso, que durou uma semana, com aquele companheiro. Nesse curso ele nos mostrou um mapa do mundo: a União Soviética, a China, os países socialistas, os que países que nos apoiavam, os países capitalistas; os países que já tinham se libertado; os países em luta. Mostrou que na Bolívia e no Peru já havia guerrilha. Nós éramos dos mais atrasados da América Latina.

Depois fez uma análise de classes – pela primeira vez a gente ouviu uma explicação sobre análise de classes. Quem era inimigo, quem era amigo, quem era neutro. Aí ele incluía a burguesia nacional. Eram pessoas que nesse momento de luta antiimperialista e antilatifúndio, poderiam nos dar certo apoio. Mas, do ponto de vista de uma revolução socialista armada, ele achava que essa burguesia nacional não ia apoiar.

Com esse companheiro a gente passou a estudar teoricamente a guerrilha. Não era um negócio prático, que treinasse militarmente. Era só estudar tática de guerrilha, organizar grupos de guerrilha e depois viriam as armas pra gente treinar. (CONCEIÇÃO, 1979, p.136)

Após o preparo teórico, a AP deu início a uma série de ações militares. Tais como o atentado ao Aeroporto dos Guararapes em Recife, a expropriação de um banco no interior de Alagoas e a tentativa de sabotagem do processo eleitoral na Bahia, com a explosão de uma bomba no Fórum Ruy Barbosa. (OLIVEIRA JÚNIOR, 2000). Além disso, Jean Marc Van Der Weid, em depoimento a Marcelo Ridenti¹², afirmou que em 1967 setores castristas da AP prepararam um plano que não se concretizou para a tomada de cidades do Maranhão a partir da organização de camponeses liderados por Manoel da Conceição.

De acordo com Sales (2005), existem outros indícios reveladores da importância das idéias cubanas no seio da organização, como o envio dos militantes a Cuba para fazer treinamento guerrilheiro e para participar do I Encontro da Organização Latino Americana de Solidariedade (OLAS) em 1967.

¹¹ Manoel da Conceição foi militante da Ação Popular tendo uma atuação intensa junto aos camponeses no interior do Maranhão nas décadas de 60 e 70.

¹² RIDENTI, M. Ação Popular: marxismo e cristianismo. In: RIDENTI, M.; REIS, D.A. (Org.). **História do marxismo no Brasil** : Partidos e organizações dos anos 20 aos 60. Unicamp: São Paulo, 2002. v. V, p.227.

Após o golpe, o padre Alípio Freire e Paulo Wright foram os primeiros dirigentes que chegaram a Cuba escapando do Brasil via embaixada do México para a realização de um treinamento guerrilheiro em Cuba. Em relação a este curso, temos a referência feita por Delora Wright, que afirma que:

Não foi só isto que Paulo fez e disse em Cuba. Até o Coronel soube que ele e outros tantos asilados participaram de um curso de guerrilhas, cujos professores tinham lutado, sofrido e se alegrado com a vitória de suas forças, que se armaram. Preparando-se para contribuir pra a insurreição do seu povo, Paulo deve ter acompanhado as aulas teóricas e práticas de marchar em áreas rurais, manejo e utilização de armas leves e pesadas. (WRIGHT, 1993, p.62).

A segunda viagem de militantes da AP a Cuba foi feita por Herbert José de Souza, o Betinho, e Paulo Wright para representar a organização na reunião das OLAS¹³. As impressões dos delegados sobre as OLAS e sobre sua participação no evento podem ser conferidas no documento *Informe sobre a I Conferência da OLAS*.

O documento apresenta a reunião como uma luta ideológica entre partidos revisionistas que debatiam sobre a atualidade da revolução no continente. A AP se definiu pela luta armada como estratégia revolucionária na luta de caráter antiimperialista que se desenvolvia na América Latina

O *Informe sobre a I Conferência da OLAS* foi debatido pela direção da AP em uma reunião do Comando Nacional e acabou recebendo críticas por parte dos membros do CN em alguns aspectos que foram enunciados no documento *Esboço de um Histórico da Corrente 1*:

A questão principal da critica ao relatório era dividida em dois pontos: o primeiro é que não estava feita uma autocrítica clara dos dois delegados do Partido àquela reunião quanto as posições que assumiram quanto o caráter da sociedade, que significou avançar em relação ao assunto não resolvido, e mais ainda, tomando uma posição que no entender de Do¹⁴ brevemente seria criticada pela maioria do Partido, como uma posição errada, qual seja, a de negar a característica feudal do latifúndio brasileiro e o papel da burguesia nacional. A segunda questão era a Conferencia das OLAS tinha ou não aprovado o foco como linha militar, em geral, a orientação fidelista para a América Latina. (AÇÃO POPULAR, ESBOÇO HISTÓRICO DA CORRENTE 01, 1969, p.19).

¹³ Organização Latino Americana de Solidariedade (OLAS) foi um organismo criado em 1966 sediado em Havana que contava com a participação de alguns países latino-americanos como o Brasil.

¹⁴ Dorival (Do.) era o codinome utilizado pelo militante Jair Ferreira de Sá.

Com base nessas críticas percebe-se que as idéias maoístas estariam começando a influenciar alguns membros do Comando Nacional da Ação Popular.

O atentado no Aeroporto de Recife é apontado por muitos autores como a maior expressão da influência foquista na Ação Popular. Militantes da AP prepararam, em 25 de julho de 1966, um atentado à bomba contra o General Costa e Silva. A bomba explodiria às 08: 45min, horário marcado para a chegada do presidente ao aeroporto. Mas, por problemas técnicos no avião, o presidente não chegou a decolar de João Pessoa para Recife. A bomba explodiu, matou duas pessoas e deixou catorze feridas, não atingindo seu alvo principal. Após essa ação militar com saldo negativo, a AP iniciou uma reavaliação da sua relação com Cuba, o que abriu espaço para um processo de aproximação com o maoísmo.

Porém, concordamos com o autor Sales (2005), quando ele afirma que essa visão tentou facilitar a compreensão de um processo complexo que se deu entre 1966 e 1968, baseado em longos debates internos sobre a análise da sociedade brasileira, as diferenças entre o foquismo e a guerra popular etc.

O retorno dos militantes que estavam em Cuba e na China ocorre ao mesmo tempo. José Herbert de Souza, Betinho, que havia passado 10 meses em Cuba e os militantes que se encontravam na China voltam para o Brasil. A partir desse momento se iniciou no seio da organização uma luta interna que deu origem a duas linhas de pensamento na AP que ficariam conhecidas como: “Corrente 1” e “Corrente 2”, a primeira defendendo as idéias chinesas e a segunda partidária das idéias cubanas. Tais correntes são definidas por Lima e Arantes (1984) da seguinte forma:

Em oposição aos “seis pontos” da “corrente 1”, alguns setores passaram a defender um sistema de idéias que ficou conhecido como “corrente 2”. Sustentavam a posição anti-revisionista, mas não defendiam a existência de uma terceira etapa do marxismo-leninismo. Consideravam capitalista a sociedade brasileira, não viam nela nenhum traço feudal significativo, razão por que defendiam uma revolução imediatamente socialista para o país. Não tinham proposta clara a respeito do caminho da revolução, embora alguns mais destacados representantes tivessem nítida posição “foquista”. Sustentavam que no país nunca existira um partido proletário, sendo necessária não a “reconstrução do Partido”, como formulava a “corrente 1”, mas a sua “construção”. Na medida em que a “corrente 1” ia ganhando adeptos e influencia decisiva nas regiões, estas começaram a levar a prática a política de integração na produção (...) A “corrente 1”, que galvanizara a ampla maioria da organização. (LIMA; ARANTES, 1984, p.82).

A disputa entre essas duas correntes pode ser acompanhada através da leitura do documento *Esboço Histórico da Corrente 1* no qual percebemos o embate entre as idéias de Mao Tsé Tung no seio da organização e a persistência das idéias cubanas na AP. De modo que,

Foi reconhecido o papel de vanguarda mundial do Partido Comunista Chinês e foi definido que com ele teríamos uma relação de aliança privilegiada. Quanto ao Partido Comunista Cubano a reunião não aceitou as posições de Do. e ficou definido com ele uma aliança estreita sem especificar se era reconhecido ou não como partido proletário, embora a maioria da reunião assim pensasse. (AÇÃO POPULAR, ESBOÇO HISTÓRICO DA CORRENTE 01, 1969, p.16).

Até a definição formal pelo maoísmo, o documento *Esboço Histórico da Corrente 1* descreveu as reuniões e debates em torno dessas duas correntes e até mesmo o posicionamento do Comando Regional 6, do qual a Bahia fazia parte, em relação a esse processo de luta interna. O documento fornece indícios de que na região 06 possuía militantes influenciados pelo foquismo e por esse motivo havia a necessidade de se realizar um trabalho mais efetivo na região para que ela aderisse às propostas revolucionárias da “Corrente 01”.

Em novembro de 1967, tinha estado na região o companheiro Do Comando Nacional, que já com as novas posições de Guerra Popular e pensamento de Mao Tse Tung fez um seminário de estudos que ajudou muito no avanço da visão política da região. (AÇÃO POPULAR, ESBOÇO HISTÓRICO DA CORRENTE 01, 1969, p.09).

Entretanto, podemos afirmar que a “Corrente 02” mantinha seu posicionamento firme na não aceitação das teses maoístas pela organização. Tanto que a finalização dessa disputa entre as correntes internas se deu na I Reunião Ampliada da Direção Nacional em julho de 1968, onde foi aprovado o documento *Os Seis dos Pontos* que coloca o maoísmo como estratégia revolucionária a ser seguida e fazia crítica ao foquismo que era definido como:

Um meio burguês e revisionista por sua base teórica e sua posição de classe; parte da desconfiança das massas; desconhece as leis gerais da guerra revolucionária; cria contradição entre o militar e o político, colocando o militar acima do político (...) o foco superestima o inimigo estrategicamente e o despreza taticamente não leva em conta a luta ideológica e nega o papel de dirigente da classe operária (...) despreza o papel do P. e nega a teoria revolucionária. (AÇÃO POPULAR, OS SEIS PONTOS, 1968, p.6).

Na I Reunião Ampliada da Direção Nacional foram expulsos os representantes da “Corrente 02” que haviam redigido o documento *Duas Posições*, onde criticavam o transplante que o *Os Seis Pontos* fazia da experiência chinesa para o Brasil, a qual possuía uma sociedade capitalista sem nenhum traço feudal, sendo favorável à revolução socialista e à luta armada.

A consagração de uma “prática”, e de uma “integração” com as massas em oposição a teoria revolucionária, em oposição ao marxismo leninismo como guia para a ação, instalava nas bases o empirismo necessário como garantia, para a aplicação de um sistema dogmático e oportunista, por que este sistema articulando-se exatamente sobre uma linha geral política, baseia-se numa análise falsa da realidade brasileira, calcada num modelo pré fabricado, num transplante mecânico e que portanto se afasta dos verdadeiros interesses das classes oprimidas em nosso país. (AÇÃO POPULAR, DUAS POSIÇÕES, 1968, p.10).

Além disso, a “Corrente 2” fornecia neste mesmo documento demonstrações da opção do foquismo como sua base teórica. De modo que, para eles,

CHE GUEVARA é, para nós, comunistas de Ação Popular, como para todo revolucionário autêntico, não somente uma figura heróica que como tal entra na História da Revolução Proletária Internacional, não somente uma fonte de inspiração e dedicação revolucionária, mas também e, sobretudo um revolucionário proletário, cuja obra teórica e prática é um exemplo a ser estudado, assimilado e seguido, como uma contribuição valiosa ao marxismo leninismo. (AÇÃO POPULAR, DUAS POSIÇÕES, 1968, p.55).

Após tantos debates e rachas internos, a Ação Popular escolheu o maoísmo, mas ao mesmo tempo acompanhamos que a defesa de muitos aspectos da Revolução Cubana continuava a ser feita no seio da organização. No entanto, estes defensores do foquismo, com a adesão oficial do maoísmo pela AP, acabaram sendo expulsos da organização. Tal grupo era composto por Vinícius Caldeira Brant, Altino Dantas e o padre Alípio Freire, que juntamente com outros formariam o Partido Revolucionário Tiradentes (PRT) que aderiu à guerrilha urbana chegando ao fim entre 1971 – 1972 após uma série de prisões e assassinatos dos seus militantes.

Portanto, com a escolha do maoísmo como estratégia revolucionária a ser seguida, a Ação Popular deu início a uma transformação nas práticas da organização que passaria a defender a ida dos militantes de origem pequeno-burguesa ao campo ou a fábrica para viver, comer e trabalhar com as massas, adquirindo através dessa integração uma ideologia proletária. Assim,

Os que ficaram na AP tiveram que percorrer outro caminho, cheio de novidades e verdades trazidas pela China. A pesquisa¹⁵ já tinha evidenciado que os militantes revelavam um “alto índice de condicionamento pequeno-burguês, um baixo nível teórico e uma prática insuficiente”. Portanto, a direção nacional toma uma resolução: todos devem estudar e discutir os textos de Marx, Lênin, Engels, Mao Tse Tung; todos devem fazer autocrítica do insuficiente trabalho de doutrinação pessoal que vinham fazendo, como se isso fosse “conscientização”; todos devem trabalhar junto as massas, especialmente operárias e camponesas. Estas concepções levaram a um grande rebuliço na AP: era estudante virando camponês, era arrimo de família deixando sua cidade, era operário do ABC se mudando para o Paraná, era um vaivém revolucionário. (WRIGTH, 1993, p.70-71).

¹⁵ Foi realizada uma pesquisa no seio da organização após o golpe para avaliar o nível político-ideológico dos militantes. Ver: AÇÃO POPULAR: Pesquisa sobre a situação da organização, s.d.

3 INTEGRANDO COM AS MASSAS: A EXPERIÊNCIA DA AÇÃO POPULAR NA BAHIA

3.1 A “INTEGRAÇÃO NA PRODUÇÃO”: UM DEBATE TEÓRICO

Em meados de 1967, a Ação Popular colocou em prática o movimento de “integração na produção”, o qual em seus princípios tinha como objetivo a transformação ideológica dos seus quadros pequeno-burgueses. Porém, com a adesão ao pensamento de Mao Tsé Tung essa prática passou a ser interpretada como uma forma de ampliação das frentes de trabalho do partido no seio do proletariado e do campesinato através da integração dos seus quadros.

Acreditamos que se faz necessário promover um debate entre os pesquisadores que se debruçaram sobre a trajetória da Ação Popular, especificamente no que se refere à “integração na produção”, para conhecermos mais a respeito dessas opiniões que circularam no meio acadêmico.

O livro *História da Ação Popular - da JUC ao PC do B, escrito por Lima e Arantes* (1984)¹⁶ foi o primeiro livro escrito sobre a AP, onde os autores abordaram a trajetória geral da Ação Popular até a incorporação ao PC do B em 1972-1973. Redigido no período em que os dois ex-dirigentes da organização estavam presos, este material refletiu bem o posicionamento dos autores em relação à “integração na produção”, já que foi escrito pouco tempo após esta experiência e ainda no contexto da ditadura militar. Dessa maneira, podemos compreender os motivos pelos quais esta prática recebe pequenas críticas desses autores que abordam seus objetivos e suas mínimas limitações.

Esses autores consideram que a integração foi uma prática que visava a proletarianização de uma organização constituída de quadros basicamente estudantis que deveriam passar a viver, comer e trabalhar juntos com as massas para ampliar os eixos de trabalho do partido. Assim, Lima e Arantes afirmavam que:

¹⁶ Ambos ex-militantes e ex-integrados a produção, sendo que o primeiro participou desse processo de proletarianização na Zona Cacauzeira, no estado da Bahia e o segundo em Água Branca, interior de Pernambuco.

O movimento de “integração na produção” serviu para consolidar e ampliar importantes frentes de trabalho populares da AP e inaugurar novas frentes em áreas trabalhadoras. Contribuindo para que inúmeros quadros e militantes tivessem um contato mais direto com as massas. (LIMA; ARANTES, 1984, p.115).

No âmbito dessa discussão, acrescenta-se o artigo de Reis Filho (2003), o qual faz uma análise sobre o maoísmo e seu impacto sobre os marxistas brasileiros, dentre eles a Ação Popular.

O autor defende que a dedicação/devoção às massas exigida dos militantes é uma noção que se aproxima da idéia de “serviço” que marca a atuação do cristão. Apontando que a opção pelo maoísmo se deu devido à sua perspectiva de transformação ideológica através do trabalho junto ao povo buscando a construção de um “homem novo” que possuísse qualidades como a humildade, o igualitarismo, perseverança etc., pois essas características recuperavam as idéias do cristianismo primitivo. De acordo com o autor,

A perspectiva do maoísmo de revolucionar as mentalidades abria espaço para uma reflexão sobre a importância e o papel da pedagogia revolucionária, tão cara à experiência da Ação Popular desde a sua fundação. Finalmente, mas não menos importante, a ética maoísta, caracterizando a ação revolucionária como um “serviço” ao povo, valorizando qualidades como a humildade, o trabalho paciente e anônimo, a austeridade, o igualitarismo etc., propunha uma concepção comportamental que recuperava ressonâncias do cristianismo primitivo igualitarista, reinterpretado e reintroduzido, sobretudo na América Latina, pela chamada teologia da libertação, muito em voga em meados dos anos 60 e que contava com inúmeros adeptos entre os militantes da AP. (REIS, 2003, p.214).

Reis Filho (2003) analisa a diretiva da “integração na produção” por um ângulo, de maneira que essa perspectiva de transformação ideológica era apenas um dos objetivos dessa prática, sendo colocado como um aspecto secundário da “integração na produção” pela organização¹⁷. Afinal, quando a integração foi colocada em prática a transformação ideológica passou a ser vista somente como um elemento facilitador do trabalho junto às massas.

Outro trabalho que versa sobre a trajetória da Ação Popular é a tese de doutorado de Franklin Oliveira Júnior. Até mesmo pelo próprio caráter do trabalho,

¹⁷ Ver o documento: AÇÃO POPULAR, Integração com as massas- roteiro para discussão, s/data.

este é o estudo com um maior número de detalhes sobre os aspectos da política de “integração na produção” e a utilização de um número maior de documentos que os trabalhos citados anteriormente.

O autor dedicou um capítulo de sua tese à discussão do problema da “integração na produção”. Entretanto, Oliveira Júnior (2000) periodiza o processo de maneira mais ampla que os demais autores, delimitando o período entre 1967/1972-3. Na verdade, essa periodização é passível de questionamentos, na medida em que autores como Lima e Arantes (1984) sugerem que a integração teve fim no primeiro semestre de 1970. No que se refere à “integração na produção” na Bahia, os ex-militantes entrevistados afirmam que as saídas deles das bases prioritárias no interior do Estado e na capital se sucederam por volta de 1970.

No que se refere à adesão ao maoísmo, o autor coloca como primeiro fator à perspectiva religiosa. De acordo com ele:

A adesão ao maoísmo teve numerosos fatores. Elementos cristãos se somam a crítica à esquerda burocrática e ao reformismo cristão no contexto dos anos 60 e início dos anos 70 no país. O lado cristão da “reeducação” atingiu em cheio vivendo as suas condições de vida, fazendo o voto de pobreza, o proletarizar-se (sic., OLIVEIRA JÚNIOR, 2000, p.312).

Além disso, o autor compara a integração com as massas com a atuação dos “padres operários”, alegando que:

Mao insistia em que os quadros deveriam periodicamente se integrar na produção para evitar a burocratização, acomodação, condições de vida muito diferenciadas das massas. Tal referência pode ser encontrada também nos padres operários e outras ordens quase mendicantes (OLIVEIRA JÚNIOR, 2000, p.352).

Acreditamos que a forma de ligação com as massas realizada pela Ação Popular tinha objetivos completamente distintos do trabalho realizado pelos “padres operários”. A Ação Popular enviava seus militantes para integrarem na produção visando o desencadeamento de um trabalho político, enquanto os padres operários se inseriam no mundo dos trabalhadores visando a sua evangelização. Para Moraes (2003): “Sem dúvida, a ação destes padres era a de evangelizar os trabalhadores e para tal, seria melhor se aproximarem da sua realidade”. Dessa forma, mesmo que

essa experiência tivesse sido referência para alguns militantes, ela não pode ser estendida para o restante da organização.

O autor apresenta o viés cristão como causa para a realização do processo através de uma analogia entre o despojamento pregado pelo cristianismo e as concepções de reeducação e igualitarismo defendidas pelo maoísmo, analisando o processo de “integração na produção” e suas implicações, baseado nos documentos da organização e em fontes orais, e analisando a estruturação do processo com base na estratégia revolucionária chinesa.

Ridente (2002), no seu artigo *Ação Popular: cristianismo e marxismo* discute o percurso da Ação Popular centrado sua análise particularmente nas fases cristãs e de adoção do marxismo de viés maoísta. Segundo ele, através da proposta maoísta de “integração na produção”:

Colocava-se novamente uma visão redentora da luta revolucionária conduzida por uma elite comunista abnegada e sacrificada, a compartilhar a vida com camponeses e operários. Santos comunistas unidos ao povo numa visão revolucionária, agora com a certeza científica de sua missão histórica salvadora, eis o maoísmo de origem cristã. (RIDENTI, 2002, p.252).

O autor analisa em seu artigo aspectos da política de “integração na produção” ligando o cristianismo ao maoísmo, ambos indícios do romantismo revolucionário que marcou as esquerdas nos anos 60, afirmando que o processo apresentava uma via de transformação individual através do igualitarismo e da renúncia, para que fosse dado fim aos “vícios pequeno-burgueses”. Afinal, a Ação Popular encontrava suas bases sociais principalmente nas camadas médias e intelectualizadas.

O autor propõe que a origem cristã da Ação Popular fez com que muitos militantes aceitassem integrar-se à produção a qual se assemelharia a idéia de sacrifício cristão. Essa mesma linha de pensamento é seguida por Herbert José de Souza, o Betinho, nos vários depoimentos que ele concedeu a historiadores e jornalistas. De acordo com ele,

Vimos de uma tradição cristã. Então tinha que haver uma fase de transição, com uma certa solução de compromisso se estabelecendo. Negar hoje o valor disso dizendo que até então nós éramos um grupo

pequeno burguês cristão, e que depois viramos marxistas, por volta de 1967, é pura idiotice. É não entender que nos éramos uma resultante de um processo com profundas raízes sociais encontradas no Brasil. E, no Brasil, até 64, uns 90% dos militantes políticos, ou eram católicos, ou tinham pai e mãe católicos, tinham saído do cristianismo. (...) Ao chegarmos a adotar o maoísmo como uma religião em 1968-1969, tínhamos uma base para isso. Por que fomos nós e não outros grupos? Nós saímos da Ação Católica e os outros não. Depois de Cristo, deu-se um vazio, mas o maoísmo chegou e o camarada Mao pegou de novo a bandeira. (SOUZA, 1981, p.72).

Esta análise relaciona a origem cristã da Ação Popular como base explicativa para a escolha do maoísmo como opção teórica e revolucionária posteriormente pela organização. Vale a pena ressaltar que naquele contexto o maoísmo pregava um estilo de revolução radical que atraiu parcela da esquerda brasileira e que a “Revolução Cultural Proletária” estava em amplo desenvolvimento na China pregando a integração dos quadros do Partido Comunista Chinês com as massas para dar fim a um processo de burocratização que começava a se instalar no seio do PCCh. Assim, não devemos negar que certos aspectos do maoísmo assemelhavam-se com a doutrina cristã, porém não devemos esquecer que tais semelhanças não podem explicar a adoção de uma estratégia revolucionária por uma organização num contexto de luta contra a ditadura.

Gorender (1998) afirma que a “integração na produção” foi resultado de uma simbiose maoísta cristã. Segundo o autor, a motivação imediata veio do igualitarismo da “Revolução Cultural Proletária”.

No caso da AP, o impulso do igualitarismo se reforçou com a memória da experiência cristã dos padres operários no pós-guerra, como se deu na França e outros países. Daí a AP tornasse a diretiva de integração na produção obrigatória para todos os seus membros de origem pequeno-burguesa. (GORENDER, 1998, p.125).

Trazendo uma leitura bem próxima a Ridenti (2002) e Oliveira Júnior (2000), Gorender (1998) faz referência aos “padres operários” quando analisa as influências do processo apontando que os preceitos exportados pela Revolução Cultural encontraram eco nessa experiência dos padres. Mas, devem-se analisar tais experiências com bastante cuidado, pois cada uma via a ida às massas com objetivos distintos.

No livro *Sob o signo da revolução brasileira: a experiência da Ação Popular no Paraná*, Dias (2003) avalia o ideal da “integração na produção” afirmando que ele se acopla às tendências cristãs da organização.

Já se viu que os militantes com passado na JUC se identificaram com a prática de servir ao povo, viver como ele, inspirada no maoísmo, não obstante a diferença de horizonte entre essa vertente marxista e o cristianismo. Para militantes de formação nitidamente marxista (...) a opção decorria, segundo suas palavras, da recusa do vanguardismo e do foquismo apresentados pela” Corrente 02 “e da identificação com o significado da proposta da.” Corrente 01.” (DIAS, 2003, p.136).

O autor afirma que a militância da AP interpretou o maoísmo de acordo com sua própria formação. Os militantes provenientes da JUC se identificariam com as idéias de despojamento, serviço e igualitarismo pregadas pelo maoísmo, enquanto que aqueles que possuísem uma formação marxista se sentiriam atraídos pelo maoísmo devido à crítica que este fazia a teoria do foco.

Apesar de concordar com o nuance cristã da integração, Dias (2003) coloca bem a perspectiva materialista e a influência maoísta no processo de forma mais precisa que Ridenti. Além disso, o autor realizou uma grande contribuição à compreensão do desencadeamento da política de integração, graças à avaliação que faz da tradição da AP na luta de massas.

Conceição (1999) analisou na sua dissertação de mestrado a atuação dos partidos políticos de extrema esquerda militarista como agente educativo. Nesse estudo, ele apresentou a análise das matrizes teóricas que influenciaram esses partidos, dentre elas o maoísmo. Justamente ao tratar da influência maoísta, o autor trouxe a tona à experiência da integração praticada pela Ação Popular.

A AP foi influenciada pela Revolução Chinesa com a concretização de uma linha de proletarização: o envio de seus militantes para trabalharem em indústrias ou viverem no campo (...) A AP, portanto, assumiu os elementos fundamentais da estratégia maoísta que previa a priorização do trabalho junto aos camponeses e a necessidade de preparar a guerra popular prolongada, tendo as regiões rurais como prioritárias. (CONCEIÇÃO, 1999, p.197).

Destacando o papel da Ação Popular no trabalho de educação das massas através da integração, o autor analisa esta experiência demonstrando a influência do maoísmo neste processo de envio de seus militantes ao campo ou a fábrica.

Oliveira (2005) em sua dissertação de mestrado abordou a prática da “integração na produção” nas fábricas na região do ABC paulista. A autora analisou a integração apresentando a contribuição da teoria maoísta na construção desta prática.

A diretiva da “integração na produção” visava inicialmente inserir o militante pequeno burguês no meio operário e camponês para que aprendesse com eles e conhecesse de perto os principais problemas dessas classes sociais, e assim operar se ia uma gradativa transformação ideológica dos militantes. Essa perspectiva insere-se no âmbito do pensamento maoísta no que diz respeito à transformação do indivíduo num homem – novo. (OLIVEIRA, 2005, p.111).

A autora faz uma análise sobre o processo de integração na fábrica no ABC paulista utilizando-se de uma vasta documentação e da história oral como recurso metodológico, visando demonstrar que o objetivo da “integração na produção” era muito mais do que uma simples transformação do pensamento pequeno burguês.

Martins Filho (1986) afirmou que o movimento de integração trouxe um esforço de transformação ideológica e superação dos limites da classe média que marcou o plano da esquerda brasileira nos anos 60. O autor apontou que, para a realização dessa superação de classe os militantes da Ação Popular colocaram em prática os ensinamentos de Mao Tsé Tung, segundo o qual cada camarada deveria se integrar as massas e não se colocar acima delas, despertando-lhes a consciência política. Segundo o autor,

Empenhados na efetivação da “linha de massas”, os militantes daquela corrente política propuseram-se a se deslocar para os bairros operários, as fábricas e as zonas rurais, a fim de promover a “integração na produção” e possibilitar, neste processo, a superação dos limites pequeno burgueses que lhes eram característicos. Procurava-se, assim, superar os limites de classe, colocando em prática um dos mais citados ensinamentos de Mao. (MARTINS FILHO, 1986, p.200).

O autor traz a idéia da “integração na produção” como forma de uma pequena parcela de militantes provenientes da classe média se aproximar das classes trabalhadoras, que foi um dos objetivos iniciais do processo, demonstrando a influência do maoísmo na sua estruturação. Porém, o autor somente abordou um dos aspectos do processo não trazendo a discussão à evolução desta prática como forma de ampliar as bases do partido no meio operário e camponês.

Percebemos que a prática da “integração na produção” tinha inicialmente o objetivo de inserir o militante pequeno-burguês no meio operário e camponês tendo em vista que ele conhecesse de perto os problemas dessas classes sociais e através disso realizasse uma reforma em seu pensamento. Porém, seu contato com a teoria maoísta fez com que a AP promovesse uma revisão nos objetivos da integração, a qual passou a ser interpretada como uma forma de ampliar as bases do partido no meio operário e camponês visando à realização de um trabalho político no campo e na fábrica.

3.2 A ESSÊNCIA DA “INTEGRAÇÃO NA PRODUÇÃO”

A “integração na produção” foi freqüentemente associada às origens cristãs da Ação Popular, tendo como referência para esse processo a experiência dos padres operários. Acreditamos que essa analogia feita por alguns pesquisadores entre a integração e a atuação dos padres junto aos operários é limitada, na medida em que a integração se constitui numa prática de essência política empreendida pelos militantes da Ação Popular.

Para o melhor entendimento dessa experiência, faz-se necessário conhecer as transformações ocorridas no seio da Igreja Católica no pós Segunda Guerra Mundial e a experiência dos padres operários, a qual não se constitui numa tarefa fácil, devido à lacuna e a carência de estudos existentes sobre este tema.

O contexto político nacional e internacional dos anos 50 e 60 exigiram mudanças na postura da Igreja Católica em relação ao seu laicato. Podemos definir esse período como um momento de crise desta instituição no seio da sociedade brasileira, sendo os indícios disto o crescimento de outras religiões, o menor comparecimento dos fiéis à missa, o crescimento da esquerda e a perda de influência entre as classes populares.

Na verdade, a expansão do protestantismo, do candomblé e do espiritismo demonstrava que a Igreja não estava atingindo as massas. Além disso, a Revolução Cubana (1959) e a XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (1956) foram alguns dos fatores que fizeram com que a propaganda anticomunista se

ampliase em países que estavam sob influência norte-americana. No caso do Brasil, notava-se o crescimento do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que mesmo estando na ilegalidade, obtinha grande inserção no meio operário, sendo que isso era visto pela Igreja como um sinal de decadência da cultura católica e dos valores tradicionais. Dessa forma, os líderes proeminentes da Igreja viram nessas mudanças ameaças a sua instituição, que os fizeram repensar a missão social da Igreja. (MAINWARING, 1989).

Foi justamente nesse contexto que se sucederam mudanças significativas na Igreja Católica Romana tanto em nível internacional como no Brasil. Durante o Papado de João XXIII ocorreram importantes reformas, percebidas através das encíclicas deste Papa, tais como a *Mater et Magistra* (1961) e *Pacem in Terris* (1963), as quais desenvolveram uma nova concepção de Igreja comprometida com a melhoria dos destinos dos seres humanos na Terra e em promover a justiça social.

Justamente, nesse contexto dos anos 60 que o diálogo entre o marxismo e o cristianismo teve como consequência a propagação de manifestações importantes, tais como o surgimento da esquerda católica brasileira, sendo esta representada pela Juventude Estudantil Católica (JEC); Juventude Operária Católica (JOC); Juventude Universitária Católica (JUC); Juventude Agrária Católica (JAC) e a Ação Popular (AP), as quais se constituem como a primeira forma de articulação entre a fé cristã e a política marxista na América Latina. (LOWY, 1989).

Vale a pena ressaltar que, antes mesmo da popularização das resoluções do Vaticano II, esses movimentos da esquerda católica já eram atuantes. Segundo Lowy, um fator preponderante para isso foi a influência da Igreja e da cultura católica francesas sobre o Brasil, de modo que a teologia francesa no pós-guerra era a representante da renovação do catolicismo, levantando temas que seriam posteriormente ratificados pelo Vaticano II. Além disso, a cultura católica francesa foi marcada pela presença de algumas figuras e correntes socialistas: de Charles Peguy ao grupo "Espirit", dos cristãos revolucionários da Frente Popular (1936-38) ao grupo "Témoignage Chrétien" da Resistência (1940-45), e dos padres operários da Missão de França à corrente socialista do sindicato cristão CFTC (hegemônica no começo dos anos 60).

A experiência dos “padres operários” franceses surgiu no final da década de 40, quando o Episcopado Francês encarregou alguns padres de passarem a viver como trabalhadores comuns e descobrirem os motivos que levavam a classe operária francesa a possuírem certa descrença em relação à religião. Porém, o objetivo principal dessa iniciativa era fornecer dados para que a Igreja pudesse combater as idéias materialistas e, obviamente, a influência, então, bastante expressiva do Partido Comunista Francês. (FERREIRA; ALMEIDA, 1993).

Justamente, nessa linha de trabalho, se iniciaram as ações dos “padres operários” na Região do ABC Paulista a partir de meados da década de 50. Visando analisar a experiência dos “padres operários” para melhor apontar as suas diferenças em relação à experiência junto aos trabalhadores praticada pela AP, faz-se necessário trazer a discussão que Moraes (2003) realizou em sua dissertação de mestrado sobre as lutas operárias e a atuação da Ação Católica, especificamente da Juventude Operária Católica, no ABC Paulista entre os anos de 1954-1964; demonstrando-nos através da figura de D. Jorge Marcos a atuação dos “padres operários”.

Moraes (2003) demonstrou que D. Jorge Marcos, bispo da Arquidiocese do ABC Paulista, era bastante atuante no seio da comunidade desta região. A autora observou que o bispo estava inserido nos problemas locais, sendo que sua prática não se restringia ao trabalho de cunho assistencialista, mas estavam relacionados aos problemas da classe operária.

O discurso da Ação Católica incentivava o leigo a participar das organizações da classe e da política local e resultaram no envolvimento dos militantes com estas instâncias. O envolvimento do Bispo nos problemas da população operária foi além do acompanhamento dos trabalhos dos vereadores ou das exigências para a aprovação de projetos. O Bispo, ao tomar a frente nas lutas dos trabalhadores e ao tornar-se um líder para esta classe, parece ter ocupado um lugar que, segundo o ideal da Ação Católica, deveria ser militante cristão. (MORAES, 2003, p.156).

Sua atuação junto aos operários em movimentos grevistas fez com que D. Jorge fosse denominado de bispo dos operários e até mesmo de bispo vermelho. No entanto, em sua declaração no Convento dos Dominicanos, ele deixou claro que seu trabalho era mais voltado para o ideal de missão social pregada pela Igreja do que vinculado a uma prática política. Segundo Moraes (2003), o Jornal do ABC, o

News Seller (14/12/1960), teria noticiado a presença de D. Jorge do Convento dos Dominicanos em São Paulo, onde ele teria falado o seguinte:

Vamos fazer uma greve cristã que seja tão sedutora para os operários quanto a mensagem dos comunistas. Oitenta por cento das famílias famintas estão ouvindo a mensagem do Partido Comunista do Brasil. A greve da Aymoré foi a greve cristão pelo respeito a dignidade humana, tão diferente da greve-revolta, da greve do ódio. (MORAES, 2003, p.158).

Dessa maneira, a partir do discurso de D.Jorge percebemos que sua vinculação com os trabalhadores tinha como intenção à evangelização dos mesmos para afastá-los do comunismo. Além disso, sua atuação na resolução dos problemas sociais era feita através da união das forças das diversas instâncias do poder político. Esse ideal de conciliação era pregado pelo bispo D.Jorge para intermediar as negociações entre operários e patrões, incentivando sempre o fim da greve e a aceitação das ofertas patronais.

É importante ressaltar que desde o final dos anos 50, os “padres operários” franceses, membros da Associação Filhos da Caridade, se encontravam na Região do ABC, sendo que eles eram comprometidos com a mesma linha de trabalho do Bispo D.Jorge.

Com isso, podemos observar que a intenção desses religiosos era a evangelização, mas para isso era necessária sua aproximação com a realidade dos trabalhadores. Foi justamente essa proximidade que fez com que eles se envolvessem nos movimentos de reivindicação e greves promovidas pelos operários. Porém, como foi dito anteriormente, essa participação era feita sem fins políticos.

Através do que foi explicitado, pode-se perceber que a ligação com massas promovida pelos padres operários franceses foi bastante distinta da “integração na produção” empreendida pela Ação Popular, a qual tinha uma conotação totalmente política, visando à transformação da realidade sócio-econômica das classes operária e camponesa.

3.3 A PRÁTICA DA “INTEGRAÇÃO NA PRODUÇÃO”: A IDA AO CAMPO OU A FÁBRICA

O contato com a teoria maoísta fez com que os objetivos do processo de “integração na produção” se transformassem. A princípio, o ideal da integração com as massas tinha a função de transformação ideológica do indivíduo pequeno burguês, o qual deveria através do trabalho produtivo adquirir um ideal proletário. Porém, não podemos afirmar que este era o único objetivo dessa prática, já que o aspecto fundamental do processo era a integração na vida das massas para ampliar as frentes de trabalho do Partido junto aos camponeses e operários.

O documento *Profissionalização dos quadros: uma necessidade urgente* (1966) traz a concepção da integração demonstrando a preocupação existente com a formação teórica e prática da militância, a qual necessitava se preparar tecnicamente e teoricamente para a realização de um trabalho revolucionário, ou seja, integrarem-se às massas operárias e camponesas para a realização de um trabalho político.

Em termos de direção política, a Ação Popular tinha como objetivo ter militantes profissionais dentro da organização, os quais teriam suas vidas dedicadas em tempo integral ao Partido. Logo, a causa não exigia somente uma adesão política, mas um engajamento onde a vida política não se separava da vida privada.

Revolucionário profissional é, portanto, é o militante que está permanentemente preocupado com a luta revolucionária que colocou a revolução no centro de sua vida a ponto de relacionar todos os seus planos com as necessidades da revolução, que está disposto a dedicar toda a sua existência à causa revolucionária. É o militante que faz da revolução a grande tarefa da sua vida. Para ser revolucionário profissional é preciso ter muita firmeza, muita coragem e muita abnegação. E é preciso sobretudo ter compreendido o significado humanista da revolução e ser capaz de encarar a luta revolucionária também como forma de realização pessoal. (sic., AÇÃO POPULAR, PROFISSIONALIZAÇÃO DOS QUADROS: UMA NECESSIDADE URGENTE, 1966, p.02).

Este documento demonstra a conotação política da “integração na produção”, o que aponta uma mudança no sentido dessa proposta que até então era colocada somente como uma forma de seus militantes pertencentes à pequena burguesia se livrarem dos seus limites de classe.

Estudantes e intelectuais são deslocados de suas áreas habituais de atividade para áreas operárias e camponesas. Neste caso, os quadros estudantes e intelectuais não tem conhecimento suficiente do meio, contatos, a ambientação necessária. Por isso defendemos como primeiro passo do trabalho, a sua integração, pelo menos num período inicial, no trabalho produtivo na fábrica ou no campo. Isto é também muito proveitoso e importante também do ponto de vista da formação pessoal dos militantes. Mas o objetivo principal da profissionalização e da integração na produção é a criação de condições para o desenvolvimento de um trabalho revolucionário, deve-se tomar cuidado para que a integração na produção não impeça o trabalho político do militante, trabalho que exige disponibilidade de tempo e mobilidade. Deve-se encontrar, em cada caso concreto, um equilíbrio entre as necessidades da integração na produção e as exigências do trabalho político. Todos esses princípios se aplicam também ao caso de operários e camponeses que sejam transferidos de sua região para outra e tenham, por isso, necessidade de integração inicial no trabalho produtivo para o estabelecimento de contatos e identificação com as massas. (AÇÃO POPULAR, PROFISSIONALIZAÇÃO DOS QUADROS: UMA NECESSIDADE URGENTE, 1966, p.10).

A preocupação com a formação do partido de vanguarda por parte da Ação Popular aparecia também nesse documento, no qual foram apontadas as condições que uma organização revolucionária deveria possuir para se tornar a vanguarda. Dentre estas, alterações na composição da organização, a qual deveria possuir em suas fileiras militantes da classe operária e camponesa e a estrita ligação do partido com as massas para a condução efetiva da luta de massas dentro de uma visão política e estratégica. Assim, a falta desses requisitos para que a organização se tornasse o partido de vanguarda do proletariado fez com que surgisse a necessidade da ampliação das suas bases, que seria feita através da integração.

No entanto, mesmo com o ideal político posicionado neste documento, as influências cristãs ainda prevaleciam, pois podemos perceber a presença de referências ao pensamento cristão no vocabulário utilizado no documento, como a menção à experiência dos “padres operários” e sua ligação com as massas como indício de dedicação e solidariedade.

Mais importante do que tudo, entretanto, nos parece a identificação profunda e pessoal do militante profissionalizado com o povo operário e camponês. A experiência dos revolucionários do Vietnã foi resumida por Ho Chi Min na conhecida política dos três preceitos que assim se enuncia: viver junto, comer junto e trabalhar junto. Essa identificação é tão importante que a Igreja Católica a adotou para sua pastoral operária com a experiência dos padres operários. Este testemunho vivo, esta comunhão afetiva e pessoal com o povo oprimido, este esforço de identificação com o povo trabalhador para nele introduzir a semente da revolução, estamos convencidos, é um

ponto capital para o êxito da revolução brasileira. Se não formos capazes deste nível de identificação se não tivermos a audácia e a renúncia, desta forma superior de dedicação e solidariedade, que é viver em comum e sofrer em comum, tanto quanto lutar em comum, é inútil elaborarmos nossas teses políticas, nossas estratégias e nossos planos de profissionalização (AÇÃO POPULAR, PROFISSIONALIZAÇÃO DOS QUADROS: UMA NECESSIDADE URGENTE, 1966, p.14, grifo nosso).

Percebe-se que a AP começava a passar por um momento de transição onde podemos notar a presença de elementos cristãos e referências de cunho político revolucionário no documento citado anteriormente. A partir de 1966, notamos na documentação pesquisada as mudanças nos objetivos da integração, a qual passaria a ser um meio de organizar as massas operárias e camponesas, assim como fazer com que os militantes de origem pequeno-burguesa conhecessem a realidade dessas classes e sofressem uma transformação ideológica assumindo uma identidade proletária.

A “integração na produção” tinha como objetivo principal o envio dos seus militantes ao campo e à fábrica para que esses desenvolvessem um trabalho político de organização e mobilização das massas para o posterior desencadeamento da guerra popular quando as massas estivessem preparadas de forma teórica e prática.

Vale a pena ressaltar que o ideal de transformação ideológica da militância através desse processo não pode ser perdido de vista, de modo que uma pesquisa realizada no seio da militância da AP demonstrou que a organização era majoritariamente estudantil e possuía um baixo nível teórico e ideológico. Visando resolver essas deficiências, foi colocada em prática a organização do Debate Teórico e Ideológico (DTI), que propôs uma transformação ideológica dos militantes através de um estudo crítico do marxismo e da elaboração de uma teoria geral da revolução brasileira.

Por transformação ideológica se entenda, na linha das explicações já fornecidas, a transformação radical e revolucionária não só de muitas das idéias, símbolos e representações tradicionais que nossos militantes ainda utilizam para pensar a realidade histórica e sua própria prática revolucionária, mas também de muitas de suas atitudes, comportamentos e planos de vida, valores e estilo de militância. Uma transformação ideológica de tal ordem implica um aprofundamento exigente da opção revolucionária de nossos militantes, uma verdadeira revolução pessoal com uma mudança completa nas perspectivas de vida e no estilo da militância de muitos quadros. (AÇÃO POPULAR, RESOLUÇÃO SOBRE O DEBATE TEÓRICO E IDEOLÓGICO, s.d., p.12).

Contudo, esse objetivo de superação dos limites de classe era posto como algo secundário no desencadeamento da integração, de maneira que, em *Integração com as massas: roteiro para uma discussão* foram colocados como aspectos fundamentais da prática o ideal de servir ao povo se integrar na vida das massas (comer, trabalhar e viver com as massas) sendo isso a base objetiva para a direção da luta de classes. Tanto que, a transformação ideológica aparece como aspecto secundário, sendo ressaltado que ela facilitaria a integração, mas não seria o fator principal.

Entre os anos de 1965 e 1966, a organização sofreu a influência de duas matrizes teóricas: o foquismo e o maoísmo. Na verdade, o advento do golpe de 1964 fez com que se iniciasse uma reavaliação das práticas e da postura política adotada pela AP até então. Nesse momento, foi iniciado o processo de adesão ao marxismo, sendo que isso ficou refletido na publicação do documento *Resolução Política* (1965), o qual trazia como decisão a conquista do poder pela via insurrecional. Além disso, este documento mostra uma mescla das influências cubanas e chinesas na concepção de revolução socialista de libertação nacional pregada pela AP.

Justamente esta escolha pela via insurrecional fez com que a Ação Popular se aproximasse do foquismo cubano pelos idos de 1965, de modo que chegou se a criar uma comissão militar encarregada de fornecer cursos de emprego de armas e explosivos. Militantes da organização foram enviados para participarem de treinamentos guerrilheiros em Cuba, ao mesmo tempo em que outro grupo da organização se dirigia a China, que estava colocando em prática a “Revolução Cultural Proletária”. Na realidade, este contato com Pequim forneceu um embasamento teórico a Ação Popular para que se iniciasse uma análise crítica da teoria do foco guerrilheiro.

A adesão ao maoísmo se tornou oficial somente após uma segunda visita de um grupo da organização chefiado por Jair Ferreira de Sá no segundo semestre de 1967. Retornando da China, ele mesmo redigiu o documento *Os seis pontos* (1968), o qual ratificou o maoísmo como opção teórica a ser seguida.

A partir do documento *Os seis pontos* (1968), a integração se tornou oficial na Ação Popular, passando a ser definida como uma forma superior de integração na

vida das massas. Vale a pena ressaltar que ela já se encontrava em prática desde meados de 1967.

A crítica à perspectiva religiosa vinculada ao ideal de integração aparece no documento, segundo o qual era necessário realizar uma “crítica à perspectiva religiosa de autopunição e auto purificação e a perspectiva revisionista de auto cultivo” (AÇÃO POPULAR, OS SEIS PONTOS, 1968, p.01), o que já apontava uma definição pelo caráter político da integração. Além disso, a contradição entre a idéia de revolucionarização ideológica e a condução da luta de massas foi explicitada, sendo que esta se constitui num dos aspectos principais do processo. “A integração nas lutas e “integração na produção” se efetuam em um processo simultâneo e não em duas etapas (...) a integração não é levar a luta as massas, elas já estão em luta, nosso papel é integrar e dirigir essa luta.” (sic., AÇÃO POPULAR, OS SEIS PONTOS, 1968, p.01).

Juntamente com a condução da luta de massas, a mudança do eixo de trabalho do Partido para as bases operárias e camponesas surgiu como um dos objetivos da integração, de forma que se destacava a necessidade de “combinar corretamente o deslocamento do eixo do trabalho para o campo com o caráter de classe para o P., sua construção na cidade, sua ligação real com o movimento especialmente nas condições brasileiras” (AÇÃO POPULAR, OS SEIS PONTOS, 1968, p.04).

As primeiras experiências da integração partiram de São Paulo e da Bahia no segundo semestre de 1967. Sua prática continuou sendo aplicada com intensidade em 1968 e 1969, começando a ser desarticulada em meados de 1970 no estado da Bahia, de acordo com os depoimentos concedidos à autora.

Arrolamos 23 frentes de trabalho entre pequenas e grandes, importantes e secundárias, distribuídas por oito áreas geográficas que a AP definia como “regiões”: Pará, Maranhão, Nordeste, Bahia e Sergipe, Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Goiás. Dentre o pessoal que se “integrou” nessas frentes identificamos um grupo de 120 companheiros [...] das 120 pessoas referidas, 90 se dirigiram ao campo, “integrando-se” na produção agrícola como assalariados

rurais ou camponeses, 30 dirigiram-se à produção fabril”¹⁸. (LIMA ; ARANTES, 1984, p.116).

Os militantes da AP que participaram do processo de “integração na produção” em seus princípios integravam no mesmo estado em que viviam. Porém, com o recrudescimento da Ditadura Militar após o decreto do Ato Institucional nº 5, a Ação Popular passou a enxergar na integração uma forma de segurança da militância da organização, o que deu margem à necessidade de deslocamentos dos militantes para o trabalho nas áreas prioritárias de outros Estados.

A Ação Popular promoveu uma verdadeira empreitada de pesquisa e preparação dos militantes para colocar em prática a “integração na produção” junto aos camponeses e operários. Foi montado um grupo formado por militantes da AP que desenvolveram uma pesquisa que recebeu o nome de PAE (Pesquisa de Áreas Estratégicas) para a escolha das chamadas bases de apoio, também chamadas de áreas prioritárias ou bases estratégicas, para que os militantes colocassem em prática a integração junto às massas, a qual seria o primeiro estágio para o desencadeamento da guerra popular.

No curso dessa fase inicial o quadro revolucionário deve iniciar uma pesquisa econômica, política e ideológica da área. É impossível traçar uma política correta sem uma avaliação em profundidade das condições locais. É importante levar em conta que não se trata de montar um IBGE, mas de fazer uma pesquisa revolucionária. (AÇÃO POPULAR, POLÍTICA DE MASSAS DE CARÁTER REVOLUCIONÁRIO PARA O MOVIMENTO CAMPONÊS, 1968, p.19).

Era necessária a realização de uma pesquisa aprofundada para o bom conhecimento por parte da organização sobre a política, a economia, a sociedade e principalmente sobre as contradições que assolavam a sociedade brasileira.

As áreas prioritárias no campo deveriam possuir determinadas características que as tornassem favoráveis ao desencadeamento da luta armada no campo. Essas regiões deveriam ser marcadas por:

¹⁸ Existem controvérsias a respeito da quantidade de militantes integrados à produção, na medida em que Jair Ferreira de Sá afirma que o número de militantes integrados variava em torno de 1.000. IN: GUSMÃO, S.B. Jair, clandestino há 15 anos. **Jornal da República**. São Paulo, 08 set. 1979.

Agudos conflitos sociais e condições topográficas favoráveis ao desenvolvimento da luta armada. A luta armada deverá ser iniciada em regiões de tradição de luta camponesa, onde o nível de consciência seja relativamente alto. Nessas áreas, as demais formas de luta seriam secundárias, enquanto que a luta armada seria a forma principal de luta. Essas regiões serão aquelas onde a presença do poder dominante esteja diluída, permitindo assim o poder progressivo da região. A luta armada se faria através de grupos móveis de guerrilha que teriam como objetivo a construção progressiva de um Exército Popular. (AÇÃO POPULAR, POLITICA DE MASSAS DE CARACTER REVOLUCIONÁRIO PARA O MOVIMENTO CAMPONES, 1968, p.3).

Na verdade, foram estabelecidos alguns critérios na escolha dessas áreas prioritárias e os pesos referentes a cada item destes citados anteriormente:

01-Condição de massa (peso total 9)- a) aspecto de quantidade = 4 / numero de camponeses=3/ grau de concentração=1 b) aspecto de qualidade=5/composição de classe=2/nível de luta=1/tradição de luta=0,5/organização de massa=0,5 /organização de Partido=0,5. 02-Condições físicas (peso total 5) – altitude –relevo=3/rios e alagadiços=1/vegetação e clima=1. 03- Condições do inimigo: presença do inimigo=3/condições para expansão=2/condições econômicas=2/importância econômica=1 (AÇÃO POPULAR, AUDÁCIA NOS OBJETIVOS E RIGOR NOS MÉTODOS, 1969, p.131).

Todos esses critérios avaliados nas pesquisas dessas áreas pelo Brasil fizeram com que surgissem as bases de apoio para a realização da integração na Bahia. Um exemplo disso é o documento “Camacã-Histórico” (s/data), no qual a organização traceja a história, a economia cacaeira, um balanço do sistema educacional local, clima, vegetação e hidrografia. Panelinha, Camacã, Eunápolis, Itabuna, Ilhéus e Chapada Diamantina foram as bases de apoio no campo escolhidas pela AP na Bahia.

Os problemas sociais e a exploração econômica sofrida pelos trabalhadores rurais no Nordeste sempre foram alvo de constantes discussões pela AP. Sejam conflitos entre latifundiário e camponês; a fome ou a seca que assolava essa região; os problemas dos camponeses e a luta desses contra a exploração sofrida eram sempre acompanhados pelos militantes que ali estavam integrados.

Aqui na Região Cacaueira vivemos uma situação de crise aguda. A grande maioria dos trabalhadores estão desempregados. Os que estão empregados recebem salário de miséria(diária ou melhor 88,00 por mês).A situação dos pequenos produtores, é aflitiva, não há garantia de preço mínimo, não há crédito, igualmente sofrem na região os pequenos comerciantes, feirantes, enfim todo o povo. Por que não há dinheiro para o

povo, o dinheiro está guardado no cofre dos exportadores e grandes fazendeiros e nos bolsos dos corruptos servidores da Ditadura Militar pró-imperialista.(CARTA PARA MILITANTE MARIA IEDA, s.d.).

Na verdade, foi esse quadro de conflito social existente na Bahia que fez com que aqui fossem escolhidas algumas bases de apoio para o desencadeamento da guerra popular prolongada no Brasil.

Integrar-se ao processo produtivo requereria dos seus militantes alguns critérios essenciais para o desenvolvimento desta prática, principalmente em seus primeiros momentos. O militante para ser recrutado deveria preencher alguns critérios tais como: bom nível político – ideológico; experiência de luta de massas; capacidade de organização; facilidade de adaptação ao meio; conhecimento da região para onde será deslocado; etc.

O nível teórico e ideológico da militância era algo extremamente importante para o bom desenvolvimento do trabalho no meio camponês e operário.

A necessidade de formação de militantes e sobretudo dos quadros do Partido para melhor desenvolvermos o aprofundamento e a sistematização da nossa política tática, e elaborarmos precisamente uma política geral orientadora e objetiva e definimos uma justa estratégia e tática de preparação da guerra popular no Brasil.(...) a necessidade da formação dos quadros do Partido ainda é o primeiro plano, por que sem isto, nem mesmo podemos muito bem recrutar e formar quadros de origem camponesa e operária. (AÇÃO POPULAR, ORIENTAÇÃO DA COMISSÃO EXECUTIVA PROVISÓRIA SOBRE O TRABALHO DE FORMAÇÃO TEÓRICA,1970, p.10).

Esse trabalho de formação teórica do militante era realizado por meio de um programa de estudos permanente e bem estruturado pela Ação Popular, objetivando a elevação do nível teórico de sua militância. Na verdade, a preparação era encarada como um processo de formação política e educação dos militantes como uma iniciativa para a preparação dos atos políticos, de democratização política e até mesmo como forma de “desenraizamento do mundo burguês”.

Somente com a definição de um estudo organizado e permanente, o qual responda corretamente às exigências da prática partidária e da revolução, ao nível de cada organização de base, todos os militantes poderão se formar na ideologia proletária marxista leninista. (...) Os cursos, seminários, escolas etc, são formas de educação auxiliares e de preparação para seu êxito, do plano de estudo definido e executado permanentemente na vida da organização do Partido. (AÇÃO POPULAR, ORIENTAÇÃO GERAL PARA ELABORAÇÃO DE PLANOS DE ESTUDOS EM TODAS AS ORGANIZAÇÕES DO PARTIDO, 1970, p.01).

Através da documentação pesquisada percebemos que o programa de estudos aplicado pela organização era composto de temas como: linha política para a revolução brasileira; análise da realidade brasileira; a construção do partido marxista leninista do tipo novo; educação das massas; aplicação do materialismo dialético (na história, na revolução proletária e na atividade mental); etc. O material utilizado eram textos de Marx, Lênin, Mao Tsé Tung, Fernando Henrique Cardoso e Marta Harnecker; textos que narrassem a experiências dos militantes; documentos gerais da AP e de outras organizações como o Partido Comunista do Brasil, Ala Vermelha etc. Além disso, foram organizadas duas séries intituladas: *Textos para debates* e *Textos para militantes*, que foram repassados para a militância da organização, sendo que eles possuíam os mais diferenciados temas abordando desde as finanças da organização, a questão da revolucionarização dos quadros e até textos de Mao Tsé Tung.

Vale a pena notar que, a partir de 1969, a AP passou a promover uma reavaliação da sua militância, sendo que esta análise abordava os níveis políticos, ideológicos e organizativos, classificando a militância que seria enquadrada em três níveis: nº 1(militantes avançados); nº 2 (militantes intermediários) e nº 3(militantes atrasados). Mas, em cada nível deste existiam gradações que iam, por exemplo, do -1 até o +1. (AÇÃO POPULAR, CRITÉRIOS PARA A REAVALIAÇÃO DA MILITANCIA OU AFERIÇÃO DE NÍVEL, S/DATA).

A preparação da militância não era somente teórica, mas também de cunho militarista, uma vez que alguns militantes da organização foram enviados para a China para a realização de treinamento na Academia Militar de Nanquim, que fornecia um curso de capacitação política e militar. Militantes como Jair Ferreira de Sá e Manoel da Conceição participaram deste curso.

A “integração na produção” possuía normas de convivência e de trabalho que os seus militantes fixados no campo e na fábrica deveriam seguir durante a realização do processo. Existia certa preparação psicológica do militante que recebia instruções de postura diante das massas e das condições nas quais iria se integrar.

Ouvir muito; observar discreta e atentamente tudo que se passa a sua volta e no local de seu trabalho; falar pouco, somente o necessário; nada impor, fazer as massas raciocinarem; ser prestativo, ajudar em tudo que for possível, mesmo nos trabalhos do campo, ou de casa, não se tornar pesado economicamente; respeitar as crenças, os costumes e os hábitos do lugar onde trabalhar; não chamar atenção sobre si mesmo, tudo deve ser referendado a organização e a revolução; não prometer o que não puder cumprir, nem faltar hipótese alguma ao combinado; no tocante a moral ,seja de toda a severidade consigo mesmo, jamais se permitir qualquer desvio. Um revolucionário é um reformador social e deve comportar-se como tal. (AÇÃO POPULAR, POLITICA DE CARATER REVOLUCIONÁRIO PARA O MOVIMENTO CAMPÔNES, 1968, p.18).

Em relação a isto, a ex-militante Eliana Rollemberg afirmou que antes de ir para a base de apoio de Candeias passou por uma preparação em Salvador, onde ficou:

Sabendo sobre as condições de vida, sobre essa questão de como se comportar na região, o tipo de acessoria que eu teria que dar ali, me preparar também pra isso, na questão ligada ao petróleo que eu não tinha conhecimento antes por que eu trabalhava em Aracaju com outras questões, no caso a educação. Então, eu tive que ter realmente um preparo até mesmo teórico. (ROLLEMBERG, E., em 07 out. 2004).

O trabalho de integração exigia toda uma análise do ambiente onde o militante estava inserido para a realização do trabalho político. No entanto, a maior dificuldade encontrada por eles eram os cuidados com seu comportamento, afinal além de estarem clandestinos, muitos militantes nunca haviam trabalhado no campo ou na fábrica. José Carlos Arruti em seu depoimento afirma que:

Nem conhecia o processo produtivo do cacau, eu passei ali quase vinte dias aprendendo o que é que era o cacau, o que não era, como é que se fazia, quantas safras era, quantas não era. Então, era um processo grande, eu não era de uma região, não vinha de uma região agrícola com essas características, vinha da região de Goiás aonde era um desmate de plantação de arroz, desmate de estoque. Então pra você chegar numa área de assalariado no cacau que eu nunca tinha visto, então tinha a limpa, a poda, etc, colher cacau, tinha várias coisas, várias etapas do processo, então primeiro até a linguagem, o linguajar, os termos eram complicados, quer dizer, pra mim. (ARRUTI. J.C., em 21 set. 2004).

Justamente essa convivência dos militantes junto aos camponeses e a confiança que eles conseguissem obter seriam aspectos primordiais para sua inserção neste meio. Com a confiança dos camponeses ganha, o militante

conseguiria com mais facilidade descobrir os problemas sofridos pela população local.

Segundo a visão tática e estratégica da AP, o desencadeamento da luta de massas no campo para a posterior formação da guerra popular somente se tornaria possível com a educação, a mobilização e a organização dos camponeses. Visando conduzir tais tarefas, a AP aderiu à “linha de massas” que seria um método de direção do Partido sobre as massas.

Quando se propõem a linha de massas é para garantir uma direção acertada do partido sobre as massas e não para abandonar a direção do partido sobre as massas. Apenas se insiste em que o Partido de revolucionários profissionais não pode se substituir as massas, e estas devem participar efetivamente da luta. (...) As massas populares só poderão se libertar elevando seu nível de consciência e de organização. Sem uma direção firme e um trabalho correto do Partido, as massas não podem tornar-se conscientes e organizadas a seguir o caminho justo da luta. (AÇÃO POPULAR, SOBRE A LINHA DE MASSAS, s/data, p.08).

A linha política de um Partido, no caso da AP a “linha de massas”, deveria ser a responsável pela definição dos objetivos e das formas de luta e mobilização, sendo que o partido pretendia agir como um guia do movimento das massas operárias e camponesas.

A elevação do nível de consciência das massas era visada pela AP através da sua educação, que seria empreendida pelos integrados à produção. Para a realização desse trabalho, os militantes visavam mostrar aos camponeses a dominação ideológica e a exploração econômica, as quais estavam submetidas e as formas como eles poderiam lutar contra os opressores.

A educação e a propaganda das massas deve se fazer em torno dos problemas concretos e mais diretamente ligados à vida do camponês: situação de miséria dos camponeses, morte do filho, gado do latifúndio que comeu a roça do camponês, latifundiário que bateu no camponês etc. Partir sempre dos problemas concretos através de imagens que facilitem a compreensão do camponês para chegar até os problemas mais gerais. (AÇÃO POPULAR, POLITICA DE MASSAS DE CARATER REVOLUCIONÁRIO PARA O MOVIMENTO CAMPONES, 1968, p.13).

Dessa forma, o militante integrado na produção possuía o papel de um educador político cuja relação com os camponeses tinha como objetivo a

conscientização e organização destes através da demonstração do seu papel revolucionário na luta pela construção de uma sociedade socialista.

Os instrumentos utilizados na educação e na propaganda junto às massas eram jornais, literatura de cordel, panfleto, cantador, rádio, serviço de auto falante, cursos etc. A Ação Popular possuía dois jornais de circulação clandestina, *Libertação* e *Revolução*, que informavam os militantes sobre as atividades da organização nas regiões onde ela atuava, suas táticas e estratégias, as idéias gerais da organização e as tarefas gerais do partido. No entanto, essa importância do jornal para a formação teórica dos quadros da Ação Popular foi ressaltada numa própria edição do Jornal *Libertação*.

Trabalhadores: um jornal revolucionário não é apenas para ser lido, precisa ser lido e discutido. Não é como um jornal da burguesia, que se lê e joga-se fora. É para ler e passar adiante. Os artigos mais importantes devem ser reproduzidos e distribuídos nos lugares de trabalho. O jornal revolucionário é uma arma do trabalhador em sua luta por isso o trabalhador precisa incentivá-lo e colaborar com ele. (AÇÃO POPULAR, JORNAL LIBERTAÇÃO, ANO I, n.02, 15 maio 1968, p.10).

No que se refere à Bahia, temos como exemplo de outros artifícios usados com esse objetivo, tais como o *script* de uma peça de teatro¹⁹, que tratava da realidade dos trabalhadores do cacau, tais como a falta de assistência médica, educação, eleição, exploração do trabalhador, prostituição e assassinatos de trabalhadores rurais; músicas (violetas); a circulação de um jornal chamado *Boletim do Trabalhador Rural n°06*²⁰, onde eram narrados acontecimentos que demonstram a exploração sofrida por trabalhadores nas cidades de Camacã e Eunápolis e um plano de um curso de alfabetização de adultos²¹ oferecidos na Região Cacaueira.

Após o trabalho de educação e propaganda, o segundo passo que seria realizado era a mobilização com o apoio das massas mais elevadas teórica e ideologicamente. Somente com a integração dos militantes na vida e nos problemas das massas esse trabalho poderia ser efetivado. Logo, a mobilização deveria ser feita em torno dos problemas concretos da região: luta salarial e exigência da

¹⁹ AÇÃO POPULAR: Sem título, s/d.

²⁰ AÇÃO POPULAR: **Boletim do Trabalhador Rural**, n. 6.

²¹ AÇÃO POPULAR: **Curso (alfabetização de adultos)**, 1968.

aplicação da legislação trabalhista junto aos assalariados, luta pela abolição da parceria junto com o conseqüente estabelecimento da renda junto aos parceiros, luta pela redução da renda junto aos rendeiros, não pagamento de impostos etc.

Vale a pena ressaltar que a existência de organizações de massa, tais como sindicatos, cooperativas e organizações camponesas auxiliavam bastante esse trabalho de educação e mobilização das massas, sejam elas de natureza política ou econômica, pois elas tinham como função conquistar quadros para ampliar as fileiras do partido.

Durante a realização deste trabalho político, o militante deveria tentar identificar lideranças no seio do campesinato, visando ampliar as fileiras do partido com a entrada de militantes de origem camponesa. Segundo o depoente José Carlos Arruti, a divulgação do seqüestro do embaixador americano Charles Elbrick no rádio foi um momento de “liberdade” de discussão que auxiliou o trabalho dos integrados à produção na identificação de camponeses que poderiam vir a participar da organização, devido a suas colocações a respeito do seqüestro.

Uma das experiências mais interessantes foi o seqüestro daquele embaixador americano. Na região do cacau, aquilo foi, por que a exigência dos seqüestradores foi a divulgação de um manifesto. Então isso quebrou completamente a total falta de informações que havia, e eu me lembro, eu estava na região de Camacã com Doca e aquilo virou um estopim (...) Aquilo gerou uma intensa discussão política e permitiu a Doca e a mim identificar de uma certa forma aqueles que tinham de uma certa forma simpatia ou já tinha participado de uma forma ou de outra do movimento social através da... se gerou uma grande discussão na região de Panelinhas e Camacã. (...) cada vez que saía na rádio, interrompia a programação e era lido nas rádios do interior gerava discussão interna, quer dizer, isso permitia a todo mundo que estava ali no interior identificar lideranças. Todo mundo pode criticar a ação, falar o que quiser, mas esse ganho político foi incontestável. (...). Não só do ponto de vista serial como também ideológico era comentado na área. Na roça, no bar ou no dominó, qualquer lugar todo mundo comentava esse assunto, não se tinha medo de falar do assunto. (ARRUTI, J.C., em 20 set. 2004).

No que diz respeito ao recrutamento de militantes, percebemos que isso não foi atingido pelos integrados à produção nas áreas rurais na Bahia, na medida em que eles não passaram mais que 03 meses realizando o trabalho político na região em que se inseriram, devido à falta de adaptação ao trabalho na roça; às perseguições da repressão; etc.

Entretanto, o trabalho de “integração na produção”, como foi dito anteriormente, não se restringia somente às áreas rurais, já que a Ação Popular colocou em prática essa mesma linha de trabalho político nas áreas urbanas por meio da ida dos seus militantes as fábricas vistas como prioritárias nas cidades de Salvador e Candeias.

Para a escolha dessas fábricas a organização desenvolveu uma pesquisa bem criteriosa, uma vez que através do documento *Pesquisa Localizada* notamos a realização de um levantamento sobre os tipos de indústria; sua localização; seus produtos; sua atuação dentro do setor; número de trabalhadores; quantidade de trabalhadores especializados ou não; o nível salarial médio; como era feito a realização do pagamento; a existência de trabalhos com insalubridade e / ou periculosidade; a existência de casos de doenças profissionais; índice de acidentes; condições habitacionais dos trabalhadores; existência de refeitório; convênio médico; escolas e creches; número de mulheres e se as suas condições de trabalho e salariais eram as mesmas dos homens; a relação dos trabalhadores com o sindicato e, por fim, se ocorreram lutas dentro das fábricas, quem dirigiu e quais foram às reivindicações e os resultados atingidos.

Enquanto que, apesar de abordar questões parecidas, o documento *Roteiro de Pesquisa* acrescentava alguns subitens nos aspectos abordados anteriormente. Na medida em que, demonstrava a importância de se conhecer sobre o município, que se estava pesquisando o número total de indústria (grandes, médias e pequenas), quais eram os bairros proletários e sua distância em relação às fábricas.

Dentro do cenário fabril, existiam também as categorias tidas como prioritárias, nas quais a militância deveria buscar emprego para iniciar um trabalho político. Essas categorias eram a metalúrgica, a têxtil, os trabalhadores da indústria de alimentação, portuários e químicos. (AÇÃO POPULAR: AUDÁCIA NOS OBJETIVOS E RIGOR NOS MÉTODOS, 1969).

No entanto, no que se refere à Bahia, podemos perceber através das memórias do ex-militante da AP, Benjamim Ferreira, que a busca principal seria na área metalúrgica, mas caso não se conseguisse trabalho nessas categorias vistas como prioritárias, o militante deveria começar a desenvolver um trabalho político onde conseguisse emprego.

Olha algumas escolhas era pela questão de força, vamos dizer, numérica e representação maior a nível dos sindicatos num é, a outra forma era da fábrica que agente conseguia entrar certo? Então por exemplo, quando eu trabalhei na área de óleos vegetais, o objetivo não era óleos vegetais era o sindicato dos metalúrgicos ou petroleiro, mas eu não consegui entrar em nenhum dos dois, nenhuma das categoria, aí eu entrei em óleos vegetais para servir de ponte como serial, mais adiante eu fui para a Sessel, aí eu passei a ser metalúrgico desde essa época, sessenta e seis, sessenta e pouco.(FERREIRA, B, em 07 out. 2004).

Os ex - militantes da Ação Popular que foram entrevistados e participaram da “integração na produção” fabril na Bahia atuaram ou pelo menos tentaram atuar, no caso de Eliana Rollemberg, em categorias distintas. Logo, vemos que as três categorias tidas pela organização como prioritárias dentro do trabalho fabril foram contempladas na Bahia. Afinal, Benjamim Ferreira, que atuou nas indústrias de óleos vegetais e metalúrgicas relembra o seguinte:

Integrei naquela fábrica, não sei se ainda existe de óleo vegetais de nome Reseguer ali em Paripe, eu comecei a trabalhar ali e, é, manuseando as máquinas. Eu trabalhava com mamona né? Eu manuseava aquela máquina a noite inteira, e um cara passou, um chefe que era ali um chinês e viu eu trabalhando ali e disse, onde você gostaria de trabalhar? Eu disse, na área de manutenção que é onde eu tenho certa experiência. Aí ele me botou lá e de lá eu fui pra Sessel que fechou, funcionava ali na Brasil Gás onde funciona parece que hoje é a Coelba [...] de lá pra Bosch, aí foi na Bosch que eu fui preso. (Ibid., em 07 out. 2004).

Mas, além de tratar da sua trajetória como integrado na produção, Benjamim fala sobre uma companheira de organização que também atuou na área fabril na indústria Samba, do ramo de óleos vegetais.

Maria Lúcia de Souza atuou na área têxtil. Segundo ela, “o tempo de integração na produção, em Salvador eu entrei na Nordisa, era uma empresa do pólo, da CIA é do Centro Industrial de Aratu, também uma empresa que tinha também certa automação”. (SOUZA, M.L. de, em 07 abr. 2006). Enquanto que, Eliana Rollemberg que tentou se inserir no ramo da indústria química. “(...) eu fui trabalhar numa região mais ligada ao petróleo, Candeias, aqui na Bahia era uma cidade dormitório dos trabalhadores da Petrobrás, do petróleo. Então se discutia muito com os sindicatos, todo um engajamento nessa parte mais de sindicalismo urbano. (...)” (ROLLEMBERG, E., em 21 set. 2004).

Na realidade, os três entrevistados nos forneceram pistas importantes a respeito das fábricas prioritárias em Salvador. Afinal, isso nos permitiu mapear as áreas onde os integrados atuaram assim como os bairros ou até regiões de concentração operária como Paripe; o Centro Industrial de Aratu, em Simões Filho e a Refinaria Landulpho Alves, em São Francisco do Conde.

No entanto, uma simpatizante da Ação Popular, a Prof^a Iranildes Vianna, que abrigou muitos militantes da organização, relatou em seu depoimento sobre as experiências desses integrados à produção, apontando os bairros onde esses militantes integraram. De acordo com ela,

Aqui em Salvador tinha integração. Na periferia, no bairro do Uruguai morava muita gente (...) em Paripe por ali trabalhavam naquelas fábricas (...) Tinha uma fábrica de tecidos, mas agora me foge o nome da fábrica, eu sei que era uma fábrica de tecidos (...) Aquele bairro ali de Brotas. Como é mesmo o nome dele? Cosme de Farias! Tinha gente que morava ali, tinha uma delas que eu dava dinheiro (VIANNA, I., em 14 set. 2004).

Percebemos com isso que os militantes se inseriam também em bairros proletários, ou seja, bairros populares da cidade para conviver de forma mais intensa com os trabalhadores.

No seio da organização existia um grande debate se os militantes deveriam trabalhar em fábricas grandes, médias ou pequenas. Segundo o documento *Uma experiência junto ao proletariado*, parte dos militantes defendia que se deveria trabalhar nas pequenas e médias empresas dentro da visão de que estas eram subsidiárias às grandes indústrias. Na verdade, essa idéia estava vinculada a própria estratégia da organização, onde primeiro iriam cercar as cidades através da tomada do poder das áreas rurais até se chegar aos centros urbanos. Logo, os integrados à produção deveriam primeiro iniciar um trabalho político nas pequenas indústrias até chegar às indústrias de grande porte, onde os conflitos eram maiores.

Na verdade, essa estratégia tinha uma lógica bastante importante para o trabalho desenvolvido pela Ação Popular, de maneira que, a grande maioria dos integrados nunca havia tido experiência de trabalho na área operária e empregar-se numa grande empresa do setor metalúrgico ou químico sem experiência era bastante difícil. Além disso, a realização de um trabalho político em pequenas fábricas poderia servir como um treinamento para a integração na luta das massas

operárias numa fábrica de grande porte. Dessa forma, a militância deveria buscar trabalho em fábricas pequenas.

Enquanto se esperava uma vaga, ao mesmo tempo que cria condições técnicas profissionais. Devemos realizar também nestas pequenas fábricas o trabalho político, embora fosse secundária em relação as fábricas grandes.(...) a política de integração nas pequenas fábricas e oficinas, enquanto se espera vaga nas fábricas prioritárias, é determinada pelos seguintes fatores: finanças, modificação e preparo profissional, carteira assinada etc. (AÇÃO POPULAR, INTEGRAÇÃO COM AS MASSAS - INTEGRAÇÃO NA PRODUÇÃO,p.01).

Vale a pena ressaltar que a organização no afã de realizar sua estratégia instruía sua militância a buscar trabalho nas grandes empresas. Mas, como a grande parte não tinha experiência na área, não conseguia trabalho, o que implicava em dificuldades de sobrevivência e uma interrupção no trabalho que poderia ter sido desencadeado na região.

O desenvolvimento do trabalho político nas fábricas estava diretamente associado ao nível de relações que a militância desenvolvia com os operários. Logo, para se iniciar um trabalho era fundamental que o militante tivesse se tornado amigo dos companheiros de trabalho. Na verdade, seriam justamente através da amizade e da solidariedade com a classe que o militante conseguiria se inserir na vida e nos problemas do operariado. O documento *Uma experiência junto ao proletariado* (1972) trazia um resumo mostrando como deveria ser um comportamento dito "revolucionário" dentro das fábricas.

01- Dar exemplo de bom trabalhador: um companheiro que está lutando contra as injustiças na fábrica, que organiza os companheiros de trabalho para essa luta, que enfim desenvolve o trabalho político junto aos companheiros de classe deve se firmar como um operário sério, responsável e trabalhador. O ser trabalhador será o sustentáculo das posições políticas etc.(...) devemos estar na fábrica não como "agitador de passagem" e sim como um operário que vive do trabalho da fábrica e luta por melhores condições dos companheiros de classe. (...) 02 - Ser honesto e solidário: Na fábrica temos que estar do lado de cada companheiro, e participar de modo simples e ativo da vida de cada um. Isto significa estar sempre atento e disponível a ajudar os companheiros em outros serviços (...). 03 - Popularidade: um líder de massa operária não pode existir caso não participe da vida da mesma massa, das alegrias e das tristezas. Por que estamos com a etiqueta de revolucionários não participamos da vida dos operários fora da fábrica. Esta participação é fundamental para o trabalho. Não podemos restringir o trabalho político somente as jornadas de trabalho na fábrica; ele deve ser prolongado no futebol da fábrica, nas

festas dos operários, nos bailes dos bairros, nos bares etc.(TORRES, 1972, p.30).

Esses passos que o militante deveria seguir para realizar um bom trabalho político entre as massas operárias reforçam a idéia de que o trabalho realizado nas fábricas deveria estar vinculado ao trabalho de bairro, pois o trabalho nos bairros proletários era uma forma de organizar os trabalhadores e estar sempre em contato com eles caso o militante perdesse o emprego.

Inseridos na vida dos operários, os militantes integrados deveriam analisar as condições objetivas e subjetivas dessa classe. A condição objetiva seria o agravamento das condições de vida, pois o reajuste salarial não acompanhava o aumento do custo de vida; o aumento dos impostos; o crescente desemprego; a repressão da ditadura contra os operários; etc. Já as condições subjetivas seriam o nível de consciência dos operários perante esses problemas vinculados à sua realidade social, econômica e política. Logo, com a observação desses dados, o militante poderia começar a traçar sua estratégia de atuação dentro da fábrica prioritária onde estivesse integrado.

Maria Lúcia de Souza afirmou em seu depoimento que para poder tracejar os problemas sofridos pelos operários dentro da fábrica, o militante deveria ir se:

Aproximando, fazendo amizade, era o primeiro passo, era a questão da amizade, tentar conquistar, ver o nível de conversa, jamais trabalhar a outro nível de conversar, você ver alguma coisa em relação a política, alguma insatisfação uma conversa assim, que tivesse assim, uma certa pleitação , num, num tinha uma outra visão de mundo além daquela mesmo, da casa mesmo num sabe, e da produção o quê que aquilo ali, aquilo ali, a compreensão de que eles estavam sendo explorados sabe do que se ganhavam sabe, nem a condição econômica mesmo, eles não tinham essa, essa coisa da melhoria em relação a condição de trabalho salarial sabe.(sic., SOUZA, M.L. de, em 07 abr. 2006).

As conversas eram utilizadas pelos militantes para que eles tomassem conhecimento dos problemas sofridos pelos trabalhadores das fábricas, assim como para descobrirem novos companheiros, os quais pudessem ingressar no Partido. Afinal, um dos principais objetivos da “integração na produção” era ampliar as bases da AP nos meios operários e camponeses através do recrutamento de militantes.

A atuação da militância deveria associar às lutas imediatas, ou seja, econômicas, às lutas de caráter político. Logo, as lutas por melhorias dentro das fábricas deveriam estar articuladas com a luta para a tomada do poder e a preparação para a guerra popular prolongada, de maneira que,

As lutas econômicas se convertem em ponto de partida para despertar a consciência de classe para iniciar a luta sindical e a difusão do socialismo. Não podemos dedicar exclusividade a luta econômica, não podemos fazer uma separação mecânica entre as diversas táticas, entre intelectuais e proletários. (...) não podemos esquecer que o trabalho político junto ao proletariado, não pode ser feito sem uma real e efetiva preparação militar. (...) tem dezenas de formas e que devem ser levadas com seriedade na elaboração de novas táticas para o movimento operário. (TORRES, 1972, p.29).

No que diz respeito ao desencadeamento destas lutas nas fábricas prioritárias na Bahia, podemos trazer à tona o depoimento de Maria Lúcia de Souza, que durante sua integração na Nordisa S/A deu início a um movimento grevista contra atraso de salário

Aqui foi que eu quase que ia presa dentro da própria fábrica, por que eu ousei mais, por que eu percebi em relação, você veja; em relação ao nível do operariado lá do Rio, São Paulo, do Rio, aqui da NORDISA sabe, já discutia as coisas do ponto de vista político, então é, eu aqui tentei começar um movimento assim pleno, na Época do Médice. Eu mobilizei o pessoal, e o pessoal parou mesmo, parou a seção todo mundo né, pra é, eu não recordo bem o que que era sabe, eu se que era alguma coisa que eles deixaram de pagar e mobilizei o pessoal foi mermo num sabe. Então nessa mobilização que parou a seção, eles começaram a chamar um por um não tinha aquela coisa se segredo né, ali eles abriram, aí eles me chamaram e disseram o seguinte, me suspenderam, me deram uma suspensão. (sic., SOUZA, M.L. de, em 07 abr. 2006).

Essa mobilização pode ser vista como um indício de que os integrados à produção tentavam e muitas vezes, como foi o caso de Maria Lúcia, conseguiam articular-se com os operários das fábricas. Isto era feito através de conversas com um teor mais político e até mesmo por meio da interrupção de suas atividades, através da qual puderam expressar sua insatisfação com o atraso dos seus salários.

Através desse caso da mobilização na Nordisa, podemos observar como a repressão se infiltrava dentro das fábricas para vigiar as conversas e ações de teor político por parte dos operários, já que a ex – militante foi interrogada por policiais dentro da própria fábrica onde trabalhava. Segundo ela, após a advertência que recebeu, voltou ao trabalho.

Eles chamaram a policia na fábrica, chegaram determinado momento, você sabe quê, o que você tá fazendo é proibido no país, você sabe que você pode ser presa por isso, aí começaram a me interrogar mesmo firmemente, você participa de alguma coisa, aí eu disse: não; e quem lhe orientou a faze isso? Não, eu achei que tava precisando, o dinheiro nosso não saiu, como gente queria, foi todo mundo, não, não é todo mundo não tem alguém, e foi você que começou como você, isso aqui nunca aconteceu aí começaram , aí eu tive que sair da empresa né, aí eu fiquei completamente na clandestinidade. (sic., SOUZA, M.L. de, em 07 abr. 2006).

No que se refere à organização dessas massas operárias, os militantes da Ação Popular se articulavam em três níveis básicos: clandestino, semi-clandestino e aberto.

A organização clandestina visa possibilitar a criação de organismos partidários, onde deve existir um sistema de rigoroso controle partidário. Está intimamente ligado ao problema da estrutura orgânica do conjunto do Partido. A organização semi-clandestina é uma forma intermediária que visa organizar os elementos mais avançados da fábrica e do bairro, pra possibilitar uma ação política mais eficaz e um processo de formação mais aprofundado (caso do comitê de fábrica). A organização aberta é aquela que possibilita organizar ampla massa, como, por exemplo, as oposições sindicais, associações de bairro, as organizações culturais, recreativas, femininas e jovens. (AÇÃO POPULAR, INTENSIFICAR E UNIFICAR A LUTA DE MASSAS DE CLASSE OPERÁRIA. ASSIMILAR PROFUNDAMENTE AS DIRETRIZES BÁSICAS DO PRIMEIRO INFORME E APLICÁ-LAS CORRETAMENTE, 1970, p.10).

Na Bahia, podemos localizar a criação de uma Comissão de Fábrica, a qual seria um organismo semi-clandestino, cujo objetivo era se tornar um instrumento de luta contra os patrões dentro da metalúrgica Bosch. De acordo com Benjamim Ferreira,

Nós desenvolvíamos naquela época hoje ainda se fala, eu defendo até hoje. Só que o pessoal esqueceu que são chamados Comitês de Fábricas, que depois vieram a se transformar em Comissões de Fábricas né, na Bosch nós tínhamos um comitê clandestino, que funcionava numa forma clandestina, e funcionava em três linhas: uma totalmente clandestina, só o dirigente sabia que existia aquele grupo dirigente ali, uma semi clandestina que já mostrava um pouco a cara e tal, e uma outra totalmente aberta. Por que isso? Por que agente sabia que, por exemplo, a repressão no dia que viesse ela pegava aquele pessoal que já tava atuando de uma forma aberta e esses seriam os primeiros. E quando esses viessem a cair, por exemplo, pela repressão então quem taria na segunda linha viria pra primeira, o que tava cá embaixo viria pra segunda e já, vamos dizer, tentaria conseguir outros companheiros para vir, pra compor aquilo ali, um movimento constante não parava. (FERREIRA, B., em 07/10/04).

Percebemos que no discurso do depoente existiam três linhas de organização (clandestina, semi - clandestina e a aberta) dentro do próprio Comitê de Fábrica, o

que constituía uma forma de manutenção do trabalho político junto à classe operária na luta contra a exploração empreendida pelos patrões.

A organização das massas operárias tinha como objetivo atingir a fábrica, o sindicato e o bairro. Mesmo que a fábrica fosse o núcleo central, ela não poderia ser o local exclusivo de realização do trabalho político dos militantes integrados. O trabalho político da organização deveria se estender aos sindicatos numa tentativa de reconstruí-los através de novas formas de atuação, por meio de comissões salariais aprovadas em assembleias, participação em eleições sindicais etc. A Ação Popular alegava que a relação de um partido revolucionário com os sindicatos se resumiria às seguintes tarefas:

1. Participação na luta econômica dos trabalhadores como forma de integração com a massa em seus interesses mais imediatos.
 2. Participação na luta reivindicatória em uma escala mais vasta, que ultrapassa as lutas por empresa ou por categoria, por objetivos econômicos que se tornaram objetivos de toda a classe operária (por exemplo: luta contra o arrocho salarial)
 3. Participação na luta por objetivos políticos imediatos que não conduzem diretamente à revolução, mas podem ser úteis – ao trabalho revolucionário. (a luta pela democracia, liberdade e autonomia dos sindicatos) etc.
 4. Combate a penetração da ideologia burguesa nos movimentos de massa nas diversas formas de que se reveste essa penetração (economicismo, reformismo, democracia cristã, sindicalismo “libre”, etc.); combate as formas organizadas de penetração e dominação burguesas em geral e imperialistas em particular (federações e confederações internacionais, órgãos assistenciais, fundações etc.)
 5. Combate as direções sindicais corrompidas (pelegos) a serviço da burguesia
 6. Combate a penetração revisionista nos movimentos de massa, quer sob a forma de mistificação ideológica (reformismo, pacifismo etc.) quer pelo controle das direções sindicais.
- (AÇÃO POPULAR, INTENSIFICAR E UNIFICAR A LUTA DE MASSAS DE CLASSE OPERÁRIA. ASSIMILAR PROFUNDAMENTE AS DIRETRIZES BÁSICAS DO PRIMEIRO INFORME E APLICÁ-LAS CORRETAMENTE, 1970, p.10).

No que diz respeito à Bahia, percebemos que os militantes conseguiram realizar um trabalho que deixou um saldo positivo para o meio operário, pois foi possível a criação de uma oposição sindical que promoveu luta contra a atuação do sindicato até na década de 80. Segundo Benjamim Ferreira,

Mais adiante eu fui para a Sessel, aí eu passei a ser metalúrgico desde essa época, sessenta e seis, sessenta e pouco. Quando nós criamos a Oposição sindical Metalúrgica, foi criada em 66 aí nós combatemos o Manuel dos Santos até... nós só viemos tirar o Manuel dos Santos da direção do sindicato em setenta, setenta e um que! Em oitenta e dois! Em setenta e nove nós tínhamos tudo pra tirar só que ele nos passou a perna, ele tinha registrado lá, o babado em Feira de Santana e tinha publicado o

Edital em Feira, e nós aqui botando todo mundo nos jornais pra procurar e não achamos o edital, quando nós fomos escrever nossa chapa, já tinha passado do prazo e nos fizemos campanha de voto nulo (FERREIRA B., em 07 out. 2004).

A atuação da organização no bairro tinha como intenção fortalecer o trabalho na fábrica, na luta contra a repressão e a pelas reivindicações econômicas. O ex-militante integrado à produção, Benjamim, aponta que:

Lá no bairro sempre senti uma facilidade assim de me relacionar com as pessoas assim perto, então nós começamos ali um processo de ajuda a construção da Igreja, de lá da capelinha de São Caetano (...). Dentro disso aí fomos puxando a formação do grupo de jovens só que o grupo de jovens tinha alguns companheiros que não eram da AP, passaram a ser militantes, por que a gente começou a puxar para participar da militância (FERREIRA, B., em 07 out. 2004).

A partir do seu depoimento, vemos que esses trabalhos de extensão realizados nos bairros proletários, como por exemplo, em São Caetano, tiveram como saldo importante o recrutamento de novos militantes para a organização.

Os militantes realizavam um levantamento do que existia no bairro, como Sociedade Amiga do Bairro, Igreja, Clube Esportivo, etc. Na realidade, essa ligação com organismos e movimentos da Igreja devia ser realizada com bastante cautela, pois o trabalho político da organização não deveria se desvincular do seu objetivo que era organizar as massas operárias e desenvolver a luta de classes. Na verdade, existia a necessidade de se combinar o trabalho clandestino com a atuação da organização em estruturas de atuação legal para a manutenção do movimento num contexto de refluxo.

O trabalho de educação era realizado de forma intimamente ligada com os trabalhos de agitação e propaganda. Os militantes da AP se utilizavam de alguns métodos para educar as massas e elevar o seu nível de consciência.

Os instrumentos de agitação e propaganda devem procurar definir os objetivos, as formas de luta e de organização para as massas. Devem mostrar o que fazer e como fazer. Utilizar os jornais de fábrica, panfletos etc. É também importante utilizar, na medida do possível, os boletins do sindicato ou das comissões de salário, que podem ser retirados legalmente, facilitam sua distribuição e discussão com a massa. Fazer pichação dentro das fábricas e nos locais próximos delas, onde a massa costuma passar. Chamamos a atenção para a participação ativa de elementos da massa em todas essas tarefas de agitação e propaganda

(AÇÃO POPULAR, BASES PARA A SISTEMATIZAÇÃO E APROFUNDAMENTO DA LINHA ESPECÍFICA DO PARTIDO PARA O MOVIMENTO OPERÁRIO, PRIMEIRO INFORME 15 DE SETEMBRO DE 1969 p.03).

No entanto, através do nosso estudo, percebemos que o jornal ocupava uma posição bastante importante entre os instrumentos de propaganda utilizados pela organização. Além dos jornais de circulação mensal, próprios da organização (*Libertação e Revolução*), dentro das fábricas as comissões criavam jornais que debatiam os problemas dos operários.

A propaganda política se faz esclarecendo o operário sobre questões de sua própria vida, da vida das fábricas. E demonstrando as ligações entre o poder político e os grupos econômicos; entre a repressão e a exploração; (repressão a uma fábrica, e uma greve), entre o conjunto da burguesia e suas ligações e o conjunto da classe operária e seus interesses; as condições de trabalho, insalubridade, restaurante, banheiro etc. É a partir dessas questões que fazemos a propaganda e levamos a consciência de classe socialista. (TORRES, 1972, p.15).

Como nem sempre a linguagem utilizada nos jornais *Libertação e Revolução* atingiam os operários, a organização passou a incentivar a confecção desses jornais nas fábricas com uma linguagem acessível e que tratasse diretamente das suas aspirações.

Podemos perceber que a experiência da “integração na produção” empreendida pela Ação Popular foi preparada com grande meticulosidade pela organização. Afinal, os militantes da AP preocuparam-se com as várias etapas de preparação do processo que ia desde a educação da militância até a realização de um trabalho político de conscientização, organização e mobilização das massas pelos integrados à produção.

3.4 UM BALANÇO DA “INTEGRAÇÃO NA PRODUÇÃO”: A VISÃO DA MILITÂNCIA

A “integração na produção” recebeu inúmeras críticas por parte dos próprios militantes da Ação Popular, desde que sua proposta foi lançada no seio da organização graças à influência do pensamento maoísta.

Os ex - integrados à produção que foram entrevistados nos forneceram indícios de como cada um deles conceberam sua experiência com as massas operárias e camponesas durante o período que integraram.

Sabe-se que a integração não deveria ser feita somente na produção, mas na vida e na luta das massas para que fossem criadas raízes sólidas do Partido entre os operários ou camponeses para que a organização pudesse recrutar militantes e ampliar suas bases. O militante *Dr. Sergipe*, que integrou na Região Cacaueira durante 03 meses define que a integração

Era um compromisso sério, você sabe, quer dizer, fazer da sua vida, uma coerência entre a teoria e a prática, não podia pra nós haver esse hiato entre o falar, falar, falar, querer fazer a revolução, bater palminhas; e eu renunciei a uma série de coisas na minha vida, durante um certo período. Eu deixei uma casa, deixamos móveis, deixamos carros, deixamos família, amigos queridos, tal e fomos, renunciemos a uma série de coisas e fomos por que agente acreditava, é uma certa mística, digamos assim. A gente acreditava que aquele era o caminho que podia facilitar uma ação transformadora, não era uma coisa de você estar querendo , sabe, ter um desafio, por um desafio. (sic., *DOUTOR SERGIPE*, em 10 out. 2004).

Os militantes que seguiam para a integração recebiam instruções sobre como se inserir nos meio operário e camponês e realizar o trabalho proposto pela organização. No entanto, para pessoas provenientes da pequena burguesia, conviver, trabalhar e agir como um camponês ou um operário era bastante difícil. José Carlos Arruti, que viveu na Região Cacaueira como assalariado rural e no norte de Goiás como posseiro, lembrou as dificuldades que passou.

Eu estava me lembrando que eu estabeleci uma posse na beira do rio em Goiás e agente montou um barraco de palha. Então, você imagina um cidadão mudar de cidade, comprar machado, preparar um machado, comprar árvore, problema de cobras, limpar a área, fazer sua barraca, fazer sua casa, fazer sua casa de palha, seu colchão de palha, não ter água pra beber, a água que você tomava banho era do rio, a água que você pegava para beber era do rio (...). E você pegava isso numa região... , eu estou falando no meu caso, um cara do Sul vindo do centro do Rio numa região de Goiás de dia um calor filha-da-mãe e de noite um frio filha-da-puta. Então se você tomasse banho de manhã, de noite você estava sujo por que tinha trabalhado, plantado etc e tal. De noite tinha que tomar banho frio na água do córrego do rio ou então esperar esquentar a panela, gastar lenha com isso, cortar lenha e você veja o que é que era isso. Você tinha que andar todo sábado, seis quilômetros a pé para fazer a feira e trazer a feira nas costas por que nem ônibus tinha. Hoje no interior já tem uma série de transporte. Naquela época não tinha, quer dizer, tinha de Carnaval em Carnaval passava um buzú. (sic., *ARRUTI, J.C.*, em 21 set. 2004).

O principal objetivo da integração era ampliar as frentes de trabalho da Ação Popular junto aos camponeses e operários, sendo que a transformação ideológica dos militantes pequeno-burgueses, que deveriam adquirir através dessa experiência uma concepção de vida mais proletária, estava em segundo plano. Porém, muitas vezes a própria falta de preparação teórica dos militantes fazia com que seu trabalho político de ampliação das bases da AP fosse comprometido. O militante *Dr. Sergipe* confirma essa idéia ao alegar que:

O fato de muitas das pessoas que foram para a integração na produção não estavam devidamente preparadas. (...) Mas dos casos que eu conheci, aonde agente tinha um certo controle, existia uma preparação séria, mas eu sei que isso aí não aconteceu em vários lugares. Sabe, aonde os quadros eram mandados pra lá com o mínimo de formação, pessoas que não tinham o devido preparo, nem estavam convictos ideologicamente de que aquele era o caminho. Entendeu? Então, existiam coisas ruins que aconteceram, né? Tem pessoas que foram, fizeram um trabalho péssimo, não se adaptaram, voltaram, iniciaram um trabalho, abandonaram, deixando as lideranças locais, ficando assim órfãs de uma assistência política no bom sentido. Então, teve coisas assim ruins, também não foi maravilha, nem belezinha nesse sentido. Não, teve no próprio processo de integração, erros, equívocos graves, nesse ponto de vista da formação da pessoa, da falta de assistência e depois a própria Direção Nacional foi tomando conhecimento progressivamente de que as coisas não eram assim tão linha reta, não era assim nesse purismo, tão, tão, por que esses erros tinham repercussão interna e os questionamentos, normalmente tinham que aparecer é lógico. (*DOUTOR SERGIPE*, em 10 out. 2004).

No contexto da luta contra a ditadura entre os anos 60 e 70, como afirma Conceição (1999), a militância privilegiava muito mais as ações militantes do que o estudo teórico. Além disso, acreditamos que a própria vida clandestina dos revolucionários sempre fugindo da repressão dificultava mais ainda a reflexão teórica e a análise da realidade brasileira.

A falta de assistência por parte da Direção Nacional da Ação Popular aos seus militantes integrados, juntamente com as dificuldades de se arrumar um emprego na área fabril por falta de experiência, criou problemas de sobrevivência aos militantes, que debilitados não conseguiam desenvolver um bom trabalho político. O caso de Eliana Rollemberg se insere bastante nessa discussão, já que ela era socióloga e foi enviada pela AP para realizar um trabalho político na área da Petrobrás junto aos trabalhadores. No entanto, Eliana não conseguiu emprego e acabou passando por uma série de problemas na região de Candeias, já que não

conseguia sobreviver em condições dignas com a quantia que a organização lhe enviava.

Não cheguei realmente a conseguir um trabalho, até tentei conseguir mais não cheguei a conseguir um trabalho lá. (...) foi bastante difícil por que com uma criança muito pequenininha, mas eu fiquei em Candeias, meu marido ficou na Região do Cacau, minha filha teve desidratação, a gente não tinha água filtrada, a gente não tinha as menores condições. Chegava dias de não ter dinheiro pra comprar fósforo pra poder acender fogo e fazer comida (...) pelas condições a gente acabou não podendo fazer aquilo que deveria fazer naquela região por problema de saúde da criança e agente teve que sair da região para poder tratar e ela não morrer. Eu acho que isso foi uma situação difícil, mas eu avalio como tendo sido pra mim pessoalmente muito importante de ter tomado contato com essa questão. (ROLLEMBERG, E., em 21 set. 2004).

Na verdade, esses problemas que Eliana Rollemberg narra são ratificados pelas idéias veiculadas por Lima e Arantes (1984). De acordo com eles:

A base de sustentação econômica da organização sofreu também rude golpe. Eram custosas as freqüentes viagens de famílias inteiras de cima para baixo do país, de um lado a outro. Esse pessoal não arranjava trabalho de pronto e tinha despesas para se instalar, para se manter, para resguardar a segurança. Por outro lado, empregos bem remunerados eram abandonados, assim como bases pessoais de apoio, ficando a organização provada da fonte sistemática de seus contribuintes. As despesas cresciam assustadoramente e assustadoramente caíam as receitas. Teve-se que apelar para as doações e propriedades e outros bens dos membros da organização. (LIMA; ARANTES, 1984, p.113).

Percebemos que a AP tinha muitas despesas com a instalação e a manutenção dos integrados à produção que não conseguiam emprego. Logo, uma organização clandestina não teria condições de sustentar todos os militantes integrados ou não, sendo por isso que as difíceis condições de vida passadas por muitos militantes fizeram com que eles acabassem abandonando o trabalho político.

Na verdade, a preocupação com as finanças da organização era algo antigo, pois em 1966, um militante chamado *Caio Horta* em um texto intitulado *Finanças: um problema vital* demonstrou a importância do dinheiro para o desenvolvimento da revolução e da profissionalização dos seus quadros.

Para que uma organização revolucionária possa promover a organização das massas com eficácia, assim como dirigir e coordenar a luta em suas diferentes frentes e fases, é necessária a dedicação integral de seus militantes a causa revolucionária, e são necessários recursos teóricos e práticos para a execução dos trabalhos desses militantes . (...) Sem recursos materiais para a profissionalização de quadros revolucionários a fim de que a organização de vanguarda possa executar seus planos, não será possível pensar na sua eficácia e portanto na sua existência:ela não pode existir como organização de vanguarda. (AÇÃO POPULAR, FINANÇAS: UM PROBLEMA VITAL, 1966, p.02).

A AP não tinha como montar uma base financeira sólida para socorrer sua militância que participava da “integração na produção”, a qual começou a abandonar as áreas prioritárias devido ao desemprego, fome e até mesmo por doenças, que com plena certeza comprometiam o trabalho político do militante. Em relação a tais dificuldades, Eliana Rollemberg conta que:

Eu nunca tive dificuldade de me adaptar em relação a vivencia social em qualquer área. Mas, meu choque social foi muito mais de condições de infra-estrutura.Por exemplo, o fato de sempre ter tido outro tipo de vida então dificultava saber carregar água, por exemplo, pra poder ter água suficiente tanto pra alimentação quanto pra lavar roupas da minha filha que era muito pequenininha e exigia uma quantidade, naquela época não tinha fralda descartável.E acho e que mesmo que tivesse eu não ia ter dinheiro pra comprar.Então era uma quantidade de fralda muito grande, ela com desinteira, com a desidratação; essas coisas que para mim foram um choque muito grande.Era a incapacidade de eu poder resolver essas questões práticas.Então, tinha dias de eu ter que carregar muitas latas de água de manhã até de tarde e isso me extenuava. Então, as minhas condições mesmo de um trabalho mais político ficavam prejudicadas por essas questões. Socialmente, não. Não tive dificuldade nenhuma nem no bairro, nem com os operários, nada disso. Eu sempre tive muita facilidade de me relacionar com o meio popular. (ROLLEMBERG, E., em 21 set. 2004).

Com a prática do processo de integração, os militantes se inseriram nas fábricas e nas áreas rurais e os centros urbanos foram quase totalmente abandonados pela AP, pois se acreditava na estratégia do cerco das cidades a partir dos campos como o único caminho para a revolução brasileira. Sobre o quase total desligamento da AP das atividades urbanas, *Dr. Sergipe* afirma que:

Primeiro, achar que exclusivamente esse era o pensamento predominante na época, o processo de integração na produção, embora ele não tivesse sido obrigatório, quero esclarecer, não foi obrigatório, mais a organização em processo de discussão, de luta interna, ganhou com muita luta essa posição que foi majoritária dentro da organização. Então, o primeiro equívoco foi esse, de achar que o caminho exclusivo tinha que ser esse,

sabe, que tinha que ser esse; e de certa forma você, quer dizer, se distanciando dos centros urbanos por que isso na prática levou a isso era um certo distanciamento da atividade política urbana. Ela não desapareceu, mas comparativamente a atividade no campo, ela era secundária. Entendeu, então houve um movimento em que todo o foco da tensão estava voltada pra luta camponesa ou pra os operários agrícolas, certo? Enquanto na atividade política, embora não deixasse de existir nas cidades, quer dizer, ficou relativamente em segundo plano, isso foi um equívoco. E que também, se entendia por que não era uma organização assim tão grande, estava em fase de expansão, como é que você podia dar conta de tudo? (DOUTOR SERGIPE, em 10 out. 2004).

Outro equívoco comumente revelado pelos depoentes foi o transplante mecânico da estratégia da Revolução Chinesa para o Brasil, afinal, com condições físicas e realidades sociais e econômicas completamente distintas, a revolução brasileira não podia reviver as mesmas etapas da revolução na China. Eliana Rollemberg alegou que apesar de ter integrado, sempre discordou.

Eu sempre achei que a nossa realidade fosse uma realidade específica, a realidade brasileira. Muito diferente até mesmo dos outros países da América Latina, que não dizer de países como a China. Nós tínhamos completamente outra análise de realidade, nós que eu digo, é o setor que concordava com essa posição de que nos tínhamos que analisar a nossa realidade brasileira de acordo com que ela era em si, e sem pensar a partir de outros modelos, modelos de revolução, se nós tínhamos que pensar uma revolução pra o Brasil, tinha que ser apropriada para o que a nossa realidade demandava. Era, pra mim sempre, essa questão dos modelos era algo a afastar. Eu acho muito interessante até hoje, por exemplo, Cuba, valorizo demais, conheço Cuba, acho extraordinário o processo cubano, mas eu nunca diria que o Brasil seria Cuba, não pode, o Brasil é o Brasil. Basta ver toda a nossa característica de diversidade regional, a cultura do brasileiro é completamente diferente dos outros países, ela exige um comportamento próprio. Então a minha questão era essa, era questão da análise da realidade e por consequência do tipo de revolução que era proposto. (ROLLEMBERG, E., em 21 set. 2004).

O depoente José Carlos Arruti segue essa mesma linha de Eliana, afirmando que ocorreram muitos erros no que se refere ao delineamento da estratégia revolucionária, como por exemplo, no que se refere à escolha das bases estratégicas:

A concepção que guiava as condições militares da época eram condições físicas, geográficas e o povo, e a topografia da região do cacau não era favorável, tão boa como de algumas serras que eles disseram que eram importantes, o que levou a Ação Popular a determinados lugares que não tinha a ver (...) Onde tinha pouca gente, a Chapada Diamantina, por exemplo, uma das áreas fundamentais aqui da Bahia. A Chapada não tinha expressão do ponto de vista popular, achar trabalhador e assalariado e camponês ali era uma paletada braba. (ARRUTI, J.C. em 21 set. 2004).

Além disso, a escolha desta estratégia para a revolução brasileira criou uma cisão na organização, o que provocou a saída e até mesmo a expulsão de militantes preparados que não concordavam com essa nova linha teórica que foi ditada pela Direção Nacional. Segundo Arruti:

Desarticulou um pouco a organização, foi mais um fator de divisão quando era falso o problema, ao meu ver. Quando criaram isso como divisor de águas interno de Ação Popular, criaram um falso problema; por que eu acho que quem quisesse ia, quem não quisesse não ia. Isso não quer dizer que não tivesse comprometimento, isso deu margem ao enxugamento e ao afastamento de muita gente boa da organização, como foi Iranildes, por não concordar. (ARRUTI, J.C., em 21 set. 2004).

Muitos militantes asseguram que cada um poderia ter realizado um trabalho político junto às massas, sem precisar abandonar sua profissão. A ex-militante Eliana Rollemberg em seu depoimento diz que:

A integração, eu tinha minhas críticas, colocava as críticas claramente em relação a isso, de que poderia ser muito importante você ter aprendizados, ter momentos de conviver com outras regiões ou até mesmo em outros meios, isso podia ser importante. Mas, não como uma exigência de que as pessoas deixassem suas profissões pra realmente ir trabalhar num outro meio pra ao qual ela não tinha a capacitação. Por que pra mim fundamentalmente o problema da integração era esse, quer dizer, vamos dizer que eu trabalhar num meio que eu desconheço, não fui capacitada pra isso quando eu tenho capacidade e fui formada pra outra questão. Portanto, eu posso dar muito mais naquilo que eu domino então isso aí agente defendia muito. (ROLLEMBERG, E., em 07 out. 2004).

O ex-militante integrado na fábrica Benjamim Ferreira, corrobora a opinião de Eliana apontando que:

Foi um negócio marcante, mas que ao mesmo tempo é, poderia se aproveitar toda aquela juventude de uma forma melhor se cada um em seu local se cada um tivesse é vamos dizer uma faculdade, outro professor, outro sendo funcionário público e tal, se nós, eu me coloco também como parte dessa autocrítica né? Não tivesse tirado esse pessoal de cada um desses lugares eles tinham contribuído indefinidamente mais do que tirar e jogar, até por que vamos dizer, você já pensou, você pegar uma pessoa fazendo direito, joga pro campo pra trabalhar no campo como cortados de cana até a forma de você falar, você se traia, você é por mais que você quisesse se integrar até era muito difícil, iam chamar atenção inclusive, isso é muitas coisas, a outra, é lado negativo. (FERREIRA, B. em 07 out. 2004).

Na verdade, realizar um trabalho político em prol da organização junto às massas utilizando sua própria profissão poderia ter trazido saldos positivos, mas em nada se aproximava da proposta maoísta de revolução que visava à integração da militância do Partido junto aos operários e camponeses.

Durante a convivência com as massas operárias e camponesas, os integrados à produção perceberam que sua visão sobre estas classes era completamente distinta da realidade de ambas. De acordo com o depoente Benjamim Ferreira, a militância da AP acreditava na capacidade revolucionária dessas classes, pois os militantes:

Tinham um endeusamento para com o pessoal do campo, os trabalhadores rurais, e aí eu sempre tive algumas divergências sobre o que é o trabalhador rural, o que é camponês, sem –terra, esse negócio aí, e tem algumas divergências né? E já expressava naquela época, o pessoal não me compreendia não, mas é por ter nascido no interior, e ter visto aquele negócio tinha dificuldade e depois comecei a estudar mais e vi que eu tinha razão mesmo né? Como endeusava também o operariado e alguns dos companheiros se decepcionaram muito por que eles pensavam que o operário em si e para si não é, já tinha uma visão revolucionária, isso é uma tremenda de uma mentira .Tem companheira por exemplo que, voltando aquela questão do endeusamento operário e tal, foram trabalhar em fábricas, chegando lá viram que não tinha nada a ver com aquela peãozada e as vezes queria era fazer sexo com ela,(...) Por que a vida , por exemplo do operário, a vida no campo, tá... a vida cão, o que passava para o pessoal lá na coisa era aquela vidinha dos caras que tinham consciência que iam lutar, transformar a sociedade e tal, a realidade não é a vida cão mesmo e salve-se quem puder entendeu? E aí, por exemplo, pra um jovem que ta se formando se jogar num troço daquele sem experiência sem nada às vezes ia se transformar numa grande decepção né? (sic., FERREIRA, B. em 07 out. 2004).

No que se refere à escolha dessa estratégia, devemos perceber que existiram aspectos positivos nessa experiência. Com o envio dos seus militantes a partir de 1967 para o campo e para fábrica, a Ação Popular conseguiu garantir a sobrevivência de parte da sua militância, na medida em que as organizações que ingressaram na guerrilha urbana foram aniquiladas pelas forças da ditadura nos centros das cidades. Em relação a isso, Arruti afirma que a integração

Pode permitir a sobrevivência de muitos militantes de Ação Popular, que não foram esmagados, nem assassinados pela ditadura por que na medida em que eles estavam, tinham se deslocado para o interior e muitas vezes fora do foco da repressão isso deu a eles em condição de sobreviver sem

ter o problema da repressão nos calos, quer dizer, o movimento social nos centros urbanos era intenso, a repressão também era intensa nos centros urbanos, mas a repressão não era muito hábil e ágil no interior.(...) Todos que ficaram nos grandes centros urbanos a frente do movimento político social ou foram aniquilados ou tiveram um problema sério de sobrevivência, a não ser aqueles que foram para o exterior de uma forma clandestina etc e tal. (ARRUTI, J.C., em 21 set. 2004).

Em relação ao saldo que esse trabalho político realizado pela militância da AP através da “integração na produção”, a depoente Eliana Rollemberg diz o seguinte:

Acho assim que os trabalhos todos que Ação Popular fez tiveram alguma repercussão enquanto um despertar, enquanto uma sensibilização do meio operário ou camponês, eu acho que fluiu, e foi muito importante, mas não foi um trabalho que eu acho que tivesse acumulado a ponto de proporcionar alguma alternativa. Acho que esses trabalhos foram bastante iniciais e também depois de algum tempo mudou a linha de Ação Popular e aí eu realmente acho que assumiu outro rumo. Mas, sem dúvida deve ter ficado alguma coisa, não sei te dizer hoje por que eu não voltei pra aquela região e não sei avaliar; eu acho que várias pessoas com as quais eu trabalhei saíram de lá, algumas eu não sei onde estão hoje, também não tenho muitos elementos pra te dizer o que é que ficou efetivamente. Eu sei que os trabalhadores deixaram uma marca que hoje praticamente aonde você transitar nas organizações não-governamentais, em movimentos sociais você vai encontrar pessoas que de alguma forma estiveram envolvidas com a Ação Popular ou diretamente ou periféricamente mais tiveram um envolvimento. (ROLLEMBERG, E., em 07 out. 2004).

A Ação Popular era uma organização que possuía muito antes de aderir ao maoísmo, uma tradição na participação da luta de massas, de modo que, além da sua relação com o Movimento Estudantil, a AP atuava junto aos camponeses e operários através Movimento de Educação de Base, da sua ligação com os trabalhadores do petróleo, da participação no Movimento de Educação Popular, etc. Entendemos que tais trabalhos forneceram uma experiência importante na execução do trabalho de massas. Porém, apesar de terem sido desenvolvidos em contextos históricos e com propostas distintas, podemos supor que essa tradição da AP na realização de trabalhos junto às classes populares lhe forneceu embasamento para a convivência da sua militância com as massas no campo e na fábrica.

Acreditamos que esse balanço feito através das memórias desses ex-integrados à produção fornece uma contribuição importante na tentativa de reconstrução dessa experiência colocada em prática pelos militantes da Ação Popular que integraram à produção no campo ou na fábrica no Estado da Bahia.

4 O MAOÍSMO NA AÇÃO POPULAR

4.1 O MAOÍSMO: O NOVO ESPELHO DA REVOLUÇÃO MUNDIAL

Entre 1964 e 1968, a AP sofreu diversas influências e transformações teórico-ideológicas, principalmente no âmbito do marxismo, uma vez que o movimento comunista internacional passou por grandes transformações, fazendo com que a partir do final dos anos 50 se estabelecesse outro pólo de influência que passaria a obter certa notoriedade no campo do socialismo.

Um processo de revisão política se iniciou na segunda metade dos anos 50 com as resoluções do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, onde foi reafirmada e consolidada a política de “coexistência pacífica”. Logo, a exclusividade do caminho armado para a revolução socialista desaparecia, o qual passaria a dividir espaço com a idéia da transição pacífica do capitalismo ao socialismo. A consequência disso foi a alteração das perspectivas políticas dos Partidos Comunistas Mundiais e sua autonomia em relação ao Partido Comunista da União Soviética. (FERREIRA, 1999).

As declarações de Nikita Kruchev no XX Congresso do Partido Comunista da União das Republicas Socialistas Soviéticas denunciando os crimes de Josef Stalin e propondo a tese da chamada transição pacífica do socialismo para o capitalismo, deram o primeiro passo para o estremecimento das relações entre a China e a URSS.

O Partido Comunista Chinês afirmava que as críticas à Stalin e a tese da coexistência pacífica eram errôneas e indicavam o crescente revisionismo do PCUS. Numa famosa carta escrita em 14 de junho de 1963, na qual o PCCh recapitulava seu posicionamento em relação às teses do XX Congresso através de 25 pontos.

O princípio de coexistência pacífica de Lênin é bem claro e de fácil compreensão para as pessoas simples. A coexistência pacífica se refere às relações entre países com distintos sistemas sociais, e ninguém pode interpretá-la segundo lhe convenha. A coexistência pacífica não deve estender-se jamais as relações entre as nações oprimidas e as nações opressoras, entre os países oprimidos e os países opressores, ou entre as classes oprimidas e as classes opressoras, não deve considerar-se jamais como o conteúdo principal da transição do capitalismo ao socialismo, e menos ainda como o caminho da humanidade para o socialismo. A razão consiste em que uma coisa é a coexistência pacífica entre países com

distintos sistemas sociais, no qual nenhum dos países pode, nem lhe é permitido, tocar nem sequer um só fio de cabelo do sistema social dos outros, e outra coisa é a luta de classes, a luta de libertação e a transição do capitalismo ao socialismo nos diversos países, que são lutas revolucionárias, inflamadas, de morte, encaminhadas a mudar o sistema social. A coexistência pacífica não pode, de nenhuma maneira, fazer as vezes lutas revolucionárias dos povos. A transição do capitalismo ao socialismo em qualquer país só pode realizar-se mediante a revolução proletária e a ditadura do proletariado nesse mesmo país²². (CÔMITE CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DA CHINA, 1963, p.67-68).

Segundo Devillers (1975), embora não se possa afirmar que essa carta foi escrita por Mao Tsé Tung, ela reflete bastante seu pensamento e até mesmo seu estilo.

As divergências entre a China e a URSS puderam ser apreciadas no âmbito da política estrangeira²³, através das críticas veladas de Kruchov a Mao, ao declarar que a edificação socialista na China ultrapassava etapas. Além disso, em 1960 Kruchov retirou da China todos os peritos soviéticos desferindo um golpe bastante intenso na economia do país. A consequência disso foi a ruptura do Partido Comunista Chinês com o PCUS.

Mao Tsé Tung acreditava que cada vez mais o PCUS enveredava pelo caminho não leninista e que essas mudanças no caráter do Partido acarretariam transformações na política do campo socialista e no futuro da luta do proletariado mundial.

O avanço para o comunismo quer dizer o desenvolvimento na direção de elevar a consciência comunista das massas populares. É inconcebível uma sociedade comunista em que persista a ideologia burguesa. Porém Kruchov insiste por fazer renascer a ideologia burguesa na União Soviética e trabalha como um missionário da putrefata cultura norte americana. Difunde o incentivo material, reduzi as relações entre os homens a simples relações de dinheiro e fomenta o individualismo e o egoísmo. Devido a ele, o trabalho manual volta a ser considerado como algo indigno, e o amor aos prazeres as custas do trabalho alheio, como algo honorável²⁴.

A partir desse momento, a liderança de movimento comunista passou a ser desafiada pela China, que se tornou para alguns uma alternativa revolucionária distinta da URSS a partir daquele momento. Os chineses apontavam como caminho

²² PROPOSIÇÃO acerca da linha geral do movimento comunista internacional. In: NÚCLEO DE ESTUDOS DO MARXISMO LENINISMO MAOÍSMO. **A carta chinesa- a grande batalha ideológica que o Brasil não viu**. 2003. p.67-68.

²³ DEVILLERS, P. **Conhecer Mao**. Lisboa: Ática, 1975.

²⁴ ACERCA do falso comunismo de Kruchov e suas lições históricas para o mundo. *Ibid.*, p.430.

para o poder a guerra popular prolongada, que tinha como estratégia básica o cerco das cidades a partir dos campos. Essa tática atraiu uma geração de jovens rebeldes que aderiram a esse ideal de transformação social e revolução radical, pois lhes oferecia uma proposta de uma sociedade nova que seria realizada através da emboscada na montanha, da “integração na produção”, do igualitarismo etc.

O maoísmo exerceu uma forte atração aos olhos da esquerda brasileira, por também promover críticas ao “revisonismo soviético” e apresentar suas propostas baseadas numa dada apropriação do marxismo-leninismo.

Além disso, sua política de solidariedade ativa com os povos do Terceiro Mundo auxiliou ainda mais para que na segunda metade dos anos 60 o maoísmo tivesse um grande impacto se tornando referência obrigatória para alguns marxistas brasileiros, como por exemplo, o PC do B e suas cisões (Ala Vermelha e Partido Comunista Revolucionário) e a Ação Popular.

4.2 A PRESENÇA DO MAOÍSMO NA AÇÃO POPULAR

O primeiro contato da Ação Popular com os chineses ocorreu durante o Seminário do Estudante do Mundo Subdesenvolvido que se realizou em Salvador entre 07 e 14 de julho de 1963, onde pela primeira vez membros da Ação Popular se encontraram com estudantes chineses.

Este seminário foi organizado pela União Internacional dos Estudantes (UIE) e pela Federação Mundial da Juventude (FMJ) sendo patrocinado pela União Nacional dos Estudantes (UNE), contando com a presença de delegações da Alemanha Oriental, Chile, China Popular, Congo, Colômbia, Costa Rica, dentre outras. Em relação à presença da delegação chinesa, o relatório²⁵ redigido pela AP ressaltou a presença do estudante Yang Yang e do professor de Pequim, Pang Ming.

Haroldo Lima, ex-militante da Ação Popular, relatou aspectos desse primeiro encontro com os chineses. De acordo com ele:

²⁵ AÇÃO POPULAR. **Relatório sobre o Seminário do Estudando do Mundo Subdesenvolvido**, 1963.

Os chineses estavam observando aquela coisa toda. Na ótica dos chineses a Revolução Cubana com Fidel Castro juvenzinho, Che Guevara juvenzinho era algo impressionante altamente valoroso e quase heróico, mas não tinha uma base científica marxista sólida e os chineses percebiam isso. (...) Os chineses se aproximaram de nós e disseram que bom que vocês estão fazendo isso aqui no Brasil, mas não era bom vocês darem uma chegadinha lá na China não? Vocês queriam fazer uma visitinha à China? Aí nos convida para ir à China. (sic., LIMA, H., em 20 nov. 2004).

Porém, somente entre 1965 e 1966 a AP enviou militantes para a China. O primeiro foi Vinicius Caldeira Brant, que se encontrava em Paris e seguiu juntamente com uma delegação de políticos que visava iniciar relações com o Partido Comunista Chinês²⁶. O segundo contato de um militante da AP com a China realizou-se no segundo semestre de 1966, quando Aldo Arantes viajou em caráter de convite oficial. Essa visita, em plena Revolução Cultural, pode ser considerada como um impulso para a adesão ao maoísmo pela organização. Segundo Lima e Arantes (1984), essas experiências vividas na China fizeram com que Aldo Arantes redigisse um documento intitulado “Texto Amarelo”, que continha capítulos sobre “movimento operário”, “movimento camponês”, “guerra popular”, “partido de vanguarda” etc. Logo, isso pode ser considerado um reflexo do impacto que as experiências observadas na China causaram na organização.

Vale a pena ressaltar que nesse contexto a AP se encontrava dividida entre o foquismo e o maoísmo. Mas, apesar disso, podemos notar através da documentação que o maoísmo começava a marcar presença nos documentos da organização. Afinal, comentando o documento *Resolução Política* (1965) os autores apontam que:

Com a RP se fixou, como caminho para a tomada do poder, a via insurrecional, e como base social da revolução brasileira, os camponeses, operários e intelectuais revolucionários. Partindo da constatação de nossa organização era majoritariamente estudantil e que nestes termos não teríamos condições de conduzir nem sustentar a luta revolucionária, era lógico que se fixasse como meta principal de trabalho a modificação da composição social do movimento. O plano de Ação N^o1 fixava a necessidade de determinar regionalmente áreas prioritárias do trabalho operário e camponês e o plano n^o2 voltou ao assunto. (AÇÃO POPULAR, PROFISSONALIZAÇÃO DOS QUADROS: UMA NECESSIDADE URGENTE, 1966, p.03-04).

²⁶ OLIVEIRA JUNIOR, F. **Paixão e revolução**: capítulos sobre a história da AP. 2000. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco.

Na verdade, este trecho demonstra que já existia a idéia de se modificar as frentes de trabalho da organização desde 1965. Logo que, o documento *Resolução Política* (1965) apresentava indícios de que o maoísmo já se tornava uma teoria conhecida pela organização devido à presença de palavras pertencentes ao seu vocabulário, como por exemplo, o termo “áreas prioritárias”.

Além disso, neste mesmo documento apareciam os primeiros indícios da necessidade de seleção de áreas prioritárias tanto no trabalho operário quanto no camponês.

Falamos da necessidade de elevar o nível e o rigor de nossos métodos de trabalho. Pois é preciso aplicar este princípio à escolha das áreas para as quais deverão se dirigir os quadros profissionalizados. Para que a profissionalização produza todos os seus resultados, é preciso que não seja feita ao acaso, improvisadamente, mas se proceda a um levantamento estratégico as áreas prioritárias dos trabalhos operário e camponês – dos pontos de estrangulamento da direção e de funcionamento interno da organização. Duas observações sobre a seleção de áreas do trabalho operário e camponês. No movimento operário, a que se definir a categoria profissional mais importante, partindo de critérios tais como: importância econômica da categoria, importância numérica, grau de organização dos operários, nível de luta etc. (...) O movimento camponês há que se levar em conta a densidade demográfica, a topografia, as relações de trabalho, o nível de organização e da luta, a existência de conflitos sociais, manifestos ou latentes. (AÇÃO POPULAR, PROFISSIONALIZAÇÃO DOS QUADROS: UMA NECESSIDADE URGENTE, 1966, p.09).

Somente após a segunda viagem realizada a China por uma comissão formada por José Renato Rabelo, Jair Ferreira de Sá, Ronald Freitas e José Novaes Aumond que o maoísmo foi adotado oficialmente pela Ação Popular na I Reunião da Direção Nacional em setembro de 1968, apesar de já apresentar indícios nos documentos da AP desde 1965.

Esta segunda viagem promoveu mudanças profundas na trajetória política e ideológica da organização, sendo isso refletido através do documento *Os seis pontos* (1968), o qual ratificava que a influência maoísta passava a ser posta como estratégia revolucionária a ser seguida pela AP.

Após a adoção do maoísmo como base teórica da ação da AP, o contato dos militantes com o Partido Comunista Chinês aumentou cada vez mais, de forma que até cursos de capacitação política e militar alguns militantes fizeram na China. Em relação a tal treinamento, Chang (2006), numa biografia sobre Mao Tsé Tung, assegura que

Para disseminar o maoísmo em todo o mundo, foram montados campos secretos de treinamento na China. Um deles ficava nas Colinas Ocidentais, nos arredores de Pequim, onde muitos jovens do Terceiro Mundo e um bom número de ocidentais foram instruídos no uso de armas e explosivos. O pensamento de Mao era a base invariável e inelutável da vida no campo de treinamento. (CHANG, 2006, p.694).

Temos notícias de dois militantes que participaram de tal curso na Academia Militar de Nanquim: Jair Ferreira, em 1967 e Manoel da Conceição, em 1969. Em relação a essa experiência de Jair, o *Jornal da República*²⁷, afirmou que o militante da AP saiu do Brasil em dezembro de 1967 em direção à China com o objetivo de realizar um curso de capacitação política e militar durante três meses, sendo que durante esse período ele presenciou o ápice da Revolução Cultural e até mesmo conheceu Mao Tsé Tung pessoalmente.

Manoel da Conceição, numa entrevista concedida à *Revista Teoria e Debate*, relatou que:

Quando estava fazendo um trabalho no Sul, recebi uma proposta para fazer uma viagem à China em 1969. Fiquei animado para ir, os companheiros arranjaram passaporte falso, saí do Brasil pela Guiana Francesa, na clandestinidade. Cheguei lá quando tinha terminado a grande festa da vitória da Revolução Chinesa, em outubro. No aeroporto tinha uma banda de música, achei muito bonito. (...) Depois fui para uma escola e fiz um curso político e de instrução militar, de guerra de guerrilha. (REVISTA TEORIA E DEBATE, fev./ mar. 2005, p. 61).

Mais informações a respeito desse curso são fornecidas pelo próprio Manoel da Conceição em uma entrevista concedida a autora Ana Maria Galano, na qual ele afirma o seguinte:

Foi nesse período que eu fiz um curso sobre marxismo e o pensamento de Mao Tsé Tung. Os companheiros, que deram o curso, concluíam que no Brasil a solução era a Guerra Popular. A análise deles estava ligada ao problema que, no Brasil, existia uma classe de senhores feudais com contradições muito aguçadas com a burguesia nacional. Por outro lado, existia o imperialismo – no momento era enfocado só o norte americano – que apoiava os senhores feudais. Sobrava à burguesia nacional, como uma possível aliada dos camponeses, dos operários e da pequena burguesia na luta anti feudal. (CONCEIÇÃO, 1979, p. 165).

²⁷ O *Jornal da República* circulou em São Paulo de 27 de agosto de 1979 a janeiro de 1980, sob a direção de Mino Carta.

Assim, podemos compreender que as posições tomadas e as práticas empreendidas pela AP têm uma relação intrínseca com esses cursos e viagens feitas à China em plena Revolução Cultural.

No documento *Os seis pontos* (1968) percebemos a influência da proposta maoísta sobre a Ação Popular através da base teórica da organização, do caráter da revolução e da sociedade brasileira, da estratégia revolucionária a ser seguida e a mudança dos eixos de trabalho do Partido.

Este documento apresenta como base teórica da AP o marxismo-leninismo e o pensamento de Mao Tsé Tung, sendo este definido como o maior marxista-leninista vivo e o seu pensamento avaliado como uma nova etapa do marxismo-leninismo.

Tratando da linha geral da revolução brasileira, o quarto ponto apresenta o caráter da revolução como democrática nacional-popular, anti-imperialista e anti latifundiária, desenvolvida em duas etapas, sendo uma democrática e outra socialista em processo ininterrupto possuindo como força dirigente o proletariado e as forças principais, o campesinato e o assalariado agrícola. Seguindo o modelo da Revolução Chinesa, a AP definia o caráter da sociedade, da revolução e as forças dirigentes desse processo. Em relação às características da revolução na China, Mao Tsé Tung afirmava que:

Somos partidários da teoria da transição da revolução, somos a favor da transição da revolução democrática para o socialismo, Haverá várias etapas de desenvolvimento na revolução democrática, todas sob a palavra de ordem de uma República Democrática. Do predomínio da burguesia ao predomínio do proletariado – há um longo processo de luta, um processo de conquista da direção, dependente da condição que o Partido Comunista eleve o nível da consciência e de organização do proletariado, o nível da consciência e da organização do campesinato e da pequena burguesia urbana. (TSÉ TUNG, 1961, v. 1, p.268).

A sociedade brasileira era apresentada como semi-feudal e semi-colonial com a mesma caracterização da sociedade chinesa. De acordo Mao Tsé Tung, “La particularidad de China no es un país independiente y democrático, sino semicolonial y semifeudal, donde no hay democracia, sino opresión feudal y que em sus relaciones exteriores no goza de independência nacional, sino que sufre la opresión imperialista. “(Obras Escogidas de Mao Tse-tung, 1952, v.II, p.226).

Em *Os seis pontos* (1968) notamos que a estratégia adotada no processo da Revolução Chinesa era colocada pela AP como a mesma a ser aplicada no Brasil,

onde a guerra revolucionária deveria ser prolongada cercando as cidades a partir dos campos para tomá-las conjuntamente com as forças da cidade e as bases de apoio no campo. Para melhor explicitar os motivos pelos quais a guerra seria desencadeada a partir do campo, a AP alegava que:

Para criar e desenvolver uma força armada poderosa vencendo o inimigo por partes e mobilizando e organizando as massas camponesas. O campo é o ponto vulnerável militarmente do inimigo. É o critério da correlação de forças onde o inimigo é muito forte e nós muito fracos o que nos leva a escolher o lugar com condições para crescermos e desenvolvermos nossa força, tornando-a poderosa e aos poucos irmos expandindo nossas regiões libertadas, nossas bases de apoio, até podermos cercar e por fim tomar as cidades. (...) A escolha do campo como base territorial fundamental da luta não se deve simplesmente ao fato do inimigo ali ser fraco, mas também e fundamentalmente ao fato de ser no campo que está a força principal da revolução, a massa camponesa, para a qual a revolução é a única solução para as contradições que vive com os latifundiários. Isto quer dizer que será uma "guerra camponesa dirigida pelo proletariado" e não "uma guerra proletária no campo." (sic., AÇÃO POPULAR, CONSTRUÇÃO DA BASE DE APOIO – RESUMO, p.01).

De acordo com a teoria maoísta, nos países coloniais, semi-coloniais e semi-feudais o inimigo é mais forte nas cidades. Logo, como o cenário da cidade era desfavorável à luta, o campo se tornava o lugar propício para o desenvolvimento das forças guerrilheiras devido às péssimas condições de transporte, de topografia, de comunicação etc. O campo favorecia a guerra de guerrilhas, estratégia utilizada pelos chineses durante os 22 anos em que lutaram contra o Kuomintang e que foi adotada pela AP na luta contra a ditadura. Mao Tsé Tung apresentou um texto escrito em janeiro de 1930 tal estratégia usada pelo Partido Comunista Chinês da seguinte forma:

As táticas que aplicamos durante os últimos três anos no curso da luta são na verdade diferentes de quaisquer outras empregadas nos tempos antigos ou modernos, na China ou em qualquer outro lugar. Com nossas táticas, as lutas de massas se expandem diariamente e nenhum inimigo, mesmo poderoso, pode defrontar-se conosco. Nossas táticas são de guerrilha. Elas consistem principalmente nos seguintes pontos:

Dispersar as forças entre as massas para desperta-las e concentrar as forças para lidar com o inimigo.

O inimigo avança, nós nos retiramos; o inimigo pára, nós o fustigamos; o inimigo se cansa, nós o atacamos; o inimigo se retira, nós o perseguimos.

Em um regime independente com território estável, adotamos uma política de avançar numa série de ondas. Quando perseguidos por um poderoso inimigo, adotamos a política de andar em círculo, num movimento de rodopio.

Despertar o maior número de massas no menor tempo e pelos melhores métodos possíveis.

Estas táticas são exatamente como lançar uma rede: devemos ser capazes de lançar longe a rede e de puxá-la a qualquer momento. Lançamos longe a nossa rede para ganhar apoio das massas, e a puxamos para lidar com o inimigo. São estas as táticas que vimos aplicando nos últimos três anos. (TSÉ-TUNG, 1961, v.1, p.117).

Em um dos seus mais importantes textos, *Sobre la guerra prolongada* (1938), Mao Tsé Tung analisa os motivos pelos quais o processo revolucionário na China deveria se desenvolver através de uma guerra prolongada.

Por que uma guerra prolongada? Por ejemplo, si no limitamos a argüir que el enemigo es una fuerte potencia imperialista em tanto que nosotros somos un débil pais semicolonial y semifeudal, corremos el perigo de caer em la teoria de la subyugación nacional, pues el simple hecho de que el débil se oponga el fuerte no puede producir como resultado, ni el la teoria ni en la practica una lucha prolongada. Tampoco puede producirla el solo hecho de que uno sea grande y el outro pequeño, o uno progresista y el outro retrogrado, una lucha sea grande y el outro pequeno, o uno progresista y el outro retrógrado, o el que uno cuente con amplio apoyo y el outro no. La anexión de un pais pequeño por outro grande, o de uno grande por outro pequeño, son cosas que suceden corrientemente. Es frecuente que un pais o fenómeno progresista, pero débil, sea destruído por outro país o fenómeno retrógrado, pero fuerte. La amplitud del apoyo es um factor importante, y no obstante, secundário, y su efecto depende de los factores básicos de ambos contendientes. Por eso, nuestra afirmacion de que la Guerra de Resistência contra el Japon será una guerra prolongada, es una conclusión derivada de la interrelación entre todos los factores del enemigo y los de nuestro país. El enemigo es fuerte y nosotros débiles; en esto reside el peligro de que seamos subyugados. Pero al mismo tiempo, el enemigo tiene sus puntos debiles, y nosotros , nuestras ventajas. Con nuestros esfuerzos, la ventaja del enemigo, puede ser reducida, y sus defectos, agravados. Por otra parte, esforzándonos podemos acrecentar nuestras ventajas y superar nuestro punto débil. Por consiguiente, podemos lograr la victoria final y evitar la subyugación, mientras que el enemigo será finalmente derrotado y no podrá evitar el derrubamiento de todo su sistema imperialista. (TSÉ-TUNG, 1952, v.II, p.136).

A guerra revolucionária na China foi uma luta prolongada, sendo que a militância do Partido Comunista Chinês desenvolveu como estratégia na luta contra o Kuomintang o cerco das cidades a partir dos campos. As condições nas quais o processo revolucionário na China se desencadeou exigiu uma guerra prolongada, devido à forte presença do inimigo nas cidades. No entanto, vale a pena ressaltar que o trabalho do Partido nas cidades não deveria ser abandonado, pois mesmo sendo considerado como secundário serviria de apoio para o trabalho nas zonas rurais. Mao Tsé Tung, em uma carta escrita a um companheiro, dizia que:

A formação da base proletária do Partido e o estabelecimento de frações do Partido em empresas industriais dos distritos mais importantes são as principais tarefas de organização do Partido, no momento; mas, ao mesmo

tempo, o desenvolvimento das lutas no campo, e estabelecimento do poder político vermelho em pequenas regiões e a criação e expansão do Exército Vermelho são, em particular, as principais condições de ajuda a luta nas cidades e a aceleração do levante nas cidades e, em nossa opinião, é igualmente um erro, que todos os membros do nosso Partido devem evitar, temer o desenvolvimento do poder dos camponeses, sob a alegação de que ele possa tornar-se mais forte do que o poder dos operários e assim causar prejuízos a revolução (TSÉ-TUNG, op. cit., p.115).

O sexto ponto do documento *Os seis pontos* (1968) se refere à necessidade de se realizar uma mudança de eixo de trabalho da cidade para o campo visando uma alteração na composição social da organização através da ligação com as massas operárias e camponesas por meio da integração da militância da AP ao trabalho produtivo.

Com a escolha do maoísmo como estratégia revolucionária, os militantes da AP começaram a preparação para a guerra popular no Brasil através da integração dos seus quadros à produção. Tal integração se processou de forma semelhante à China onde os membros do Partido Comunista Chinês eram enviados para o campo para passar por um processo de “reeducação ideológica”, devido ao processo de burocratização que se instalava no seio do Partido Comunista China após a fundação da República Popular em 1949.

Foi durante o período do cisma sino soviético que Mao Tsé Tung começou a refletir sobre os caminhos que a revolução na China estaria seguindo graças à crescente burocratização do Partido Comunista Chinês. Para ele, mesmo que a sociedade chinesa fosse controlada por um partido proletário ela não estaria livre de ver ressurgir as antigas práticas capitalistas.

Para Mao, la evolución experimentada por la sociedad soviética en las últimas décadas, há constituído y constituye la más grave y alarmante desnaturalización sufrida por el movimiento revolucionário socialista em toda su historia; según el, há concluído com uma restauración de clase, llevada a cabo por una minoria de tecnócratas y burocratas que, monopolizando las instituciones estatales colectivas y los instrumentos de producción, se há transformado em una nueva clase dirigente, limitada y privilegiada, que excluye a la gran mayoría de las masas de la participación efectiva en la vida política y del control sobre los médios de producción, someténdola a la explotación económica y a la represión política, social y cultural. (PISCHEL, 1973, p.14).

Em 1959, Mao Tsé Tung deixou o cargo de presidente da República Popular da China e passou a se dedicar ao trabalho de aperfeiçoamento dos quadros e das massas. O objetivo era politizar ao máximo as massas para evitar que os integrantes

do Partido estivessem seguindo o caminho da rotina burocrática. Desse modo, em 1962 lançou-se o Movimento de Educação Socialista, que foi uma campanha nacional de doutrinação política e ideológica de “retificação” do partido visando afastá-lo da influência do moderno “revisionismo kruchevista” e reavivar o socialismo no seio do Partido. Esse movimento político foi a última tentativa de “retificação” dos quadros que seguiam a linha capitalista antes da Revolução Cultural.

A “Revolução Cultural Proletária” pode ser apreendida como um choque entre as concepções das duas elites partidárias em relação aos destinos da nação chinesa. Segundo Audrey (1976), havia duas elites na alta esfera do Partido Comunista Chinês as quais a autora identifica como “militante” e “funcional”. A “elite militante” era oriunda do período das Comunas de Shangai e Cantão, da Longa Marcha e da luta contra o Japão. Com o crescimento do Partido, esse grupo foi reduzido e ficou sem força diante dos militantes sem passado revolucionário. A “elite militante” acentuava a transformação do homem através de uma vida de sacrifícios pessoais e sem privilégios, incentivava a participação das massas nas tarefas da direção e alimentava o desejo de implantar o coletivismo no campo e na cidade etc.

Enquanto que a “elite funcional” era herdeira da burguesia e dos intelectuais compreendendo artistas, engenheiros, técnicos, médicos e professores. Ao longo dos anos, sua influência cresceu devido ao aumento da complexidade das relações entre Estado, Partido e Administração, além do avanço dos setores modernos da economia o que promoveu a ampliação dos quadros da “elite funcional”.

A preocupação desta “elite militante” com esse grupo já se expressava desde os princípios da revolução, pois nos primeiros anos após a fundação da República Popular tentou-se enquadrar esse grupo aos novos padrões morais impostos pelo regime através das campanhas de eliminação dos “contra-revolucionários”, dos “três anti” e “cinco anti”. Em seguida vieram o Movimento das Cem Flores (1956-1957) e a luta contra os elementos direitistas em 1957. Além desses, em 1962 foi lançado o Movimento de Educação Socialista. No entanto, essas “campanhas de retificação” e a constante instrução teórica dos quadros não foram suficientes para desburocratizar o Partido. Logo, a Revolução Cultural e seus excessos podem ser entendidos como uma contra ofensiva dessa “elite militante”²⁸.

²⁸ Trataremos mais adiante especificamente sobre essas campanhas de retificação de quadros, por enquanto fica apenas registrado que tais movimentos foram feitos com o objetivo de enquadrar a sociedade chinesa num novo padrão moral e político.

Na verdade, a partir de 1963, desencadeou-se uma luta ideológica e política no grupo dirigente chinês representado por uma “elite militante” adepta das idéias de Mao Tsé Tung e contrária às idéias e ao comportamento da maioria do partido, constituído pela “elite funcional”. Com o objetivo de modificar a orientação política geral do país esse grupo revolucionarizou os setores da cultura, do ensino e da propaganda.

A Revolução Cultural teve início com uma crítica literária a uma peça de teatro chamada A destituição de Hai Rui, escrita pelo vice-prefeito de Xangai Wu Han, a qual promoveu uma luta no seio do Partido, logo que tratava da estória de um funcionário antigo que havia sido vítima do imperador tirânico injustamente. Na verdade, essa peça fazia menção à destituição do Marechal Peng Dehuai, ocorrida em 1959, quando este escreveu uma carta tecendo críticas às políticas econômicas adotadas durante o Grande Salto para Frente ²⁹.

Por trás dessa crítica literária escrita por Yao Wenyuan, estava o descontentamento de Mao Tsé Tung com o grupo da “elite funcional”, os quais haveriam abandonado as suas posições socialistas.

De facto, a população tinha que ser mobilizada para criticar tudo o que, na sociedade, sofria a influência da tradição. Era o caso da pedagogia, da literatura, da arte, aspectos da Revolução Cultural que já evoquei. Era igualmente necessário que o povo pudesse criticar o funcionamento das engrenagens do Estado. (DAUBIER, 1974, p.21).

Em meio a essa luta no interior do alto escalão, o documento *A Circular 16 de maio* promoveu uma verdadeira reviravolta na Revolução Cultural, já que rompeu com o procedimento de lutas secretas no Partido e trouxe à tona as contradições existentes entre as facções, convocando a população a lutar contra os quadros do alto escalão. (NAVES, 2005).

O Partido deve levar, bem alto erguido, o grande estandarte da revolução cultural proletária, denunciar a fundo a posição reacionária burguesa desse grupo de “sumidades” acadêmicas anti-Partido e anti-socialista, criticar

²⁹ O Grande Salto para Frente foi um conjunto de medidas econômicas que visava à reorganização e a aceleração da produção no campo através da iniciativa e mobilização das massas. A implantação de tal idéia enfrentou inúmeros problemas, tais como as calamidades naturais e a retirada dos técnicos soviéticos devido à ruptura das relações entre os dois países, o que contribuiu para um processo de retração econômica que se instalou no país no final dos anos 50 e início dos anos 60. (NAVES, 2005).

totalmente e todas as idéias reacionárias burguesas dos meios acadêmicos, pedagógicos, jornalísticos, literários, artísticos e do Mundo da edição, assim como assegurar a direção da cultura em todos os domínios. (sic., DEVILLERS, 1976, p.215).

Por trás do desencadeamento de um grande movimento de massa, visava-se a transformação ideológica e cultural do país. O apelo às massas teve como resultado o surgimento de críticas públicas aos quadros dirigentes e às práticas político – administrativas desenvolvidas até então. Além disso, “procurava-se também acordar a vigilância das massas de forma a que estas descobrissem nos locais de trabalho ou nas escolas manifestações da influência revisionista e, caso isso acontecesse, criticassem os responsáveis do Partido em que essa influência se apoiasse.” (DAUBIER, 1974, p.64). Essas críticas foram feitas por meio de grandes cartazes que se denominavam *dazibaos*³⁰.

Nesse momento, dois documentos foram publicados reforçando a Revolução Cultural: o *Comunicado da 11ª Sessão* e a *Resolução do Comitê Central do Partido Comunista Chinês sobre a Revolução Cultural Proletária*, conhecido como *Resolução dos 16 pontos*.

O primeiro documento pode ser interpretado como um verdadeiro chamamento às massas para que estas promovessem o sucesso da Revolução Cultural.

La Sesión Plenaria sostiene que la clave para el éxito de esta gran revolución cultural reside en confiar en las masas, apoyarse en ellas, movilizarlas con audacia y respetar su iniciativa. Por lo tanto es imperativo perseverar en la línea de “de las masas, a las masas”. Hay que ser alumno de las masas antes de convertirse en sus maestros. Hay que temer a los desordenes. Hay que oponerse a quienes tomen la posición de la burguesía amparen a los derechistas, golpeen a la izquierda y reprimen la gran revolución cultural proletaria. Hay que oponerse al establecimiento de muchas restricciones que atenen de pies y manos a las masas. Hay que oponer se a quienes actúen como señores burocráticos y cabalguen sobre las masas dictándoles ordenes a ciegas³¹.

Esse documento apresentava a nova linha que deveria ser seguida pelo Partido Comunista Chinês: a “linha de massas”, logo estas dirigiram o movimento

³⁰ Segundo CHANG-SHENG (2005), *dazibao* é uma forma chinesa de declaração política. São grandes folhas de papel, nas quais o autor escreve suas opiniões políticas. Foi a mais comum forma de expressão política na China.

³¹ DECISIÓN del Comité Central del Comunicado del Partido Comunista de China, sobre la gran revolución cultural proletaria. In: FAN, K.H. **La Revolución cultural China - documentos seleccionados y presentados**. México: Ediciones Era, 1970, p.165.

em prol da construção do socialismo e se encarregariam da expulsão dos militantes que supostamente estivessem comprometidos com a “linha capitalista”.

A *Resolução do Comitê Central do Partido Comunista Chinês sobre a Revolução Cultural Proletária*, conhecida como *Resolução dos 16 pontos*, foi o documento que regeu a Revolução Cultural trazendo em seu conteúdo o direcionamento necessário para o seu desenvolvimento. De acordo com ele, a revolução tinha como objetivo identificar e destituir os elementos que seguiam a “linha capitalista” e aqueles que difundissem a ideologia burguesa na academia e na cultura.

Nuestro objetivo actual es aplastar, mediante la lucha, a los que ocupan puestos dirigentes y siguen el camino capitalista, criticar y repudiar a las “autoridades” reaccionarias burguesas en el campo académico, criticar y repudiar la ideología de la burguesía y demás clases explotadoras y transformar la educación, la literatura y el arte y los demás dominios de la superestructura que no corresponden a la base económica del socialismo, a fin de facilitar la consolidación y el desarrollo del sistema socialista³².

As forças principais desse movimento seriam as amplas massas de trabalhadores, camponeses, soldados, intelectuais revolucionários e quadros revolucionários. A mobilização das massas foi algo apresentado no documento como essencial para o desenvolvimento da Revolução Cultural, para que estes expusessem suas opiniões e criticassem as posturas dos membros dos grupos e comitês da revolução quando necessário.

Es necesario lograr una plena y franca exposición de opiniones haciendo pleno uso de los dazibao y de los grandes debates, de modo que las masas clarifiquen los puntos de vista correctos critiquen los erróneos y desenmascaren a todos los monstruos³³.

Para reger a Revolução Cultural foram criadas várias organizações de massa como comitês e grupos dentro das escolas, instituições e fábricas.

Por lo tanto, los grupos, comitês y congresos de la revolución cultural no deben ser organizaciones provisionales, sino organizaciones de masas permanentes y duraderas. Son adecuados no solo para las escuelas y las instituciones, sino en lo fundamental también para las fábricas, minas y otras empresas, para los barrios y aldeas³⁴.

³² DECISIÓN del Comité Central del Comunicado del Partido Comunista de China, sobre la gran revolución cultural proletaria. In: FAN, K.H. **La Revolución cultural China - documentos seleccionados y presentados**. México: Ediciones Era,1970, p.154.

³³ Ibid., p.157.

³⁴ Ibid., p. 159.

Visava-se acabar com o domínio da intelectualidade nos centros docentes, mas para isso se promoveu a crítica aos “seguidores da linha capitalista” que estivessem atuando no meio acadêmico.

Se debe organizar la crítica a los representantes típicos de la burguesía que se han infiltrado en el Partido y a las típicas “autoridades” reaccionárias burguesas en los campos académicos, incluyendo a todo tipo de puntos de vista reacionários en la filosofía, la historia, la economía política y la pedagogia, en las obras y teorías literárias y artísticas en las teorías de las ciencias naturales, así como em otros campos³⁵.

A Revolução Cultural foi guiada pela tentativa de criação de um estilo específico de construção de socialismo, através do qual os maoístas acreditavam que deveria ocorrer uma retificação constante da ideologia, da cultura e do comportamento dos quadros do Partido através do trabalho produtivo e da convivência com os operários e camponeses.

4.3 INTEGRANDO COM AS MASSAS NA CHINA

Sabe-se que a China tentou colocar em prática a construção de um estilo de socialismo baseado na educação, na organização e num conjunto de valores morais. Visando justamente a transformações das relações humanas, o Partido Comunista Chinês pôs em prática o retorno periódico dos quadros do Partido e da intelectualidade à base, ou seja, frequentemente eles eram enviados para o trabalho produtivo nas fábricas ou nos campos para se manterem sempre em contato com as massas. O objetivo maior desse empreendimento era ensinar o respeito aos camponeses e operários, além de colocar as tarefas manuais acima das intelectuais.

A educação dos indivíduos na China tinha dois âmbitos: o político e o moral. Audrey (1977) afirma que existia um grande projeto pedagógico na China imposto aos homens, mulheres, jovens e velhos por meio da imprensa, do sistema escolar e

³⁵ DECISIÓN del Comité Central del Comunicado del Partido Comunista de China, sobre la gran revolución cultural proletária. In: FAN, K.H. **La Revolución cultural China - documentos seleccionados y presentados**. México: Ediciones Era, 1970, p. 160.

do trabalho. Esse tipo de “educação política” induzia o indivíduo à honestidade, à economia, ao igualitarismo etc.

Justamente nesse estilo de sociedade o indivíduo possuía a idéia de correção dos seus erros comportamentais e políticos, os quais seriam retificados através de uma autocrítica ou reeducação. Porém, nesse contexto da Revolução Cultural, que foi de intensa luta política, a autocrítica e as “campanhas de retificação” ganharam uma conotação diferente se transformando numa forma de desqualificação ou perda de prestígio do oponente.

A Ação Popular também colocou em prática o exercício da crítica e da autocrítica entre os seus militantes, visto que pesquisando nos documentos da organização pudemos notar a existência de cartas de vários militantes praticando a crítica ou a autocrítica dos seus “desvios burgueses”.

O desenvolvimento da crítica e da autocrítica é um dos métodos mais eficazes para o aprimoramento da organização. A crítica deve ser sempre uma oportunidade para a reflexão sobre os erros, no sentido da superação. A autocrítica deve se realizar, não somente através do reconhecimento do erro, mas através de ações concretas que demonstrem a efetiva superação. (AÇÃO POPULAR, INSTRUÇÃO SOBRE ORGANIZAÇÃO REVOLUCIONÁRIA, p.05).

Como exemplo desses relatos, temos a carta do militante “Pedro”, datada de 25 de agosto de 1968.

Concordo plenamente com a crítica ao meu subjetivismo ao desconfiar de uma companheira. A origem é de fato fruto das minhas tradições burguesas e só mesmo com as críticas e com a prática revolucionária que deixarei de lado essa péssima herança, portanto, fico grato ao companheiro por ter localizado o meu desvio e criticado em tempo, propondo a correção, sendo esta de fato a política correta para ganharmos cada vez mais os companheiros para a posição de classe proletária. (PEDRO, em 25 ago.1968)³⁶.

Como foi dito anteriormente, a “elite funcional” era formada por intelectuais, os quais deveriam passar por uma transformação política e ideológica que teve seus princípios antes da Revolução Cultural. No entanto, as “campanhas de retificação” e

³⁶ PEDRO. **Carta ao companheiro Guilherme**. [S.l.], 25 ago.1968.

o Movimento de Educação Socialista não foram suficientes para que a transformação do corpo político partidário se sucedesse.

A história da China no século XX foi marcada por inúmeras campanhas de denúncias contra ex - membros do Kuomintang, ex - fazendeiros, quadros vistos como não revolucionários, intelectuais etc. Em 1951, apenas dois anos após a fundação da República Popular da China, Mao Tsé Tung lançou a campanha dos “três anti”.

O “três anti” foi uma campanha lançada entre os trabalhadores dos departamentos governamentais e das empresas estatais, que visava lutar contra os três “vícios”: corrupção, o desperdício e a burocracia. O governo tinha como objetivo identificar quadros comunistas que estivessem envolvidos em diversos casos de ganhos ilícitos, desvios de dinheiro, desperdício com promoção de festas às custas do Estado, num momento em que o país passava por problemas econômicos e tentava se restabelecer dos anos de guerras civis ocorridas antes da fundação da República Popular da China em 1949. A segunda campanha foi denominada de “cinco anti”, a qual foi lançada em 1952 lutando contra cinco desvios: suborno, fraude, evasão fiscal, roubo e desvio de informações econômicas. (TSÉ-TUNG, 1977, v. V, p.67).

Essas duas campanhas tinham como objetivo estabelecer o controle sob os membros do partido e da sociedade. Segundo Chang (1994), o governo enviava equipes às províncias para analisarem o comportamento das autoridades e dos funcionários públicos suspeitos, os quais eram encaminhados para se reeducarem no campo ou na fábrica através do trabalho produtivo caso tivessem cometido algum crime. Segundo Mao Tsé Tung, em um texto escrito em 1952,

Deve-se dar tanto destaque à luta contra a corrupção, o desperdício e a burocracia como à luta pela eliminação dos contra revolucionários. Tal como nesta última, as amplas massas – incluindo os partidos democráticos e pessoas de todos os sectores sociais – devem ser mobilizadas; esta luta deve ser largamente propagandeada; os quadros dirigentes devem assumir pessoalmente a direcção e lançar-se ao trabalho; e as pessoas devem ser chamadas a confessar abertamente o seu mau procedimento e a apontar as culpas dos outros. Em casos de menor gravidade, os culpados devem ser demitidos do cargo, punidos ou condenados a penas de prisão, e os piores de entre eles devem ser fuzilados. (sic., TSÉ-TUNG, 1977, v. V, p.70).

O Movimento Cem Flores (1956-1957) estimulou o debate intelectual através do lema - que desabrochem cem flores, cem escolas do pensamento. Com o desejo

de saber o que a intelectualidade chinesa pensava sobre o Partido Comunista, foi iniciado tal movimento, o qual obteve como saldo muitas críticas em relação ao PCCh. A consequência disso foi o lançamento da Campanha Antidireitista em 1957 através da qual se promoveu uma luta contra os “elementos de direita”, os quais foram enviados ao campo para passarem por uma “reeducação ideológica”.

Após as sucessivas reformas agrárias e o Grande Salto para Frente (1958), iniciou-se um processo de restauração econômica liderado pela “elite funcional”, representada por Liu Shao-chi e Deng Xiaoping. Em contra ofensiva, foi lançado em 1964 o Movimento de Educação Socialista por meio do qual se identificaram os quadros comprometidos com a “linha burguesa”. Porém, como foi dito anteriormente, essas sucessivas tentativas de combater a “elite funcional” no seio do Partido não foram suficientes, tendo como continuação desse embate a ocorrência da Revolução Cultural.

Durante os anos da Revolução Cultural, a reeducação se tornou uma prática largamente utilizada como instrumento de correção dos quadros do Partido que haviam se burocratizado.

Paralelamente, la lucha contra toda degeneración de clase del partido y el Estado, fue concebida algunas veces, como el constante empeno de cada militante para mantener su identificación con los problemas y necesidades del proletariado, para resistir a las tentaciones del privilegio, el autoritarismo y la burocratización. (PISCHEL, 1973, p.28).

Existiam as Escolas de Quadros 07 de maio que eram escolas onde os ex-funcionários do governo, escritores, médicos, intelectuais, professores que “seguiram a via capitalista”, eram enviados para se reeducarem através do trabalho produtivo e também receberem cursos de formação política.

Milhões de funcionários foram exilados para os campos de trabalho forçados que tinham o nome anódino de “Escolas de Quadros 07 de maio”. Esses campos também receberam os guardiões da cultural- artistas, escritores, intelectuais, atores e jornalistas. (CHANG, 2006, p. 642).

Os locais da reeducação se situavam no interior da China, em aldeias onde não havia água encanada, sistema de esgoto e luz elétrica, ou seja, os reeducados deveriam viver, comer e trabalhar como o povo. Na realidade, esses serviços eram tarefas comuns ao cotidiano dos camponeses. A dureza do trabalho no campo e na

fábrica estava ligada à idéia de aprendizado com as massas através da “reeducação ideológica” pelo trabalho produtivo. Afinal, de acordo com Mao Tsé Tung:

Em seu conhecimento, o homem, dependendo essencialmente da atividade na produção material, compreende progressivamente os fenômenos, as características e as leis da natureza, assim como as relações entre ele próprio e a natureza. E, através da atividade produtiva, ele adquire progressivamente e em graus diferentes o conhecimento de certas inter-relações entre os homens. Nenhum desses conhecimentos pode ser obtido isolado da atividade produtiva. (TSÉ-TUNG, v. I, 1961, p.272-287).

Essa idéia de sacrifício estava diretamente ligada ao processo de reforma do pensamento através do qual o cidadão deveria se aproximar cada vez mais dos camponeses nos seus hábitos e no seu tipo de trabalho para se tornar um “homem novo”, ou seja, apto à revolução. Esse mesmo ideal de transformação da concepção de vida era pregado pela Ação Popular, segundo o ex- militante *Dr. Sergipe*:

Vá lá fazer como eles! Faça como eles! Você não quer uma transformação? De exemplo na sua vida, cara ! Transforme primeiro você , transforme-se você primeiro. Mas, isso era uma coisa que na época, isso era uma coisa muito séria. Transforme-se você primeiro, dê exemplo de que você quer realmente mudar as coisas mudando sua vida. Quer dizer, tinha um conteúdo ético, na época ninguém usava essa palavra, mas hoje eu vejo isso com clareza. Tinha um conteúdo de transformação ética da sua postura, de você ver o mundo, a gente dizia a concepção de vida, a concepção de mundo. (*DOUTOR SERGIPE*, em 13 out. 2004).

Da mesma forma que na AP, a integração na China não se restringiu somente ao campo, pois as fábricas também foram utilizadas como locais de reeducação pelo trabalho, já que a ação do Partido não deveria ficar restrita ao campo. Assim, o trabalho nas cidades não deveria ser abandonado, pois a ação do operariado serviria de apoio a ação dos camponeses nas bases de apoio rurais. Logo, Mao afirmava que “O nosso Partido deve, pois, prestar toda a atenção ao trabalho nas grandes cidades e ao longo das principais vias de comunicação, e, em particular, ganhar a si os operários e intelectuais”. (TSÉ TUNG, 1979, v.IV, p.113).

Desde a fundação da República Popular da China (1949), o Partido cobrava de seus quadros a renúncia aos hábitos burgueses e a dedicação completa à revolução. A isto está diretamente ligado o combate ao individualismo através da renúncia, do igualitarismo, da honestidade e do fim da separação entre o trabalho manual e intelectual; sendo que esses aspectos faziam parte da diretiva da

“reeducação ideológica” através do trabalho nas fábricas e no campo. Mao Tsé Tung declamou numa Conferência Nacional do Partido Comunista em 1937 que:

Esses quadros devem compreender o marxismo leninismo, ser dotados de visão política e capacidade para o trabalho, devem ter grande espírito de sacrifício, ser capazes de resolver problemas de maneira independente, ser inabaláveis em meio as dificuldades e trabalhar leal e devotadamente pela nação, a classe e o Partido. A linha do Partido é confiar nesses homens para trazer os militantes ao contato com as massas, e confiar em sua firme capacidade de dirigir as massas e atingir o objetivo de derrotar o inimigo. Esses homens não devem se deixar levar pela auto-suficiência, pelo heroísmo individual, a jactância, a indolência, a passividade ou sectarismo arrogante; eles são os abnegados heróis da nação e da classe; tais são as qualidades e o estilo de trabalho que os membros, quadros e líderes do Partido devem possuir. (TSÉ TUNG, 1961, v.I, p. 269).

A Revolução Cultural impôs um novo ritmo de vida à população chinesa onde a tentativa de construção do socialismo estava diretamente associada à imagem de um “homem novo” que serviria ao povo e aprenderia com as massas para promover um verdadeiro processo de transformação na sociedade. Assim, foi esse modelo de sociedade perfeita que foi exportado para o mundo ocidental e acabou atraindo parcela da esquerda brasileira incluindo a Ação Popular que na busca do “homem novo” integrou seus militantes no campo e nas fábricas para que estes organizassem a revolução no Brasil a partir do campo até chegar à cidade.

Para estudar e dominar o marxismo leninismo pensamento Mao Tsé Tung, a questão chave é a transformação da concepção de vida. Por isso ocupam um lugar de destaque, entre as obras de Mao Tsé Tung os escritos ideológicos conhecidos como: Os Três Artigos Mais Lidos ou Os Três Artigos Permanentes de Mao Tsé Tung. Estas obras ideológicas constituem uma excelente síntese da concepção proletária de vida; são documentos clássicos de educação comunista. Nestes artigos simples e curtos, o presidente Mao expõe as qualidades básicas de um revolucionário proletário, as características essenciais da concepção comunista de vida. Por isso esses artigos constituem uma leitura obrigatória e permanente para qualquer revolucionário proletário; representam uma poderosa arma espiritual que os comunistas do mundo inteiro devem empunhar na luta pela sua revolucionarização ideológica. (...) Cada um de nós é não só uma força motriz, mas também um alvo da revolução. Para fazer a revolução na sociedade, é absolutamente necessário fazer também uma grande revolução em nós mesmos. Ninguém pode participar da revolução com êxito sem realizar no mesmo tempo uma grande revolução ideológica até o íntimo de si mesmo. O estudo consciencioso e a aplicação resoluta dos Três Artigos é um método fundamental para levar até o fim esta revolução ideológica. Por isso, estudar e aplicar de maneira viva e decidida nossos quadros e militantes a lerem diariamente um dos Três Artigos, relatam as passagens mais importantes, aplicarem a crítica de sua prática passada aos conceitos centrais desses artigos e tomarem, a luz desses conceitos, decisões para serem levadas a prática imediatamente. (AÇÃO POPULAR,

CHAMAMENTO DA COMISSÃO EXECUTIVA PROVISÓRIA DA DIREÇÃO NACIONAL DE AÇÃO POPULAR, 1969, p. 01).

4.4 CONSTRUINDO AS BASES DE APOIO NO BRASIL

Para integrar seus militantes ao trabalho produtivo, a Ação Popular formou um grupo que realizou uma pesquisa chamada PAE (Pesquisa de Áreas Estratégicas), através da qual alguns militantes da AP viajaram por grande parte do Brasil selecionando áreas que possivelmente serviriam como bases de apoio para a preparação da guerra popular no país. Essa seleção era feita com base num levantamento político, social, econômico e geográfico. Segundo Haroldo Lima, que fez parte dessa equipe,

Nós tínhamos feito uma pesquisa chamada PAE- Pesquisa de Áreas Estratégicas que é feita no bojo da integração a produção. Quem dirigiu essa pesquisa fui eu. Nós fizemos uma pesquisa de áreas estratégicas no Brasil para escolher essas áreas onde nos iríamos desenvolver a guerrilha. As bases de apoio como os chineses chamavam (...) corremos o Brasil inteiro e chegava num canto com o pessoal integrado a produção e fazia o levantamento da região. Um levantamento geográfico, estatístico, de desenvolvimento econômico (LIMA, H., em 20 nov. 2004).

Na verdade, podemos perceber elementos desse levantamento em documentos como *Roteiro de Pesquisa*³⁷, onde aparece a estrutura da pesquisa a ser feita, a qual abordaria os seguintes aspectos: localização geográfica; recursos naturais; população; estrutura fundiária; indústrias; sobre o proletariado (quantidade, categoria etc.); bairros com maior densidade operária; segurança; educação; saúde etc. Através disso, notamos que a organização fazia uma pesquisa aprofundada sobre as regiões no campo e nas fábricas que poderiam se tornar as bases de apoio.

Porém, informações mais detalhadas a respeito dessa pesquisa podem ser vistos no documento *Política de massas de caráter revolucionário para o movimento camponês* (1968), no qual aparecem elementos concretos do estudo realizado sobre a estrutura agrária brasileira analisando as forças produtivas, as relações de produção, de propriedade, de trabalho, concentração da propriedade da terra no

³⁷ AÇÃO POPULAR. Roteiro de Pesquisa.

Brasil, os principais produtos de cada região etc., de modo que a seriedade dos dados usados na pesquisa pode ser percebida através das referências dos materiais utilizados. Afinal, estas informações eram retiradas do Censo Agrícola e Censo Populacional, o que demonstra o cuidado com o qual a pesquisa era feita pela organização.

Pesquisa a ser feita principalmente por meio de estudos estatísticos e outros trabalhos de especialistas já realizados (é importante consultar não só os trabalhos de ordem geral, mas também levantamentos estatísticos e trabalhos de ordem regional e local). A pesquisa deve ser completada com a observação direta e com as entrevistas pessoais. O estudo estatístico e sociológico prévio permitirá que o quadro vá para área com um conhecimento inicial e com algumas hipóteses de pesquisa que a observação direta e as entrevistas confirmarão, não confirmarão, enriquecerão etc. (AÇÃO POPULAR, POLÍTICA DE MASSAS DE CARÁTER REVOLUCIONÁRIO PARA O MOVIMENTO CAMPONÊS, 1968, p.19).

Além disso, a pesquisa ainda ressaltava a análise das classes sociais do campo e as contradições existentes entre elas. De acordo com a AP, a composição social do campo era dividida em grande proprietário (latifundiário e burguesia agrária); burguesia comercial; camponês – camponês pobre (pequeno proprietário, parceiro, redeiro pobre; posseiro pobre); camponês médio (médio proprietário, redeiro médio, posseiro médio); camponês rico (médio proprietário rico, redeiro rico, posseiro rico); assalariados, assalariados permanentes e assalariados temporários (volante e misto). Esta divisão das classes sociais no campo brasileiro apesar de mais complexa se assemelha em suas principais divisões com a composição social agrária chinesa. Em 1927, Mao Tsé Tung escreveu um relatório baseado nas observações feitas por ele em Hunan, que era o centro do movimento camponês no período. Nessa região, Mao pode observar o grande potencial revolucionário do campesinato chinês e conhecer mais de perto as contradições do campo e as divisões desses grupos.

Será que todos os camponeses tomaram parte da realização de tão grande tarefa revolucionária, trazendo também importantes contribuições? Não. Os camponeses dividem-se em três camadas – os camponeses ricos, os camponeses médios e os camponeses pobres. As condições das três camadas são diferentes e assim também são distintas suas reações em face a revolução (...). A força fundamental do campo que sempre lutou melhor foi a dos camponeses pobres. Através dos períodos da organização clandestina e da organização ostensiva, os camponeses pobres sempre militaram bem. (TSÉ-TUNG, 1961, v.I, p.24-25).

Com essa pesquisa geral realizada, a AP precisava escolher quais regiões tinham as condições mais apropriadas para se tornarem bases de apoio da organização. De acordo com a organização, existiam alguns critérios para a escolha das bases.

Dentro das condições de massa existem dois aspectos fundamentais: a quantidade, expressar principalmente o número de camponeses; e a qualidade, expressa principalmente pela composição de classes. Muitas são as condições existindo garantem a continuidade, o futuro da luta. São assim as condições de massa estratégicas importantes. O nível atual de luta, a tradição de luta, a presença do Partido, e a presença de organizações de massa acrescentam vantagens a área, principalmente sobre suas condições atuais. (...) Dentro das condições militares destacamos a condição física topográfica. Já nos referimos a necessidade de vincular a consideração de vegetação, rios etc, a topografia do terreno. Isto significa que deveremos considerar estas condições (a vegetação) dentro das condições topográficas boas. (AÇÃO POPULAR, PREPARAR ATIVAMENTE A GUERRA POPULAR-REALIZAR A PESQUISA DE ÁREAS ESTRATÉGICAS – IMPLANTAR BASES DE APOIO NO CAMPO, 1969, p.13).

Mao Tsé Tung acreditava que as condições fundamentais para se estabelecer uma base de apoio seriam as seguintes:

Contar com fuerzas armadas antijaponezas, emplearlas para infligir derrotas al enemigo y, com ayuda de ellas, movilizas a las masas populares. Así, el establecimiento de bases de apoyo es, antes que nada, el problema de organizar fuerzas armadas. Quienes dirigen la guerra de guerrillas deben dedicar todas sus energias a formar una o mas unidades guerrilleras y, en el transcurso de la lucha, convertirlas gradualmente em cuerpos guerrilleros e incluso em unidades y agrupaciones regulares. Organizar fuerzas armadas es la clave para la creacion de bases de apoyo. Sin fuerzas armadas o com fuerzas armadas mui débiles, nada puede hacerse. Esta es la primera condición. La segunda condición indispensable para esabelecer una base de apoyo consiste em infligir derrotas el enemigo empleando las fuerzas armadas y com el apoio de las masas populares. (...) La tercera condicion indispensable para establecer una base de apoyo consiste em dedicar todos nuestros esfuerzos, incluídos los de las fuerzas armadas, a movilizar las masas en la lucha contra el Japón. En el curso de esta lucha debemos armar al pueblo, es decir, organizar cuerpos de autodefensa y guerrillas. En el curso de esta lucha hay que crear organizaciones de masas, reunir a los obreros, campesinos, jóvenes, mujeres, niños, comerciantes y profesionales na medida que crezcan su grado conciencia política y entusiasmo combativo. (TSÉ-TUNG, 1952, v.II, p.96-97).

Além disso, para Mao existiam condições geográficas específicas para o estabelecimento das bases de apoio. Logo, para ele as bases seriam de três tipos:

Las bases de apoyo de la guerra de guerrillas contra el Japón son em general de três tipos: las de montana, las de llanura y las zonas fluviales, lacustres y de estuários. Es de todos conocida la ventaja de establecer bases de apoyo em las zonas montañosas (...) Las llanuras , por supuesto, son menos apropiadas que las montañas, pero de ningún modo se excluye la posibilidad de desarrollar allí la guerra de guerrillas o establecer algun tipo de bases de apoyo. (...) Hablando objetivamente, la posibilidad de dessarrollar la guerra de guerrilhas y establecer bases de apoyo en las zonas fluviales, lacustres y de estuários, si bien es menor que en las zonas montañosas, es mayor que en las llanuras (TSÉ-TUNG, 1952, v.I, p.92-93).

Seguindo essa mesma análise para dividir os tipos de bases de apoio no Brasil, a Ação Popular afirmava que:

Pode se utilizar também zonas de lagos e estatuários de rios. Em termos gerais, os lugares de difícil mobilização para tropas inimigas, e onde o inimigo não possa atacar com facilidade as tropas revolucionárias. Deve-se escolher os lugares que facilitem ao guerrilheiro dar voltas para iludir o inimigo quando este ataca. Pode – se ou não construir bases de apoio nas planícies? Sim, mas isso depende das condições de massa e do trabalho prévio que tenha feito o Partido neste lugar. Se as massas forem mobilizadas e as guerrilhas contam com seu apoio pode-se construir; mais o trabalho é mais duro, mais difícil, por que o inimigo com facilidade pode concentrar seus efetivos motorizados. Mas com uma direção acertada, e contando-se com o apoio das massas e aplicando-se uma estratégia e uma tática flexíveis e móveis pode-se construir uma base de apoio nas planices; ainda que melhor e mais seguro seja fazê-lo (o estabelecimento da base) nas zonas montanhosas. (AÇÃO POPULAR, ALGUNS PROBLEMAS SOBRE A LUTA ARMADA – ANOTAÇÕES DE CURSO REALIZADO NA CHINA POR MILITANTES DA AP, 1966, p.10).

Na verdade, as bases funcionavam como um ponto de apoio para a AP na sua preparação para a luta contra as forças da ditadura, pois, além disso, no momento de enfrentamento as bases serviriam como ponto de recuo para abastecimento de comida, remédios e armas.

Em relação às condições econômicas do Partido para o desenvolvimento da guerrilha, Mao, em um discurso pronunciado na Conferência sobre a questão da construção econômica de dezessete municípios de Kiangsi em 1933, dizia que:

A intensificação da guerra revolucionária exige que mobilizemos as massas a fim de estender imediatamente a campanha na frente econômica e realizar várias medidas necessárias e possíveis no domínio da construção econômica. Por que? Por que atualmente todo o nosso trabalho deve ter como objetivo obter a vitória na guerra revolucionária e, antes de mais nada, a vitória completa no esmagamento da quinta campanha inimiga do “cerco e aniquilamento”; assegurar condições materiais para garantir provisões e suprimentos para o Exército Vermelho; melhorar as condições de vida das massas populares para que elas participem ainda mais ativamente da guerra revolucionária; organizar as amplas massas populares na frente econômica e educa-las de modo a que forças

populares renovadas venham sustentar nossa guerra; e consolidar, por meio da construção econômica, a aliança dos operários e camponeses e sua ditadura democrática conjunta, bem como reforçar a liderança do proletariado. Por tudo isso, é necessário levar adiante a construção econômica. (sic., TSÉ-TUNG, 1961, v.I, p. 122).

Através da leitura dos documentos da AP, é possível perceber a importância que a política de finanças possuía na organização, devido à necessidade que existia de arrecadar fundos para a sustentabilidade da guerrilha, da militância etc.

A educação política das massas para a guerra, a montagem de bases de apoio no campo, a formação do P. e do exercito popular, a preparação imediata e ativa e o desencadeamento vitorioso da Guerra Popular. São tarefas que exigirão, entre muitas outras coisas, sólidas e amplas bases materiais. Temos que pensar e agir levando em conta que uma grande guerra se aproxima. (...) Significa que temos de montar nossas bases materiais fundamentalmente junto às classes e setores de classes mais revolucionarias de nosso povo e basearmos nossas finanças na soma de grande quantidade de pequenas e medias contribuições. (AÇÃO POPULAR, MODIFICAR NOSSA CONCEPÇÃO IDEALISTA SOBRE AS QUESTÕES MATERIAIS, RETIFICAR E INTENSIFICAR NOSSA POLITICA DE OBTENÇÃO DOS NOSSOS RECURSOS, CONSOLIDANDO ASSIM AS BASES MATERIAIS, TENDO EM VISTA A PREPARAÇÃO ATIVA E IMEDIATA DA GUERRA POPULAR, 1970, p.02).

Desse modo, baseada nessas condições apresentadas anteriormente, a AP escolheu as chamadas áreas estratégicas ou bases de apoio no Brasil, sendo que na Bahia as regiões escolhidas foram Panelinha, Camacã, Eunápolis, Itabuna, Ilhéus, Chapada Diamantina, Candeias e Salvador, sendo que estas duas últimas cidades foram selecionadas para a realização do trabalho nas fábricas.

Com a escolha das regiões feita, iniciou-se o trabalho de organização dessas massas através da integração da militância. Posteriormente, uma mobilização seria feita com o auxílio de quadros saídos das massas camponesas e operárias para o Partido. Em relação ao trabalho a ser feito após a seleção das bases de apoio, Mao Tsé Tung afirma que:

Depois de termos decidido da localização das nossas bases de apoio estáveis e depois de termos disposto as nossas forças e aumentado consideravelmente os efectivos do nosso exercito, o centro de gravidade do trabalho do nosso Partido no Nordeste será o trabalho de massas. É preciso que todos os quadros compreendam que no Nordeste, durante algum tempo, o Kuomintang será mais forte que o nosso Partido, e que, a menos que o nosso ponto de partida seja despertada as massas para a luta, resolver os seus problemas e basear-se nelas em tudo e a menos que mobilizemos todas as forças para trabalhar meticulosamente entre as massas. (TSÉ-TUNG, 1979, v.IV, p.108-109).

Através do contato com as massas, os quadros poderiam realizar trabalhos de investigação da situação política e econômica da população. Após esse reconhecimento inicial, os quadros começavam o trabalho de educação e propaganda para que as massas percebessem as injustiças sociais sofridas. Além disso, fazia-se necessário mobilizá-las combinando lutas econômicas com as lutas políticas e sociais.

Se nos apoiarmos firmemente nas massas, superaremos todas as dificuldades e chegaremos passo a passo à nossa meta. O trabalho de massas consiste em despertá-las para a luta de ajuste de contas com os traidores e lançar campanhas de redução de rendas e de aumento dos salários e campanhas de desenvolvimento de produção. No decorrer destas lutas, devemos formar vários tipos de organizações de massas, criar núcleos de Partido, constituir corpos armados das massas e órgãos do poder político popular, elevar rapidamente a luta econômica das massas ao nível das lutas políticas e levá-las a participar da edificação das bases de apoio. (TSÉ-TUNG, 1979, v.IV, p.109-110).

É interessante ressaltar que a educação dos militantes da AP e dos quadros camponeses e operários era uma preocupação constante da organização. Através da pesquisa realizada nos documentos da Ação Popular foi possível perceber a reprodução de inúmeros textos de Mao Tsé Tung como, por exemplo: *A orientação do movimento juvenil; Sobre a prática; Sobre o tratamento correto das contradições no seio do povo; A Resolução dos 16 pontos; Texto comemorativo ao 22º aniversário da Revolução Chinesa, dentre outros*. Além desses, encontramos um texto de Lin Piao chamado *Salve a vitória da guerra popular*. Já numa série de textos intitulada *Textos para debate* encontramos os textos *Evitemos o culto dos livros, Reforma Agrária, Industrialização na China* e algumas entrevistas concedidas por dirigentes chineses em Pequim reunidas sob o título *Posição dos dirigentes chineses sobre: formação do partido de vanguarda, movimento operário, movimento camponês, frente única, luta armada e revolução cultural*. Além disso, encontramos textos do PCCh nos jornais da AP (*Libertação e Revolução*), textos produzidos pela própria AP em comemoração aos 20 anos da vitória da Revolução Chinesa etc. Assim, isso demonstra o quanto o maoísmo estava presente nas vidas dos militantes da AP desde as práticas revolucionárias até as leituras indicadas pelo Partido.

Vale a pena ressaltar que a Rádio Pequim era ouvida pelos militantes da Ação Popular. O jornal *Libertação* apresentava as seguintes chamadas em suas páginas: “Ouça diariamente a Rádio Pequim nos horários das 09 às 20 horas e das

21 às 22:00 horas. Ponha seu rádio em ondas curtas em 19,25 e 31 metros Rádio Pequim” (JORNAL LIBERTAÇÃO, 1968, p. 07). Através da pesquisa nos jornais da organização pudemos perceber que somente a partir dessa edição notamos as chamadas para que a militância sintonizasse a Rádio Pequim visando que ela se mantivesse informada sobre os acontecimentos sociais e políticos da sociedade chinesa, bem como sobre os posicionamentos oficiais do Estado Chinês frente às questões internacionais.

Durante esse processo de mobilização das massas, os quadros deveriam observar e dar solução aos problemas concretos dos camponeses. Segundo a própria organização, “Temos que prestar atenção aos problemas cotidianos das massas e conseguir benefícios e vantagens palpáveis para elas, para que possam nos considerar seus representantes e considerar a luta armada como sua luta participando ativamente dela.” (AÇÃO POPULAR, CONSTRUÇÃO DA BASE DE APOIO – RESUMO, s.d., p.02).

O Partido Comunista Chinês possuía um trabalho voltado para a resolução dos problemas das massas, de modo que, no II Congresso da República Soviética da China em janeiro de 1934, Mao Tsé Tung afirmava que:

Todos os problemas com que se defrontam as massas em sua vida real devem merecer a nossa atenção. Se tomarmos como decisão esses problemas e se resolvermos de forma a satisfazer as massas, seremos realmente os organizadores da vida das massas e elas realmente se reunirão em torno de nós e nos apoiarão calorosamente. Camaradas, poderemos então conclamar as massas a participarem da guerra revolucionária? Certamente poderemos. (sic., TSÉ-TUNG, 1961, v.I, p.140).

Visando a educação, a mobilização e a organização dos camponeses e operários, a AP seguia a “linha de massas”, através da qual o partido funcionava como dirigente. Seu objetivo principal era partir da análise dos problemas desses grupos e voltar para os mesmos propondo soluções.

Os revolucionários proletários devem servir ao povo. Como servir ao povo? Agindo em seu lugar? Concedendo-lhe sua libertação como um favor? Não, isto não seria possível. Os verdadeiros revolucionários proletários servem as massas populares dirigindo e orientando suas lutas e seus esforços e não substituindo-as. Então, como dirigir as lutas das massas populares sem substituí-las nem pretender monopolizar o trabalho? Tendo o método apropriado de direção política. A direção política da luta de massas abrange dois momentos ou dois aspectos: o momento dos esforços para levar a prática a política, as orientações e as medidas decididas. (...) A linha de massas, como método de direção política da luta

de massas por um partido proletário, é um método para a justa elaboração das decisões a serem tomadas e um método para a justa aplicação da política e orientações estabelecidas. (AÇÃO POPULAR, SOBRE A LINHA DE MASSAS, s.d., p.18).

Os maoístas recomendavam que os quadros seguissem a “linha de massas”. De acordo com esta, o contato entre o partido e a população forneceria a base para o tratamento das contradições existentes no campo ou na fábrica. Assim, os quadros teriam o seguinte papel: recolher todos os desejos das massas confrontá-los com a linha ideológica e política, depois expô-las para que elas fossem mobilizadas em torno desses temas e em seguida educá-las.

La formula “unidad-critica-unidad” es la aplicación en el Partido, de la línea de masas: la relación entre Partido y masas es mantenida y reforzada por la organización permanente de técnicas tendientes a evitar la institucionalización de la separación entre masas y grupo dirigente. La acción de los instrumentos de corrección y de “rectificación” y las masas, es el fruto de una notable sensibilidad práctica; pero ella no puede ser explicada sin una definición teórica del carácter *contradictorio* del proceso social. (PISCHEL, op. cit., p.101)

Em relação a esses métodos de direção utilizados pelo Partido Comunista Chinês, Mao dizia que:

Em todo o trabalho prático do nosso Partido, toda a direção correcta é necessariamente “das massas para as massas”. Isso significa recolher as idéias das massas (idéias dispersas, não sistemáticas), concentra-las (transforma-las por meio do estudo em idéias sintetizadas e sistematizadas), ir de novo as massas para propagá-las e explica-las de maneira que as massas as tomem como suas, persistam nelas e as traduzam em ação; e ainda verificar a justeza dessas idéias no decorrer da propria acção das massas. Depois é preciso voltar a concentrar as idéias das massas e leva-las outra vez as massas, para que estas persistam nelas e as apliquem firmemente. Sucessivamente, repetindo-as infinitamente esse processo, as idéias vão-se tornando cada vez mais correctas, mais vivas e mais ricas. (TSÉ TUNG, 1979, p.179).

Na verdade, para que as bases de apoio se consolidassem e se expandissem seria necessário que as massas populares estivessem organizadas e mobilizadas em torno da luta contra os opressores; deveria haver o estabelecimento de um Exército Popular e por último a destruição do inimigo numa guerra de guerrilhas de caráter prolongado.

Ver se as massas populares se mobilizaram completamente. Para ver se elas estão mobilizadas completamente, não basta que se tenha mobilizado e realizado lutas, mas é preciso ver se elas estão unidas ou não em torno

do nosso partido político. Para comprovar se as massas estão mobilizadas amplamente ou não, temos que ver se as políticas e as normas satisfazem ou não as exigências das massas especialmente as exigências dos camponeses pobres e assalariados. Temos também que ver se o peso da opressão e da exploração do feudalismo e do imperialismo tem sido tirado dos ombros do povo; ver se os latifundiários e déspotas tem sido derrubados ou não. A necessidade de que o povo tenha o seu próprio exercito, ou seja, de que a guerrilha de um pequeno grupo guerrilheiro se transforme em uma grande força guerrilheira capaz de deter e rebater os ataques do inimigo, e também possa dar golpes por sua própria iniciativa em alguns pontos fracos do inimigo (...) Além dessa força armada é necessário organizar de forma generalizada as milícias. Ou seja, além de se ter um exercito desligado da produção, é contar com um amplo exercito armado de milicianos que se encontram dedicados a produção. Estas forças armadas das massas tem um grande poder e prestam um grande serviço: sentinelas, fazem ronda, mensageiros, interrogam os estranhos, conseguem informações. (AÇÃO POPULAR: ALGUNS PROBLEMAS SOBRE A LUTA ARMADA – ANOTAÇÕES DE CURSO REALIZADO NA CHINA POR MILITANTES DA AP, 1966, p.18).

De acordo com Mao Tsé Tung, a expansão e a consolidação das bases de apoio na China se processariam da seguinte forma:

A fin de encerrar al enemigo invasor en un numero reducido de puntos de apoyo, es decir, en las grandes ciudades y a lo largo de las principales líneas de comunicación, debemos hacer todo lo posible para extender, desde nuestras bases de apoyo, la guerra de guerrillas en todas las direcciones y ejercer presión sobre todos los puntos de apoyo del enemigo, amenazando así su existencia, sacudiendo su moral y ampliando al mismo tiempo las bases de apoyo guerrilleras y a las fuerzas armadas locales. Semejante consolidación es necesaria para el mantenimiento de una guerra prolongada y tambien para la ulterior expansión vigorosa. Si en la guerra de guerrillas nos ocupamos unicamente de la expansión y olvidamos la consolidación, no podremos resistir los ataques del enemigo, y como resultado, no solo perderemos el territorio recuperado durante la expansión, sino que correrá peligro la existencia misma de las bases de apoyo. El principio concreto es expansión con consolidación, lo que constituye, un buen método que nos permite avanzar en la ofensiva y defendernos en la retirada. Ya que se trata de una guerra prolongada, ante cada unidad guerrillera se presenta constantemente el problema de la consolidación y expansión de las bases de apoyo. (TSÉ TUNG, 1952, v. II, p.99).

Com o crescimento e a consolidação das bases de apoio graças à constituição de um poderoso Exército Popular e da organização e mobilização das massas populares, as bases poderiam ser convertidas em pontos de partida para o desencadeamento da guerra popular.

Através da leitura do texto de Lin Piao, podemos perceber que a guerra popular se processaria através da guerra de guerrilhas apoiada pela ação das massas populares:

A fim de aniquilar o inimigo, é necessário adotar a política de atraí-lo para que penetre profundamente, enquanto abandonamos algumas cidades e territórios por nossa própria iniciativa, para deixá-lo entrar e em seguida combatê-lo. Só depois de deixar entrar o inimigo, pode o povo participar na guerra de diversas formas e fazer sentir ao máximo o poderio da guerra popular. (...) O camarada Mao Tse Tung resumiu de modo brilhante e estratégia e a tática da guerra popular com as frases seguintes: “Combatéis vosso modo e nós ao nosso: combatemos quando podemos vencer e nos retiramos quando não podemos. Em outros termos, vos apoiáis em armamento moderno e nós nas massas populares com alta consciência revolucionária; colocais em pleno vigor vossa superioridade e nós a nossa; tendes vosso método de combater e nós os nossos. Quando quiserdes atacarmos, não vós permitiremos fazê-lo e nem se quer encontrar-nos. Mas quando nos atacarmos, acertaremos o alvo, vos assestaremos golpes certos e vos aniquilaremos (...) Todas as nossas orientações estratégicas e táticas se baseiam na nossa vontade de combater. Quando nos retiramos sempre o fazemos com vistas a combater e aniquilar até o fim e completamente o inimigo. Se apoiando-nos nas amplas massas populares podemos levar a cabo esta estratégia e esta tática. A aplicando-as, podemos dar plena expansão à superioridade da guerra popular e a compelir o inimigo a uma posição passiva a fim de ser golpeado, por superior que seja em equipamentos e sejam quais forem os meios em empregar, conservando sempre a iniciativa em nossas mãos. (PIAO, p.13).

A preparação e o posterior desencadeamento da guerra popular podem ser definidos como centro das atividades organizadas pela Ação Popular. De modo que, segundo a Ação Popular,

Devemos acelerar o ascenso da revolução e elevar seu nível em escala nacional. Para isso, é necessário apresentar com justeza a deflagração da guerra popular no Brasil. Assim, devemos agarrar firmemente a nossa tarefa mais necessária e urgente: a preparação ativa e imediata da guerra popular. Aqui deve se também distinguir duas posições: “Travar amplas lutas de massa em escala nacional e conquistas amplas massas em todas as regiões do país, para então armá-las e desencadear a guerra.” Ou: colocar o trabalho camponês em primeiro lugar, principalmente nas áreas importantes para a guerra. E desde já, começar a preparar ideologicamente, politicamente, organicamente, tecnicamente, materialmente, o Partido e o povo para a luta armada, no processo de mobilização política.” Esta última é a posição correta. É a única maneira de aprofundar a fé revolucionária das massas populares do país, deflagrar a guerra popular e assim acelerar o ascenso da revolução nacional democrática. (AÇÃO POPULAR, JORNAL LIBERTAÇÃO, set. 1970, p.08).

Através da pesquisa nos jornais podemos encontrar em exemplares dos meses de janeiro³⁸ e fevereiro³⁹ que retratam a mobilização política das massas de trabalhadores no Nordeste pela Ação Popular. Os trabalhadores foram mobilizados pela organização na luta contra a fome, melhores salários, melhores condições de trabalho, sendo que chegaram até mesmo a ocorrer invasão de cidades,

³⁸ AÇÃO POPULAR. Jornal Liberdade, Ano 03, n. 29, jan. 1971.

³⁹ AÇÃO POPULAR. Jornal Liberdade. Ano 3, n. 28, fev. de 1971.

desapropriações etc. Vale a pena ressaltar que tais ações são definidas nos jornais como elementos importantes na preparação da guerra popular.

Essas experiências elevam seu nível de consciência política. Aperfeiçoam sua capacidade de agir organizados. Preparem-nos para a luta armada. Dirigidas por uma política proletária são fatores de grande importância para a preparação e deflagração de uma grande e vitoriosa guerra popular. (AÇÃO POPULAR, JORNAL LIBERTAÇÃO, fev. 1971, p.10).

O papel dos militantes seria intensificar e dirigir as lutas para que estas obtivessem benefícios para as massas. Porém, deveriam mostrar as massas populares que tais lutas

Embora justas e necessárias não resolvem os problemas dos flagelados pela seca. Seus problemas só serão resolvidos num governo popular e não nesse governo que serve ao imperialismo, a burguesia entreguista e seus latifundiários. E, para que haja um governo popular em nosso país é preciso desfechar uma guerra de todo o povo para derrotar esta ditadura militar. (AÇÃO POPULAR, JORNAL LIBERTAÇÃO, 1971, p.07).

O maoísmo exerceu uma atração muito forte sob os países da Ásia, da África e da América Latina, de tal maneira que a adoção da estratégia de estabelecimento de bases de apoio e a utilização do campo para cercar as cidades se tornaram a opção revolucionária do momento para vários partidos do Terceiro Mundo na luta contra as ditaduras e o imperialismo. Segundo Lin Piao,

Atualmente, muitos países e povos da Ásia, África e América Latina são vítimas da intensa agressão e do subjugamento do imperialismo norte americano e seus lacaios. No fundo, as condições econômicas e políticas de um bom número desses países têm muito em comum com as que prevaleciam na velha China. Como na China de então, neles o problema camponês adquire extrema importância. São os camponeses que constituem a força principal na revolução nacional democrática dirigida contra o imperialismo e seus lacaios. Ao agredir esses países, os imperialistas sempre começam a ocupar as grandes cidades e vias de comunicação importantes, mas não estão em condições de estabelecer seu controle total sobre as extensas zonas rurais. O campo, e só o campo, pode ser a base onde os revolucionários podem marchar para vitória final. É por isso que a teoria do camarada Mao Tsé Tung sobre a criação das bases revolucionárias nas zonas rurais e a utilização do campo para rodear as cidades exerce uma atração cada vez maior sobre os povos dessas zonas. (sic., PIAO, p.17).

A melhor forma de se vencer o inimigo seria adotar formas de luta adequadas às características do seu país. Assim, percebemos que a Ação Popular fez

justamente ao contrário: transplantou o modelo da Revolução Chinesa para ser aplicado no Brasil.

A estratégia revolucionária traçada por Mao foi fundamentada numa análise concreta da realidade chinesa, de maneira que falar em revolução nacional democrática popular num país semi-feudal e semi-colonial, utilizando a estratégia da guerra popular prolongada cercando as cidades a partir dos campos através de uma frente única formada pelo proletariado apoiado pelos camponeses se referindo à revolução brasileira, se constitui num contra-senso. Afinal, essas características se adequariam à revolução na China e não no Brasil.

Em relação a tais aplicações mecânicas de modelos revolucionários ao Brasil, Caio Prado afirma que as formas escolhidas foram utilizadas em países coloniais e semi-coloniais da Ásia. O autor alega que

Essas idéias no geral se inspiram – ou se inspirariam no passado, pois hoje, de tão antigas, já não há mais lembrança da origem espúria – em figurinos estranhos ao Brasil, e muitas vezes não passando de simples e mecânicos decalques, sem mesmo adaptação alguma de teorias e concepções completamente alheias à nossa realidade. Nesta questão de estrutura e inter-relacionamento das classes e categorias sociais brasileiras, tanto como na afirmação do “feudalismo” de nossas instituições econômicas cuja inconseqüência já foi acima apontada que se relaciona muito de perto com o assunto que estamos tratando, os teóricos “marxistas” tradicionais trazem pra cá e introduzem na realidade brasileira outros e não menos desambientados figurinos exóticos. O principal deles é do “latifundiário” pseudo – senhor feudal que dentro das relações feudais e semi-feudais de produção e trabalho, explora o campesinato a ele subordinado. Já se viu acima que não há no Brasil um sentido próprio e essencial, viu acima que não há no Brasil, no sentido próprio e essencial, relações assimiláveis às do feudalismo. O que existe e tem servido de exemplificação e comprovação do “feudalismo” brasileiro, são remanescentes de relações escravistas, o que é bem diferente, tanto no que respeita à natureza institucional dessas relações, como, e mais ainda, no que se refere as conseqüências de ordem econômica, social e política daí decorrentes. (sic.) (PRADO, 1999, p. 104).

A Ação Popular influenciada pelo pensamento de Mao Tsé Tung transplantou para o Brasil o modelo de revolução desenvolvido na China. Desse modo, os militantes da AP enviaram seus militantes pequenos burgueses para o trabalho produtivo nas fábricas no campo para se conviverem com as massas, entrassem na vida delas e a partir disso conseguissem educá-las e mobilizá-las nestas regiões rurais que supostamente se enquadravam nas mesmas condições econômicas, topográficas e políticas das bases de apoio chinesas. Países com características

econômicas, físicas e políticas tão distintas jamais poderiam desenvolver os mesmos moldes de revolução. Entretanto, torna-se importante se tentar compreender os motivos pelos quais Ação Popular, uma organização proveniente de um país com realidades tão distintas da China poderia aderir ao maoísmo.

Na verdade, o maoísmo apresentava uma série de atrativos para uma organização formada por jovens estudantes pertencentes à pequena burguesia como a Ação Popular. A partir de 1966, a “Revolução Cultural Proletária” teve início na China, sendo marcada por um grande entusiasmo juvenil e um caráter tipicamente rebelde, aspectos que atraíram bastante a Ação Popular e fizeram com que a AP colocasse em prática a integração da sua militância, criasse bases de apoio na Bahia e em outras cidades do Brasil e visasse com isso o desencadeamento da guerra popular em nosso país.

O maoísmo apresentava uma proposta de revolução violenta, pregava à idéia da integração à produção dos seus quadros visando dar fim aos “desvios pequeno-burgueses”, defendia a separação entre o trabalho manual e intelectual etc. Tais aspectos podem ser vistos como uma indicação para que possamos entender a adesão ao maoísmo por uma organização marcada pela excessiva ação política e uma menor dedicação à reflexão, à análise e ao debate, mas que possuía uma militância marcada por um ânimo juvenil regido por concepções utópicas libertárias e com um grande senso de responsabilidade política.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do texto, abordamos o período da história da Ação Popular, no qual esta organização colocou em prática o processo de “integração na produção”, visando através dessa prática política buscar o apoio e a participação dos camponeses nas ações da organização.

A “integração na produção” foi posta em prática pela Ação Popular a partir de 1967, através do envio de sua militância para as áreas estratégicas no campo ou na fábrica na Bahia para a preparação da guerra popular prolongada cercando as cidades a partir dos campos. Toda a preparação da militância e a estruturação da integração como mostramos pode ser vista como reflexo da presença das idéias maoístas na AP, visto que os contatos entre a Ação Popular e a China se processavam antes mesmo do golpe, o que nos faz entender que a adesão ao maoísmo foi resultado de um longo processo de discussões internas.

Acreditamos que esta dissertação pela sua diferente abordagem investigativa contribui para preencher uma lacuna no que diz respeito à história da Ação Popular, na medida em que procuramos seguir um caminho ainda não explorado pelos estudiosos das esquerdas que é analisar a influência do pensamento de Mao Tsé Tung numa organização política. Afinal, poucos trabalhos, como a tese de doutorado de Jean Rodrigues Sales, que estudou a influência da Revolução Cubana nas organizações da esquerda brasileira, se propuseram a analisar os pressupostos teóricos que influenciaram as práticas de uma organização.

Após a coleta de dados, podemos perceber que a documentação pesquisada juntamente com os depoimentos orais forneceu embasamento para que pudéssemos comprovar que a escolha do maoísmo como estratégia revolucionária implicou grandes mudanças na organização. Logo que, através de nossa pesquisa pudemos encontrar a reprodução de inúmeros textos de Mao Tsé Tung e até mesmo sua presença em coletâneas de textos que faziam parte de uma série voltada para a preparação política dos militantes chamada *Textos para debate*. Através disso, podemos perceber que o maoísmo estava presente desde as leituras até o desencadeamento das ações estratégicas da AP para a preparação da guerra popular no Brasil através integração dos seus quadros na produção.

Nosso trabalho objetiva oferecer como principal contribuição posicionar a importância que o maoísmo teve na trajetória da Ação Popular, mostrando que sua adoção foi muito mais do que um encontro entre aspectos pregados pelo maoísmo como o igualitarismo, serviço e ligação com as massas e uma organização de origem cristã. Além disso, estamos abrindo caminho para a reflexão da importância que o pensamento de Mao Tsé Tung pode ter como fonte teórica nas práticas de outras organizações, tais como PC do B (Ala Vermelha) e o Partido Comunista Revolucionário.

REFERÊNCIAS DOS DOCUMENTOS DA AÇÃO POPULAR

DOCUMENTOS LOCALIZADOS NO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO – DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL DE SÃO PAULO

AÇÃO POPULAR. **Estratégia revolucionária**, s.d.

_____. **Instrução sobre organização revolucionária**, [S.l.]: [s.n],s.d.

_____. **Jornal Revolução**: um jornal a serviço da revolução brasileira, Ano 03, 16 fev. 1966.

_____. **Relatório sobre o seminário do estudante do mundo subdesenvolvido**, 1963.

DOCUMENTOS LOCALIZADOS NA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO - CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO CIENTÍFICA “PROFº CASEMIRO DOS REIS FILHO”.

AÇÃO POPULAR. **Jornal Libertação**. [S.l.], Ano 02, n. 02, 15 maio 1968.

_____. **Jornal Libertação**. [S.l.], Ano 03, n. 25, set. 1970.

_____. **Jornal Libertação**. [S.l.], Ano 03, n. 28, fev. 1971.

TORRES, P. **Uma experiência junto ao proletariado**. Chile, 1972.

**DOCUMENTOS LOCALIZADOS NO ARQUIVO EDGARD LEUENROTH
FUNDO DUARTE PEREIRA**

AÇÃO Popular. **Alguns problemas sobre a luta armada:** anotações de um curso realizado na China, 1966.

_____. **Bases para sistematização e aprofundamento da linha específica do Partido para o movimento operário.** 1969.

_____. **Chamamento da comissão executiva provisória da direção nacional de Ação Popular.** Set. 1969.

_____. **Comunicado Preparatório da II Reunião Ampliada da Direção Nacional.** 1969.

_____. **Esboço de um histórico da Corrente 1.** 1969.

_____. **Finanças:** um problema vital. Textos para militante n. 03, 1966.

_____. **Informe sobre a I Conferencia das OLAS.** s.d.

_____. **Jornal Libertação,** Ano 01, n. 02, 15 de maio 1968.

_____. **Jornal Libertação,** Ano I, n. 09, 01 a 15 de out. 1968.

_____. **Jornal Libertação,** Ano 02, n. 20, fev. 1970.

_____. **Jornal Libertação,** Ano 03, n. 29, jan. 1971.

_____. **Orientação geral para elaboração de planos de estudo em todas as organizações do Partido.** Abr. 1970.

_____. **Orientação da Comissão Executiva Provisória sobre o trabalho de formação teórica dentro do Partido.** 1970.

_____. **Os seis pontos,** jul. 1968).

_____. Circular da Comissão da Executiva Provisória da Direção Nacional. **Preparar ativamente a guerra popular, realizar a pesquisa de áreas estratégicas, implantar bases de apoio no campo.** nov. 1969.

_____. **Profissionalização dos quadros: uma necessidade urgente.** Texto para militantes n. 04, jun. 1966.

_____. **Política de massas de caráter revolucionário para o movimento camponês.** Jun. 1968.

_____. **Relatório da Reunião Interregional das Regiões 6-7-8.** jun. 1970.

**DOCUMENTOS LOCALIZADOS NO ARQUIVO EDGARD LEUENROTH –
FUNDO BRASIL NUNCA MAIS**

AÇÃO POPULAR. Anexo II Luta armada – apoio dos camponeses, criação de bases de apoio, s.d.

- _____. **Audácia nos objetivos e rigor nos métodos**, jun. 1969.
- _____. **Boletim do Trabalhador Rural**. n. 06, s.d.
- _____. **Camacã – Histórico**. s.d.
- _____. **Comunicado da 1º Reunião Inter-regional**, maio 1970.
- _____. **Critérios para reavaliação de militância ou aferição de nível**. s.d.
- _____. **Crítica ao informe sobre a OLAS**, s.d.
- _____. **Cursos**, s.d.
- _____. **Curso – alfabetização de adultos**. 22 de fev. 1968.
- _____. **Documento – Organização**. s.d.
- _____. **Duas Posições**. set. 1968.
- _____. **Encontro Nacional Operário**. s.d.
- _____. **Integração com as massas – integração na produção**, s.d.
- _____. **Integração com as massas- roteiro para discussão**, s.d.
- _____. **Integrar-se em todos os aspectos da vida das massas, construir solidamente o Partido Revolucionário Proletário para comandar a guerra do povo**, mar. 1969.
- _____. **Intensificar e unificar a luta de massas da classe operária. Assimilar profundamente as diretrizes básicas do primeiro informe e aplicá-las corretamente**. 27 fev. 1970.
- _____. **Jornal Libertação**. Ano II, n. 27, nov. de 1970.
- _____. **Jornal Libertação**. Ano II, n. 28, dez. de 1970.
- _____. **Jornal Revolução**. Um Jornal do Povo a Serviço da Revolução Brasileira, n. 05, 21 maio 1966.
- _____. **Luta armada e criação das bases de apoio**. s.d.
- _____. **M.E estratégia e tática**, s.d.

_____. **Modificar nossa concepção idealista sobre as questões materiais, retificar e intensificar nossa política de obtenção nos nossos recursos, consolidando assim nossas bases materiais, tendo em vista a preparação imediata da guerra popular.** 1970.

_____. **Normas Gerais de Segurança.** 1968.

_____. **Preparação ativa e imediata da guerra popular entre os estudantes,** ago. 1970.

_____. **Questões da tática e da estratégia- perguntas e respostas,** s.d.

_____. **Resolução sobre o Debate Teórico Ideológico.** s.d.

_____. **Roteiro de pesquisa.** s.d.

_____. Sem título, s/data. (Anexo 6679)

_____. Sem título, s/data (Anexo 6676)

_____. **Sobre a linha de massas.** s.d.

_____. **Sobre a pichação e outras formas de agitação e propaganda** s.d.

_____. **Sobre pesquisa,** s.d..

_____. **Textos,** s.d.

_____. **Pesquisa localizada,** s.d.

_____. **Pesquisa sobre a situação da organização,** s.d.

CARTA para Militante Maria Ieda. Camacã, Bahia, [1967].

MANUSCRITO. 29 mar. 1971.

PEDRO. **Carta ao companheiro Guilherme.** [S.l.], 25 ago.1968.

**DOCUMENTOS LOCALIZADOS NO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO - FUNDO JAIR FERREIRA DE SÁ**

AÇÃO POPULAR. **Construção da base de apoio** (resumo). s.d.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, V. **O fascínio do vivido, ou o que atrai na história oral**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2000.

ALMEIDA, J. **Militância na Ação Popular**: depoimento oral:[2004]. Entrevistadora: Cristiane Soares de Santana. Salvador:[s.n.],..... 2004, 1 fita cassete (60 min.), estéreo. Entrevista concedida a aluna regular do Curso de Mestrado em História Social. (Ex-militante Ação Popular).

AQUINO, M.A. et al. **A Constancia do olhar vigilante**: a preocupação com o crime político. Família 10 e 20. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil nunca mais**. São Paulo: Vozes, 1988.

ARRUTI, J.C. **Militância na Ação Popular**: depoimento oral:[2004]. Entrevistadora: Cristiane Soares de Santana. Salvador:[s.n.], 20 set. 2004, 1 fita cassete (60 min.), estéreo. Entrevista concedida a aluna regular do Curso de Mestrado em História Social. (Ex-militante Ação Popular).

AUDREY, F. **China 25 anos, 25 séculos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

BARROS, J. D'Assunção. História comparada: um novo modo de ver e fazer a história. **Revista de História Comparada**, Local, v.1, n.1, jun. 2007.

_____. **O campo da história**: especialidade e abordagens. Petrópolis: Vozes, 2004.

BEOZZO, J.O. **Cristãos na universidade e na política – história da JUC e da AP**. Petrópolis: Vozes, 1984.

BERNAL, M. Mao e a Revolução Chinesa. In: HOBBSAWN, E. (Org.). **História do Marxismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. 8.

BETTLHEIM, C. **Revolução Cultural e organização do trabalho industrial na China**. Tradução de Rita lima. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. Título original: Révolution culturelle et organization industrielle em Chine.

BETTLHEIM, C; CHARRIESE, J. ; MARCHISIO, H. **A construção do socialismo na China**. Porto: Editora Portuguesa, 1971.

BRITO, A.M.F. **Capítulos de uma história do movimento estudantil na UFBA**. 2003. 133 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia Ciências História, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

BOTOSSO, M. A guerrilha rural no Brasil pós – 1964. **Estudos de História**, Franca, v.8, n, 01, 2001.

BULATOV, B. **O maoísmo contra a cultura - A Revolução Cultural na China e seus efeitos**. Lisboa: Edições Sociais, 1977.

CARDOSO, C.F. **Uma introdução a história**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

CAVALCANTE, R. As mil e uma faces de Mao. **Revista Aventuras na História: viajando no tempo**. v.32, p. 30-37, Abr. 2006.

CHANG- FENG, C. **Em La Gran Marcha com el Presidente Mao**. 1960. (Ediciones em Lienguas Extranjeras Pekin).

CHANG, J. **Cisnes selvagens: as três filhas da China**. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. **Mao y la Revolución China**. Barcelona: Ediciones oikos-tau, 1966.

CHANG-SHENG, S. Interações entre Mao e os guardas vermelhos na Revolução Cultural. *Revista Diálogos*, Maringá, Universidade Estadual do Maringá, v.9, n.3, p. 137-166, 2005.

_____. O movimento Cem Flores: uma reflexão sobre a política do Partido Comunista Chinês em relação aos intelectuais. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/nec/textos/text32.PDF>>. Acesso em: 18 jun. 2006.

CONCEIÇÃO, G. H. **Partidos Políticos e Educação: A extrema esquerda brasileira e a concepção de partido como agente educativo**. 1999. Tese (Doutorado em Educação). UNICAMP.

CONCEIÇÃO, M. da. **Essa terra é nossa: depoimento sobre a vida e as lutas camponesas no estado do Maranhão**. Petrópolis: Vozes, 1980.

DAUBIER, J. **História da revolução cultural chinesa**. Lisboa: Editorial Presença, 1974. v.1.

_____. **História da revolução cultural chinesa**. Lisboa: Editorial Presença, 1974. v. 2.

DEUTSCHER, I. **Ironias da história: ensaios sobre o comunismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

DEVILLERS, P. **Conhecer Mao**. Lisboa: Ática, 1976.

DIAS, J.A. **A subversão da ordem**: manifestações de rebeldia contra o regime militar na Bahia, 1964-1968. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

DIAS, R. **Sob o signo da revolução brasileira**: a experiência da Ação Popular do Paraná. Maringá: Eduem, 2003.

DIAS, R.B. A história da ação popular na perspectiva do PC do B: uma análise da obra de Haroldo Lima e Aldo Arantes sobre a história da AP. **Revista Diálogos**, DHI/PPH/UEM, v.10, n.1, p. 143-175, 2006.

DOUTOR SERGIPE. **Militância na Ação Popular**: depoimento oral: [2004]. Entrevistadora: Cristiane Soares de Santana. Salvador:[s.n.], 13 out. 2004, 1 fita cassete (60 min.), estéreo. Entrevista concedida a aluna regular do Curso de Mestrado em História Social. (Ex-militante Ação Popular).

FALCON, F. História e poder. In: CARDOSO, C.F.; VAINFAS, R. (Org.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia, Campus: [s.n.], 1997.

FAN, K.H. **La revolucion cultural China**. [S.l.]: Ediciones Era, 1970. (Documentos selecionados y presentados por K.H.Fan).

FERREIRA, B. **Militância na Ação Popular**: depoimento oral [2004]. Entrevistadora: Cristiane Soares de Santana. Salvador:[s.n.], 07 out. 2004. 1 fita cassete (60 min.), estéreo. Entrevista concedida a aluna regular do Curso de Mestrado em História Social. (Ex-militante Ação Popular).

FERREIRA, J.; DELGADO, L. A.N. (Org.). **O Brasil republicano**: o tempo da experiência democrática da democratização de 1945 ao golpe civil- militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 3.

FERREIRA, M. Carlos Marighella: revolução e antinomias. In: NÓVOA, J. NOVA, C. **Carlos Marighella**: o homem por trás do mito. São Paulo: UNESP, 2000.

FERREIRA, M.M. A nova “velha história”: o retorno da História Política. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n.10, p. 265-271, 1992. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arg/109.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2008.

FERREIRA, M.M.; AMADO, J. (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FERREIRA, M.; ALMEIDA, E. Marxistas e cristãos: ontem e hoje. **Revista Princípios**, n. 29, 1993.

FERREIRA, M. de M. História, tempo presente e história oral. **Revista Topoi**, Rio de Janeiro, dez. 2002, p. 314-332. Disponível em : <http://www.ifcs.ufrj.br/~ppghis/pdf/topoi5a13.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2008.

FREIRE, A. ; ALMADA, I. (Org.). **Tiradentes**: um presídio da tortura – memórias dos presos políticos. São Paulo: Spicione, 1997.

GARCIA, M.A. Da crítica ao maoísmo da AP nasce o PRT. In: **Jornal em Tempo**, [S.l.], Ano II, n. 23, p.12, 27 set. a 3 out. 1979.

GARRIDO, J.A. As fontes orais na pesquisa história: uma contribuição ao debate. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.13, n. 25-26, p.33-54, set. 1992 a ago.1993.

GORENDER, J. **Combate nas trevas**. São Paulo: Ática, 2003.

GUSMÃO, S. B. de. “Jair, clandestino há 15 anos”. **Jornal da República**, São Paulo, 08 set. 1979.

HALLIDAY, J.; CHANG, J. **Mao**: a história desconhecida. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HOBBSAWN, E. J. **Revolucionários**: ensaios contemporâneos. Tradução de João Victor Garcia e Adelângela Saggiaro Garcia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

JELOKHOVTSEV, A. **A “Revolução Cultural” vista de perto**. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

KADT, E. de. **Católicos radicais no Brasil**. Tradução de Maria Valentina Rezende e Maria Valéria Rezende. João Pessoa: Editora Universitária / UFPB, 2003.

KERKFOF, L. V. I ; MATZHEN, R.H. **El Maoísmo**. 2.ed.[S.l.]: Fundacion Editorial de Literatura Reformada (FELIRE), 1996.

LIMA, H. **Militância na Ação Popular**: depoimento oral:[2004]. Entrevistadora: Cristiane Soares de Santana. Salvador:[s.n.], 20 nov. 2004, 2 fitas cassete (120 min.), estéreo. Entrevista concedida a aluna regular do Curso de Mestrado em História Social. (Ex-militante Ação Popular).

_____. ARANTES, A. **História da ação popular**: da JUC ao PC do B. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

LIMA, S. **Zé**. Belo Horizonte: Edições Mazza. 1998. 224p.

LOWY, M. Marxismo e cristianismo na América Latina. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**. N. 19, nov. 1989.

_____. Cristianismo da libertação e marxismo de 1960 a nossos dias. In: RIDENTI, M.; REIS, D.A. (Org.). **História do marxismo no Brasil: partidos e movimentos após os anos 1960**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

LU- YEN, L. Reforma Agrária. In: Ação Popular. (**Textos para debates, 5**).

MAINWARING, S. **Igreja católica e política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MANDEL, E.; WU, S.; ROSSI, C.; ROUSSET, L. **A China antes e depois de Mao**. [S.I.]: Edições Antídoto, 1977.

MANFREDINI, L. **As moças de Minas** : uma história dos anos 60. São Paulo: Alfa-ômega, 1989.

MARTINS FILHO, J.R. **Movimento estudantil e militarização do estado no Brasil (1964-1968)**. São Paulo: Papyrus, 1987.

_____. **Movimento estudantil e militarização do estado no Brasil (1964-1968)**. 1986. Dissertação (Mestrado em História) – UNICAMP, Campinas.

MATTOS, M.A.V.L.; SWENSSON, W. C. **Contra os inimigos da ordem: a repressão política do regime militar brasileiro (1964-1985)**. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

MEIHY, J.C.S.B. Os novos rumos da história oral: o caso brasileiro. **Revista de História**, v.155, n. 2, p.191-203,2006.

MEIHY, J.C.S.B. (Org.). (Re)Introduzindo a história oral no Brasil. In: **Encontro Regional de História Oral Sudeste – Sul 1995**. São Paulo: Xamã, 1996.

MEYER, C. O último filho do céu. **História Viva**, Ano I, n. 10, p.64-65, Ago. 2004.

MODERNO, J.R.C. **O pensamento de Mao Tse Tung**. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

MORAES, M.B. **A Ação social católica e a luta operária: a experiência dos jovens operários católicos em Santo André (1954-1964)**. 2003. 207 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2003.

MORAVIA, A. **A Revolução cultural chinesa**. [S.I.]: Publicações Europa-América, 1967.

NADER, A.B. **Os autênticos do MDB: semeadores da democracia.** História Oral e vida política. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

NAVES, M. B. **Mao: o processo da revolução.** [S.l.]: Brasiliense, 2005.

NÚCLEO DE ESTUDOS DO MARXISMO LENINISMO MAOÍSMO. **A carta chinesa - a grande batalha ideológica que o Brasil não viu.** 2003. 67-68, 430. (Coleção Marxismo Contra o Revisionismo, 2).

OLIVEIRA, F. **Paixão e Revolução:** Capítulos sobre a história da AP. 2000. 550 f. Tese (Doutorado em História), IFCH, Universidade Federal Pernambuco, Pernambuco.

OLIVEIRA, M. **Militantes operários e operários militantes:** A experiência da “integração na produção” na história da Ação Popular (1965-1970). Dissertação (Mestrado em História). 2005. 213 f. IFCH, Universidade Estadual de Campinas.

PEREIRA, H.; AZEVEDO, R. de. Manoel, uma das mais importantes lideranças camponesas do Brasil em todos os tempos. **Revista Teoria e Debate**, p.50-59, fev./mar. 2005.

PEREIRA, M. do R. **Militância na Ação Popular:** depoimento oral:[2007]. Entrevistadora: Cristiane Soares de Santana. São Paulo:[s.n.], 23 maio 2007, MP3. Entrevista concedida a aluna regular do Curso de Mestrado em História Social. (Ex-militante Ação Popular).

PEYREFITTE, A. De Confúncio a Mao: a tradição da autocrítica na China. **História Viva.** Ano I, n. 10, p. 58-63, Ago. 2004.

PIAO, L. **Salve a vitória da guerra popular.**

PISCHEL, E. (Org.). **La revolucion cultural China.** Argentina: Ediciones Pasado y Presente, 1973.

POMAR, W. **A Revolução chinesa.** São Paulo: Editora UNESP, 2003.

POY-PO. Industrialização na China. In: Ação Popular. (**Textos para debates, 5**).

PRADO JÚNIOR, C. **A Revolução brasileira.** São Paulo: Brasiliense, 1999. (1ª reimpressão).

REIS FILHO, D. A. **Ditadura militar, esquerdas e sociedades.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor; 2002.

_____. **A revolução chinesa.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

_____. (Org.). **História do marxismo do Brasil I.** São Paulo: Paz e Terra, 1991.

_____. SÁ, J. F. de. **Imagens da revolução**: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971. São Paulo: Expressão Popular, 2006

_____. O maoísmo e a trajetória dos marxistas brasileiros. In: MORAES, J.Q. de; REIS FILHO, D.A. (Org.). **História do marxismo do Brasil I** :o impacto das revoluções. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra; 2003.

_____. **A Revolução faltou ao encontro**: os comunistas do Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

REMOND, R. Por que a história política. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.7, n. 13, p. 7-19, 1994, Disponível em : <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/130.pdf>>. Acesso em: 04 set. 2006.

_____. (Org.) **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RIDENTI, M. Ação Popular: marxismo e cristianismo. In: RIDENTI, M.; REIS, D.A. (Org.). **História do marxismo no Brasil** : Partidos e organizações dos anos 20 aos 60. Unicamp: São Paulo, 2002. v.V.

ROBINSON, J. **A revolução cultural na China**. Lisboa: Editora Ulisseia, 1968.

ROLLEMBERG, D. **Apoio de Cuba a luta armada no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

ROLLEMBERG, E. **Militância na Ação Popular**: depoimento oral:[2004]. Entrevistadora: Cristiane Soares de Santana. Salvador:[s.n.], 21 set. 2004, 1 fita cassete (60 min.), estéreo. Entrevista concedida a aluna regular do Curso de Mestrado em História Social. (Ex-militante Ação Popular).

SADER, E. **Mao Tse Tung** : política. São Paulo: Ática, 1982.

SALES, J.R. **O impacto da revolução cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1974)**. 2005. Tese (Doutorado em História)-IFCH, Universidade Estadual de Campinas.

SANTOS, A.C. **Ação entre amigos**: história da militância do PC do B (1965-1973). 2004. 250 f. Dissertação (Mestrado em Historia)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

SCHRAM, S. **Mao Tse Tung**. Rio de Janeiro: Biblioteca Universal Popular, 1968.

SEMERARO, G. **A primavera dos anos 60 - a geração de Betinho**. São Paulo: Loyola, 1994.

SHILLING, V. **A revolução na China: colonialismo/maoísmo/ revisionismo**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.

SIJIE, D. **Balzac e a costureirinha chinesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

SNOW, E. **A Longa revolução**. 1973. (Publicações Dom Quixote).

SPENCER, J. **Mao**. [S.l]: Editora Objetiva, 2000.

SOUZA, C.M. de. **Pelas ondas do rádio: cultura popular, camponeses e o Movimento de Educação de Base**. 2006. 365 f. Tese (Doutorado em História) - IFCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SOUZA, L.A.G. de. **A JUC: os estudantes católicos e a política**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984.

SOUZA, M.L. de. **Militância na Ação Popular: depoimento oral:[2006]**. Entrevistadora: Cristiane Soares de Santana. Salvador:[s.n.], 08 abr. 2006, 1 fita cassete (60 min.) estéreo. Entrevista concedida a aluna regular do Curso de Mestrado em História Social. (Ex-militante Ação Popular).

SOUZA, P. de. **Militância na Ação Popular: depoimento oral:[2004]**. Entrevistadora: Cristiane Soares de Santana. Salvador:[s.n.], 14 nov. 2004, 2 fita cassete (120 min.), estéreo. Entrevista concedida a aluna regular do Curso de Mestrado em História Social. (Ex-militante Ação Popular).

TIBURCIO, C ; SADER, E. "Líder da AP volta a legalidade, após 15 anos de clandestinidade." In: **Jornal em Tempo**, [S.l.], Ano II, p.12, 20 a 26 de set. 1979.

TOLEDO, C.N. de (Org.). **1964: Visões críticas do golpe – democracia e reformas no populismo**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

_____. **O governo Goulart e o golpe de 64**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

TSÉ TUNG, M. Atenção as condições de vida das massas e aos métodos de trabalho (1934). In: _____. **Mao Tsé-Tung: obras escolhidas**. Traduzido por Renato Guimarães. Rio de Janeiro: Vitória, 1961. v.I, p.140

_____. Devemos dar atenção ao trabalho economico (1933). In: _____. **Mao Tsé-Tung: obras escolhidas**. Traduzido por Renato Guimarães. Rio de Janeiro: Vitória, 1961. v.I, p. 122.

_____. Lutar Para Ganhar Milhoes e Milhoes de Pessoas para a Frente Única Nacional Antijaponesa (1937). In: _____. **Mao Tsé-Tung: obras escolhidas**. Traduzido por Renato Guimarães. Rio de Janeiro: Vitória, 1961. v.I, p.268-269.

_____. Uma simples centelha pode incendiar uma campina (1930).
In: _____. **Mao Tsé-Tung**: obras escolhidas. Traduzido por Renato Guimarães.
Rio de Janeiro: Vitória, 1961. v.I, p.117.

_____. Sobre a prática (1937). In: _____. **Mao Tsé-Tung**: obras
escolhidas. Traduzido por Renato Guimarães. Rio de Janeiro: Vitória, 1961. v.I,
p.272-287.

_____. Informe sobre uma pesquisa feita no movimento camponês em Hunan.
In: : _____. **Mao Tsé-Tung**: obras escolhidas. Traduzido por Renato Guimarães.
Rio de Janeiro: Vitória, 1961. v.I, p. 24-25.

_____. Problemas de la guerra y de la estrategia (1938). In: _____.
Obras escogidas de Mao Tsetung. Obra traduzida. Peru: Fondo de Cultura
Popular, 1952, v.II, p.225-242.

_____. Problemas estratégicos de la guerra de guerrilhas contra el japon
(1938). In: _____. **Obras escogidas de Mao Tsetung**. Obra traduzida.
Peru: Fondo de Cultura Popular, 1952, v.II, p. 92-93, 96-97, 99.

_____. Sobre la guerra prolongada (1938). In: _____. **Obras
escogidas de Mao Tsetung(1938)**. Obra traduzida. Peru: Fondo de Cultura Popular,
1952, v.II, p.136.

_____. A propósito dos métodos da direção (1943). In: _____. **Obras
escolhidas de Mão Tsetung**. Obra traduzida. São Paulo: Editora Alfa-omega LTDA.
1979, v. III, p.179.

_____. Estabelecer sólidas bases de apoio no nordeste (1945). In: _____.
Obras escolhidas de Mao Tsé-Tung. Obra traduzida. São Paulo: Editora Alfa-
omega, LTDA, 1979. v. IV, p. 108-111, 113.

_____. Sobre a luta contra os “três males” e os “cinco males” (1951-1952). In:
_____. **Obras escolhidas Mão Tsé-Tung**. 2.ed. Lisboa: Editora Vento de Leste,
1977, v. V, p. 69-76.

_____. **O livro Vermelho**. São Paulo: Martin-Claret, 2002. 224 p.

VIANNA, I. **Militância na Ação Popular**: depoimento oral:[2004]. Entrevistadora:
Cristiane Soares de Santana. Salvador:[s.n.], 14 set. 2004, 1 fita cassete (60 min.)
estéreo. Entrevista concedida a aluna regular do Curso de Mestrado em História
Social.

VILLA, R.I. **A guerra revolucionária e os ensinamentos de Mao**. [S.l.], s.d.

WANDERLEY, L.E.W. **Educar para transformar**: educação popular, Igreja Católica
e política no Movimento de Educação de Base. Petrópolis,RJ: Vozes, 1994.

WRIGHT, D.J. **O Coronel tem um segredo**: Paulo Wright não está em Cuba. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

ZANETTI, J.C. **Militância na Ação Popular**: depoimento oral:[2004]. Entrevistadora: Cristiane Soares de Santana. Salvador:[s.n.], 04 out. 2004, 1 fita cassete (60 min.), estéreo. Entrevista concedida a aluna regular do Curso de Mestrado em História Social. (Ex-militante Ação Popular).

ZHISUI, D.L. **A vida privada do camarada Mao**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.